



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LXVII – Nº 143 – SEXTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**PRESIDENTE**  
José Sarney - (PMDB-AP)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
'CpkdcrF kpk - (RV-CE)\*. ; +  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Waldemir Moka - (PMDB-MS)<sup>(3,4)</sup>  
**1º SECRETÁRIO**  
Cícero Lucena - (PSDB-PB)  
**2º SECRETÁRIO**  
João Ribeiro - (PR-TO)<sup>2</sup>

**3º SECRETÁRIO**  
João Vicente Claudino - (PTB-PI)  
**4º SECRETÁRIO**  
Ciro Nogueira - (PP-PI)  
**SUPLENTES DE SECRETÁRIO**  
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)<sup>(1,5,6,7)</sup>  
2º - João Durval - (PDT-BA)  
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)  
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

### LIDERANÇAS

<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner <b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) <b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25</b> <b>Líder</b> <b>Walter Pinheiro - PT</b> (22,24) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44) ..... <b>Líder do PT - 13</b> <b>Walter Pinheiro</b> (22,24) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (28) Anibal Diniz (25) <b>Líder do PDT - 5</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) <b>Líder do PSB - 4</b> <b>Lídice da Mata</b> (29,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) <b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Inácio Arruda</b> <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (37,44) <b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - PMDB</b> (39) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</b> <b>Líder</b> <b>Jayme Campos - DEM</b> (26) Vice-Líderes Cyro Miranda (31) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (34) Paulo Bauer (6,35) ..... <b>Líder do PSDB - 10</b> <b>Alvaro Dias</b> Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,35) Flexa Ribeiro (7,32) <b>Líder do DEM - 5</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26) <b>PSD - 2</b> <b>Líder</b> <b>Kátia Abreu - PSD</b> (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão <b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - PSOL</b> (18)
---	---	--

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

### EXPEDIENTE

<b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATA

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 176<sup>a</sup> SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE SETEMBRO DE 2012

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 249, 250, 254, 294, 344, 352, 372 e 404, de 2011; 9, 48, 105, 107, 108, 110 a 112, 153, 154, 160 a 162, 164 a 168, 170 a 173, 175, 177, 179, 181 a 184, 189, 190, 192, 194, 195, 197, 203, 204, 206, 209, 210, 213, 216, 217, 225, 226, 235, 237, 238, 240, 248, 263 e 299, de 2012. ....

47863

##### 1.2.2 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nºs 1.038 a 1.045/2012, na origem, registrando recebimento dos autógrafos das Resoluções nºs 37, 39, 43, 36, 40, 41, 42 e 38, de 2012, do Senado Federal, respectivamente, e informando os números de autuação dos referidos expedientes e a unidade daquela Casa à qual foram despachados. ....

47867

Nº 54/2012 (nº 1.089/2012, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 2.329, de 2012, proferido nos autos do processo TC 037.975/2011-0, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. ....

47869

##### 1.2.3 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 49, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Tomás Correia, que *altera os artigos 105 e 109 da Constituição Federal, para modificar competências no âmbito do Poder Judiciário.* ....

47869

Nº 50, de 2012, tendo como primeiro signatário a Senadora Ana Amélia, que *altera o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, para estabelecer a contagem em dias do tempo excedente de contribuição do servidor público para fins da regra de transição de aposentadoria prevista no dispositivo.* ....

47872

##### 1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2012, de autoria do Senador José Pimentel, que *acrescenta art. 194-A à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para determinar aos oficiais de registro de imóveis a comunicação da mudança de titularidade da propriedade de imóveis urbanos ao respectivo município.* ....

47875

##### 1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 833, de 2012, de autoria dos Senadores Casildo Maldaner e Paulo Bauer, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. ....

47877

##### 1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADORA LÍDICE DA MATA, como Líder – Expectativa quanto ao trabalho da Comissão Especial para reforma do Código Penal. ....

47878

SENADOR WALTER PINHEIRO – Comentários sobre a redução da tarifa de energia elétrica, anunciada pelo Governo Federal. ....

47880

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Preocupação com a falta de um programa estratégico de desenvolvimento nacional. ....

47881

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Satisfação com a aprovação de projetos de lei na área da saúde pública. ....

47885

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Cobrança de políticas de Estado para faixas de fronteiras; e outros assuntos. ....

47886

SENADOR CIDINHO SANTOS, como Líder – Preocupação com os gargalos no setor de logística do País, especialmente no Estado do Mato Grosso. ....

47896

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Registro de voto de pesar pela morte do Sr. Jay Christopher. ....

47897

SENADOR CASILDO MALDANER – Reflexões sobre o impacto da burocracia na indústria; e outros assuntos. ....

47898

SENADOR JORGE VIANA, como Líder – Preocupação com os acidentes de trânsito, especialmente relacionados a motocicletas; e outros assuntos. ....

47900

##### 1.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2012, de autoria do Senador Jorge Viana, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para dispor sobre a implantação de faixa ou pista exclusiva para motocicletas em vias de grande circulação e fixar as velocidades máximas permitidas para esse tipo de veículo.* ....

47902

**1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)**

SENADOR PEDRO SIMON – Considerações acerca da atuação do STF e da “CPMI do Cachoeira”..... 47904

**1.2.9 – Leitura de requerimento**

Nº 834, de 2012, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de pesar pelas mortes do Embaixador dos EUA na Líbia, Sr. Jay Christopher Stevens e de outros três funcionários da embaixada norte-americana.

**Aprovado.** ..... 47917

**1.3 – ORDEM DO DIA**

**1.3.1 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.**

**1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA**

**1.4.1 – Comunicação**

Da Senadora Marta Suplicy, comunicando seu afastamento, nesta data, do mandato de Senadora, a fim de assumir o cargo de Ministra de Estado da Cultura. (**Ofício nº 198/2012**) .....

**1.4.2 – Discursos**

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Saudação à Presidente Dilma Rousseff pela iniciativa de reduzir o custo da energia elétrica; e outro assunto..... 47923

SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos ao Governo Federal pelo diálogo com o movimento dos motoristas; e outro assunto..... 47924

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, como Líder – Revolta com a atuação da Conab diante da agropecuária do Nordeste, especialmente no Ceará; e outros assuntos..... 47931

SENADOR BENEDITO DE LIRA – Apelo por incentivos aos produtos destinados a pessoas com deficiência; e outros assuntos..... 47932

SENADOR EDUARDO BRAGA, como Líder – Louvor à iniciativa do Governo Federal de reduzir o custo da energia elétrica no País; e outros assuntos..... 47934

SENADOR TOMÁS CORREIA – Lamento pelas condições em que vive a população que construiu as hidrelétricas de Rondônia; e outros assuntos... 47938

SENADORA ANA AMÉLIA – Considerações a respeito das motocicletas e bicicletas no trânsito; e outros assuntos..... 47940

**1.4.3 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados**

Nº 1.719/2012, comunicando que foi verificado erro material no texto dos autógrafos encaminhados ao Senado Federal referentes ao Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012. .... 47943

**1.4.4 – Discursos (continuação)**

SENADOR ANIBAL DINIZ – Congratulações ao Governo Federal pelo incentivo aos atletas brasileiros; e outro assunto..... 47947

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Registro da realização do VII Encontro dos Povos do Cerrado..... 47950

**1.4.5 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADORA ANGELA PORTELA – Comemoração com o anúncio, pelo Governo Federal, de redução no custo da energia elétrica..... 47953

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro do editorial intitulado “Defendendo o indefensável”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 15 de julho último..... 47954

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro da matéria intitulada “O elo entre Dirceu e Valério”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 15 de agosto último..... 47955

SENADOR CYRO MIRANDA – Registro do editorial intitulado “O que o STF vai julgar”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 31 de julho último..... 47959

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do editorial intitulado “Não foi por falta de aviso”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 6 de junho último..... 47960

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Registro do transcurso, em 8 de setembro, do Dia Internacional da Alfabetização..... 47961

**1.5 – ENCERRAMENTO**

**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 13.9.2012**

**SENADO FEDERAL**

**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

3.1 – BANCADAS DOS PARTIDOS

3.2 – POR ORDEM ALFABÉTICA

**4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**

**5 – LIDERANÇAS**

**6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

**7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 47983

CAS – Comissão de Assuntos Sociais ..... 47989

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ..... 47995

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte ..... 48000

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle ..... 48005

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ..... 48014

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ..... 48020

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura. 48028

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	48034	Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução 15, de 2012) .....	48058
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	48040		
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática .....	48044		
<b>9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b>			
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) .....	48046		
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	48047		
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) .....	48049		
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) .....	48049		
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) .....	48050		
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	48052		
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). .	48054		
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) .....	48056		
		<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
		<b>10 – COMISSÕES MISTAS</b>	
		CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)..	48060
		CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	48065
		Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007) .....	48067
		CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) ....	48068
		Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito.	48069
		<b>11 – CONSELHOS E ÓRGÃO</b>	
		Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) .....	48073
		Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) .....	48074
		Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) .....	48075

# Ata da 176<sup>a</sup> Sessão, Deliberativa Ordinária, em 13 de setembro de 2012

## 2<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 54<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência dos Srs. Aníbal Diniz, Jorge Viana e Tomás Correia*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 39 minutos e  
encerra-se às 14 horas e 30 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO Registrados e Não Registrados

**Senado Federal  
54<sup>a</sup> Legislatura  
2<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária**

#### 176<sup>a</sup> SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA

Período : 13/09/12 07:00 até 13/09/12 20:31

Partido	UF	Nome	Pres
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMELIA	X
PT	RR	ANGELA PORTELA	X
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	FB	CASSIÓ CUNHA LIMA	X
PR	MT	CIDINHO SANTOS	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X
PDT	DF	CRISTOVAM Buarque	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
PSB	AP	JOÃO CABEDEBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSB	BA	LIDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PT	SP	MARTA SUPlicy	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRACO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	X
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

**Compareceram: 59 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2011** (nº 2.695/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rainha FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2011** (nº 2.735/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palhoça, Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2011** (nº 2.877/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Montanhesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2011** (nº 1.966/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Francisco De Assis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2011** (nº 171/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores Amigos da Radiodifusão e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2011** (nº 238/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Riosulense de Cultura e Radiodifusão Comunitária Jovem Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2011** (nº 2.921/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Lages Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2011** (nº 3.019/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Vanguarda de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2012** (nº 2.620/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2012** (nº 3.010/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural, Comunitária e Social Aurieense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Áurea, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2012** (nº 142/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Prefeitura Municipal de Santana do Cariri – Secretaria de Educação para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Cariri, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2012** (nº 194/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Fraternidade para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2012** (nº 211/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Publicidade Maggi – Plan Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2012** (nº 266/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à As-

sociação Comunitária e Cultural Nova FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arceburgo, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2012** (nº 274/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Mineira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2012** (nº 275/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Cuiabá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2012** (nº 1.189/2008 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio São Francisco de Borja Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2012** (nº 1.362/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Livre FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Núcleo Bandeirante, no Distrito Federal;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2012** (nº 1.950/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativa de Horizontina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2012** (nº 1.954/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Cultural Encantadense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2012** (nº 2.006/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Dezesseis de Novembro – RS para executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dezesseis de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2012** (nº 2.175/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2012** (nº 1.892/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Passofundense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2012** (nº 2.258/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cerrograndense de Cultura e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Grande, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2012** (nº 2.293/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2012** (nº 2.297/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Getúlio Vargas – RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2012** (nº 2.341/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Jardim Olidel e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alumínio, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2012** (nº 2.660/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Visão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igrejinha, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2012** (nº 2.677/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à S.R.S. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2012** (nº 2.743/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Metrópole de Crissiumal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2012** (nº 2.756/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Paraty para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2012** (nº 2.854/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Cambé para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cambé, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2012** (nº 2.888/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Laranjeiras do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2012** (nº 2.890/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paranavaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2012** (nº 2.900/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Porto de Cachoeira de Santa Leopoldina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2012** (nº 2.901/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização

à Associação Comunitária Cultural Bom Jesus do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2012** (nº 2.919/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2012** (nº 2.942/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhais, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2012** (nº 2.947/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Campinaçú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinaçú, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2012** (nº 2.961/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Verdes Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2012** (nº 2.986/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Conquista de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Leverger, Estado de Mato Grosso;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2012** (nº 3.007/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Clube FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti do Tocantins, Estado do Tocantins;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2012** (nº 3.014/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2012** (nº 3.057/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema de Comunicação Itália Viva S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2012** (nº 3.059/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Guaçú de Toledo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Toledo, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2012** (nº 3.066/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Cultura de Aurora para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora do Tocantins, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2012** (nº 3.084/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2012** (nº 3.088/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Studio 96 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2012** (nº 3.094/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Antena Um Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2012** (nº 65/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Pampelana do Bairro Martinica para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2012** (nº 70/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão ou-

torgada à Rádio Cultura de Gravataí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2012** (nº 131/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Itapuã de Pato Branco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2012** (nº 138/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Graúna Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2012** (nº 209/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2012** (nº 245/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Tupanciretã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Tupanciretã, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2012** (nº 246/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2012** (nº 263/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sãojoanense Cultural e Educacional de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2012** (nº 294/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pérola do Turi Ltda. para explorar

*serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Helena, Estado do Maranhão;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2012** (nº 435/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Milano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná;* e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2012** (nº 2.785/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Globo S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, os **Avisos nºs 1.038 a 1.045, de 2012**, na origem, que se referem, respectivamente, às Resoluções nºs 37, 39, 43, 36, 40, 41, 42 e 38, de 2012, todas do Senado Federal, comunicando que foram autuadas e remetidas ao setor competente para as providências cabíveis.

São os seguintes os Avisos:

Aviso nº 1.038–GP/TCU

Brasília, 11 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 1.763 (SF), de 5-9-2012, por meio do qual Vossa Excelência encaminha ao TCU autógrafo da Resolução nº 37/2012 (SF), que “Autoriza o Município de Manaus a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor total de até US\$ 21.512.846,00 (vinte e um milhões, quinhentos e doze mil e oitocentos e quarenta e seis dólares norte-americanos)”, e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação das reservas decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-033.016/2012-7, foi remetido à Secretaria-Geral

de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

Aviso nº 1.039–GP/TCU

Brasília, 11 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 1.769 (SF), de 5-9-2012, por meio do qual Vossa Excelência encaminha ao TCU autógrafo da Resolução nº 39/2012 (SF), que “Autoriza a contratação de operação de crédito externo entre o Estado de Mato Grosso e o Bank of America, N. A., com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 478.958.330,51 (quatrocentos e setenta e oito milhões, novecentos e cinqüenta e oito mil, trezentos e trinta dólares norte-americanos e cinqüenta e um centavos)”, e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-033.023/2012-3, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

Aviso nº 1.040–GP/TCU

Brasília, 11 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 1.781 (SF) de 5-9-2012, por meio do qual Vossa Excelência encaminha ao TCU autógrafo da Resolução nº 43/2012 (SF), que “Autoriza o Município de São Bernardo do Campo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 20.820.000,00 (vinte milhões e oitocentos e vinte mil dólares norte-americanos)”, e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-032.321/2012-0, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

Aviso nº 1.041-GP/TCU

Brasília, 11 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 1.761 (SF) de 5-9-2012, por meio do qual Vossa Excelência encaminha ao TCU autógrafo da Resolução nº 36/2012 (SF), que “Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de dólares norte-americanos)”, e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-032.343/2012-4, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

Aviso nº 1.042-GP/TCU

Brasília, 11 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 1.772(SF) de 5-9-2012, por meio do qual Vossa Excelência encaminha ao TCU autógrafo da Resolução nº 40/2012 (SF), que “Autoriza o Município de Novo Hamburgo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$23.910.000,00 (vinte e três milhões e novecentos e dez mil dólares norte-americanos)”, e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-032.348/2012-6, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

Aviso nº 1.043-GP/TCU

Brasília, 11 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 1.775 (SF) de 5-9-2012, por meio do qual Vossa Excelência encaminha ao TCU autógrafo da Resolução nº 41/2012 (SF), que “Autoriza o Município do Recife – PE a contratar operação de

crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos)’, e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-032.319/2012-6, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

Aviso nº 1.044 – GP/TCU

Brasília, 11 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 1.778 (SF) de 5-9-2012, por meio do qual Vossa Excelência encaminha ao TCU autógrafo da Resolução nº 42/2012 (SF), que “Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de até US\$ 394.500.000,00 (trezentos e noventa e quatro milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos)”, e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-032.349/2012-2, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

Aviso nº 1.045-GP/TCU

Brasília, 11 de setembro de 2012

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 1.766 (SF) de 5-9-2012, por meio do qual Vossa Excelência encaminha ao TCU autógrafo da Resolução nº 38/2012 (SF), que “Autoriza a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), pertencente à administração indireta do Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de até US\$87.457.986,00 (oitenta e sete milhões, quatrocentos e cinqüenta e sete mil e novecentos e oitenta e seis dólares norte-americanos)”, e a recomendação

para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU com o processo nº TC-033.019/2012-6, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Os Avisos nºs 1.038 a 1.045, de 2012, foram juntados aos processados das respectivas Resoluções.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 54, de 2012** (nº 1.089/2012, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.329/2012-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 20/2011, do Senado Federal (TC 037.975/2011-0).

É o seguinte o Aviso:

#### AVISO N° 54, DE 2012

Aviso nº 1.089-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 29 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício nº 2416-SF de 22-12-2011, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 037.975/2011-0, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 29-8-2012, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O Aviso nº 54, de 2012, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas.

São lidas as seguintes:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 49, DE 2012

(De autoria do Senador Tomás Correia e outros)

**Altera os artigos 105 e 109 da Constituição Federal, para modificar competências no âmbito do Poder Judiciário.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º Os arts. 105 e 109 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 105. ....

I – .....

i) a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias;

..... .(NR)

Art. 109. ....

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral ou à Justiça do Trabalho;

.....

XII – a homologação de sentenças estrangeiras.

..... .(NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

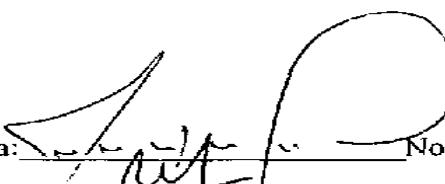
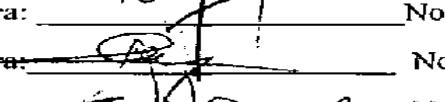
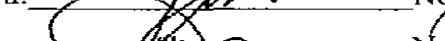
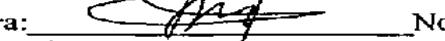
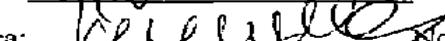
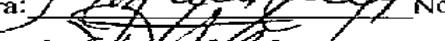
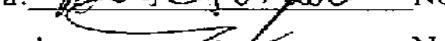
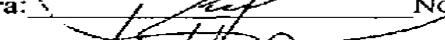
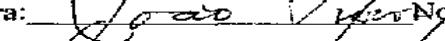
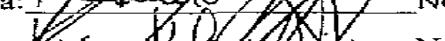
Dois são os objetivos da presente proposição.

O primeiro é remover da competência originária do Superior Tribunal de Justiça (CF, art. 105, I) a homologação de sentença estrangeira, matéria jurídica que pouca ou nenhuma identidade guarda com a destinação constitucional dessa Corte, qual seja atuar pela uniformidade do Direito Federal. Temos para nós que o *locus natural* dessa competência é a Justiça Federal de primeiro grau, pelo que a transportamos ao art. 109, como novo inciso XII.

A segunda providência que se pretende é a eliminação da exceção imposta pelo inciso I do art. 109 quanto à competência da Justiça Federal de 1º grau, relativamente às causas envolvendo acidentes do trabalho. Essa providência visa a unificar o julgamento de causas acidentárias e previdenciárias, harmonizando o texto constitucional vigente com a sólida construção jurisprudencial que se vinha tendo sobre o tema.

Com essas considerações, oferecemos esta proposição ao exame e decisão dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Tomás Correia**.

- 01 Assinatura:  Nome: Tomás Correia
- 02 Assinatura:  Nome: Gilm Argolo
- 03 Assinatura:  Nome: José Avelino (PP/RS)
- 04 Assinatura:  Nome: Edmar Moreira
- 05 Assinatura:  Nome: Ivo Cassol
- 06 Assinatura:  Nome: Wilma Moraes
- 07 Assinatura:  Nome:
- 08 Assinatura:  Nome: PINHEIRO
- 09 Assinatura:  Nome: Ana Rita Escrivão
- 10 Assinatura:  Nome: Jakson Jasonces
- 11 Assinatura:  Nome: Gleisi Hoffmann
- 12 Assinatura:  Nome: Romero Jucá
- 13 Assinatura:  Nome: Pedro Denner
- 14 Assinatura:  Nome: Renata Barroso
- 15 Assinatura:  Nome: Cláudia Costa
- 16 Assinatura:  Nome: Agripina Maia
- 17 Assinatura:  Nome: Eduardo Suplicy
- 18 Assinatura:  Nome: Antônio Lôbo Valadres
- 19 Assinatura:  Nome: José Alvaro
- 20 Assinatura:  Nome: Jair Bolsonaro
- 21 Assinatura:  Nome: Cássio Ribeiro
- 22 Assinatura:  Nome: Vic Fiuza
- 23 Assinatura:  Nome: Eduardo Braga
- 24 Assinatura:  Nome: Flexa Cidinho
- 25 Assinatura:  Nome: Leonel Sena
- 26 Assinatura:  Nome: Eunício Oliveira
- 27 Assinatura:  Nome: Paulo Pimenta
- 28 Assinatura:  Nome: Pedro Simon
- 29 Assinatura:  Nome: Dário Gurgel
- 30 Assinatura:  Nome:

**LEGISLAÇÃO CITADA****CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:  
I – processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;

c) os *habeas corpus*, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea a, ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

d) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, o, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos;

e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

g) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciais da União, ou entre autoridades judiciais de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II – julgar, em recurso ordinário:

a) os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Parágrafo único. Funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I – a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II – o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho;

II – as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III – as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV – os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V – os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o

resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

V-A – as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI – os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

VII – os *habeas corpus*, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento prover de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII – os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX – os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

X – os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o *exequatur*, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

XI – a disputa sobre direitos indígenas.

§ 1º As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

§ 2º As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

§ 3º Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. (Incluído

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2012

**Altera o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, para estabelecer a contagem em dias do tempo excedente de contribuição do servidor público para fins da regra de transição de aposentadoria prevista no dispositivo.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso III do *caput* do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....  
.....  
III – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, de um dia de idade para cada dia de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do *caput* deste artigo.  
.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A Emenda Constitucional nº 47, de 2005, chamada de “PEC paralela” da Reforma da Previdência, representou providência fundamental para assegurar os direitos dos servidores públicos que estavam em exercício quando da aprovação das alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ao seu regime de previdência.

Um dos dispositivos mais importantes da Emenda foi o seu art. 3º, que permitiu a redução da idade mínima para a aposentadoria dos servidores públicos que tinham ingressado no serviço público antes da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, quando o seu tempo de contribuição superasse trinta e cinco anos, se homem, ou trinta, se mulher, na mesma proporção.

Ocorre, entretanto, que a norma estabeleceu como parâmetro para essa proporção o ano completo. Ou seja, o servidor somente pode usufruir o direito quando completar um ano de tempo excedente de contribuição e, igualmente, a redução na idade mínima somente ocorre de ano em ano.

Em razão disso, dependendo da data do aniversário natalício do servidor e do aniversário do seu tempo

de contribuição, muitas vezes ele não pode aproveitar até um ano menos um dia do tempo excedente, em clara distorção do objetivo da norma.

Veja-se um exemplo: um servidor com 35 anos e 364 dias de contribuição e 59 anos e 364 dias de idade, não pode se aposentar, somente podendo fazê-lo quando completar 36 anos de contribuição e 60 de idade. Enquanto isso, um colega seu que conte com exatos 36 anos de contribuição e 59 anos de idade já pode se inativar.

A correção desse tratamento não isonômico somente pode ser feito se substituirmos a contagem em anos pela contagem em dias para esse fim, o que permitiria ao primeiro servidor do nosso exemplo se aposentar quando completasse 35 anos e meio de contribuição e 59 anos e meio de idade.

É o que propomos aqui, com o objetivo de tornar a norma justa para todos.

Sala das Sessões,

**1. Senadora ANA AMÉLIA**

2. Iris Lassot

Ana Lassot

x

3. Cícero Santos

Cícero Santos

x

4. Antônio Lopes

Antônio Lo

x

5. Miltinho

Miltinho X

6. J. Azevedo

J. Azevedo X

7. Vannessa

Vannessa

x

8. J. C. Sá

J. C. Sá

x

9. Ivenson

Ivenson

x

10. J. R. Viana

J. R. Viana

x

11. J. R. Viana

J. R. Viana

x

12. J. R. Viana

J. R. Viana

x

13. J. R. Viana

J. R. Viana

x

14. J. R. Viana

J. R. Viana

x

15. Jeffrey Autor auto declarado

16. Chit LINDBERG-LT X

17. WT Landorze X

18. Alvaro Antônio Carlos Valadim X

19. Tony Stacy P. Murray X

20. Plaus Ribeiro Lúcia Ribeiro X

21. Ricardo Ferrage Judges X

22. Cesídio Lopes Cesídio X

23. Inv. 5m. Nine HT X

24. Janu Janu Janu Janu X

25. Pemo Tavares X

26. 192 Preço MHSVNR Preço X

27. Waldemir Mello X

28. Grim Argello X

29. Franckline Pedro Simon X

30. E. Djalili Eduardo Djalili

**LEGISLAÇÃO CITADA****EMENDA CONSTITUCIONAL N° 47,  
DE 5 DE JULHO DE 2005**

**Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

.....  
Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do *caput* deste artigo.

.....  
Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)  
– As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 345, DE 2012**

**Acrescenta art. 194-A à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para determinar aos oficiais de registro de imóveis a comunicação da mudança de titularidade da propriedade de imóveis urbanos ao respectivo município.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 194-A:

“Art. 194-A. Os oficiais de registro de imóveis devem comunicar a mudança de titularidade da propriedade ou do domínio de imóvel urbano à secretaria de fazenda do correspondente município ou ao órgão que lhe faça as vezes, no prazo de trinta dias, contados do respectivo registro.

Parágrafo único. O oficial de registro que deixar de observar o disposto no *caput* incorre em infração disciplinar, estando sujeito às penalidades previstas na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O art. 1.246 do Código Civil é cristalino ao estabelecer que “o registro é eficaz desde o momento em que se apresentar o título ao oficial do registro, e este o prenotar no protocolo”.

Todavia, muitos são os litígios em curso na Justiça nos quais particulares, pessoas físicas ou jurídicas, discutem precisamente a quem teria cabido exercer o papel de sujeito passivo em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), naquelas hipóteses em que a transmissão da propriedade do imóvel – em especial mediante transação de compra e venda – não foi tempestiva ou devidamente informada ao correspondente município arrecadador, depois de registrada em cartório.

No mais das vezes, conflitos dessa natureza surgem como decorrência do fato de que parcela considerável dos municípios nacionais abstém-se de exercer sua competência legislativa tributária suplementar, prevista no art. 30, incisos II e III, da Constituição Federal, deixando assim de determinar, em sede de lei, a qual das partes envolvidas em avenças queensem essa transmissão de titularidade (comprador ou alienante, no caso mais comum, que é o de compra e venda) competirá informá-la ao sujeito ativo da obrigação, vale dizer, ao próprio município.

Isso ocorre, muito provavelmente, porque o Código Tributário Nacional, em seu art. 34, estatui que “contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título”. Ora, se é dado à Administração municipal tão amplo espectro de potenciais sujeitos passivos da obrigação tributária principal relativa ao IPTU, é até natural que se lhe torne indiferente resolver essa questão mediante edição de lei, principalmente diante das tantas premências que as prefeituras, em regra, são constantemente chamadas a enfrentar.

A solução alvitrada no presente projeto de lei revela-se salomônica. Utilizando como ensejo a competência legislativa privativa da União para legislar sobre registros públicos, estabelecida no art. 22, inciso XXV, da Carta Magna, apresentamos proposição a fim de que a obrigação tributária acessória sob commento – repita-se: informar ao município a mudança de titularidade – não caiba nem ao transmitente nem ao adquirente do imóvel, mas ao próprio cartório imobiliário já competente para o registro da transmissão.

Com isso, evitar-se-ão litígios semelhantes aos tantos que se têm verificado no âmbito do Poder Judiciário, o que constitui, sem dúvida, um bom motivo para que os nobres Pares se dediquem à aprovação desta proposição. – Senador **José Pimentel**.

#### **LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI N° 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

#### **Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.**

Art. 194 – O título de natureza particular apresentado em uma só via será arquivado em cartório, fornecendo o oficial, a pedido, certidão do mesmo. (Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1975).

LEI N° 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO 1994

#### **Regulamenta o Art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos Cartórios)**

#### **CAPÍTULO VI**

#### **Das Infrações Disciplinares e das Penalidades**

Art. 31. São infrações disciplinares que sujeitam os notários e os oficiais de registro às penalidades previstas nesta lei:

I – a inobservância das prescrições legais ou normativas;

II – a conduta atentatória às instituições notariais e de registro;

III – a cobrança indevida ou excessiva de emolumentos, ainda que sob a alegação de urgência;

IV – a violação do sigilo profissional;

V – o descumprimento de quaisquer dos deveres descritos no art. 30.

.....  
LEI N° 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

#### **Institui o Código Civil.**

#### **LIVRO III Do Direito das Coisas**

#### **TÍTULO III Da Propriedade**

#### **CAPÍTULO II Da Aquisição da Propriedade Imóvel**

#### **Seção II Da Aquisição pelo Registro do Título**

Art. 1.246 O registro é eficaz desde o momento em que se apresentar o título ao oficial do registro, e este prenotar no protocolo.

#### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

#### **TÍTULO III Da Organização do Estado**

#### **CAPÍTULO II Da União**

Art. 22 Compete privativamente à União legislar sobre:

XXV – registros públicos;

#### **Capítulo IV Dos Municípios**

Art. 30 Compete aos Municípios:

II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

.....  
LEI N° 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

**Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.**

**Título III  
Impostos**

Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

(As Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO N° 833, DE 2012**

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, para que este providencie informações sobre quais as obrigações que perduram para a pessoa jurídica optante pelo Programa de Recuperação Fiscal – Refis, instituído pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que efetuar o depósito judicial de parcelas controvertidas do valor das multas consolidadas, enquanto não houver o trânsito em julgado da decisão judicial, mesmo após a quitação de todos os demais valores devidos.

**Justificação**

A questão resume-se em saber se, enquanto suspensa a exigibilidade da dívida pelo depósito judicial do montante integral dos valores controvertidos, nos termos do artigo 151, II do Código Tributário Nacional, por conta do pleito de redução das multas remanescentes pela argumentação da retroatividade benigna da lei, quais das obrigações impostas pela

Lei nº 9.964/2000 abaixo citadas deverão continuar a ser observadas pela pessoa jurídica, inclusive após a quitação de todos os demais valores devidos:

"Art. 3º A opção pelo Refis sujeita a pessoa jurídica a:

II – autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal, às informações relativas à sua movimentação financeira, ocorrida a partir da data de opção pelo Refis;

III – acompanhamento fiscal específico, com fornecimento periódico, em meio magnético, de dados, inclusive os indiciários de receitas.

V – cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e para com o ITR;

§ 1º A opção pelo Refis exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos e às contribuições referidos no art. 1º

§ 4º Ressalvado o disposto no § 3º, a homologação da opção pelo Refis é condicionada à prestação de garantia ou, a critério da pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes do seu patrimônio, na forma do art. 54 da Lei nº 9.532, de 10 de setembro de 1997.

Art. 5º A pessoa jurídica optante pelo Refis será dele excluída nas seguintes hipóteses, mediante ato do Comitê Gestor:

III – constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo ou contribuição abrangidos pelo Refis e não incluídos na confissão a que se refere o inciso I do *caput* do art. 3º, salvo se integralmente pago no prazo de trinta dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

V – decretação de falência, extinção, pela liquidação, ou cisão da pessoa jurídica;

VI – concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992;

VIII – declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430, de 1996;

XI – suspensão de suas atividades relativas a seu objeto social ou não auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos."

O Código Tributário Nacional, em seu artigo 156, estabelece as modalidades de extinção do crédito tributário, estando prevista no inciso I o pagamento e no inciso VI, a conversão de depósito em renda.

Assim, não haveria quitação da dívida em âmbito judicial antes da conversão do depósito em renda da União Federal, o que ocorre somente após o trânsito em julgado da decisão judicial que julgar improcedente

a demanda do contribuinte. Até porque como as multas depositadas estão líquidas do desconto de 40% específico daquele programa de parcelamento, caso a empresa seja excluída por descumprimento de outra obrigação não suportada pela liminar passará a dever um valor acima do já depositado.

Observamos que as empresas que se encontram atualmente discutindo judicialmente parcelas controvértidas da dívida, com depósito judicial integral, têm o status “ativa” no parcelamento pelo Comitê Gestor do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).

Sala da Sessão, – Senador **Casildo Maldaner**  
– Senador **Paulo Bauer**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Por inscrição, convido a Senadora Lídice da Mata para usar a tribuna, usando o tempo da liderança, por cinco minutos.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco/PV – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Lídice, um minutinho só.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco/PV – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a minha inscrição no horário de liderança, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Faço-a agora.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inscrevi-me para usar a tribuna hoje para destacar o importante trabalho que estamos iniciando na comissão especial do Código Penal. O Parlamento brasileiro devia à sociedade brasileira e à Constituinte de 88 essa reformulação do Código Penal.

O Código Penal originou-se no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, nascido no contexto do Estado Novo, de um Brasil ainda rural, que intentava os seus primeiros passos nos rumos de uma intensa industrialização e acelerada urbanização que caracterizaria as décadas seguintes.

Como não poderia deixar de ser fruto de sua época, o Código Penal atual está eivado de uma concepção liberal individualista, de uma sociedade ainda profundamente conservadora, que cultuava a proteção ao patrimônio individual, em detrimento do próprio direito à vida, dos direitos difusos e coletivos.

Constituinte que fui, pude participar da elaboração da Carta que o inesquecível Presidente Ulysses Guimarães alcunhou de Constituinte Cidadã, carta esta que logrou atualizar nosso arcabouço jurídico-constitucional aos novos tempos de uma sociedade

moderna e democrática, inserida na velocidade das transformações de um mundo globalizado.

A nova Carta consagra a hegemonia de uma nova concepção, fundada nos direitos sociais, valorizando a vida e a dignidade humana, e conflitava com o velho Código conservador, fazendo com que, a cada dia, esse conflito incontornável resultasse em diversas leis dispersas e setorizadas, visando atender demandas urgentes e pontuais, resultando em prejuízo para a coerência da sistematização de nossos tipos penais e da proporcionalidade das penas.

A insegurança jurídica decorrente dessa situação gerou um sentimento difuso em nossa sociedade, de que as penas são insuficientes, e nosso sistema penal é incapaz de deter a crescente onda de violência que aflige, com especial intensidade, nossas grandes cidades. Esse sentimento de impunidade, Sr. Presidente – V. Ex<sup>a</sup>, como Vice-Presidente da nossa Comissão, é testemunha, e, no seu governo, fez e tem dado contribuição para fazer com que o Acre possa decrescer nos seus índices de criminalidade –, faz, no entanto, com que haja uma expectativa – e talvez isso se reflita também no trabalho de algumas partes desse anteprojeto do Código Penal – de que, aumentando as penas dos crimes, nós estaríamos resolvendo o problema da impunidade no Brasil.

Creio que são dois problemas diferentes que nós teremos que enfrentar nesse novo Código Penal. Teremos, ainda, que ajustar o Código a uma realidade do sistema carcerário brasileiro. E eu, como única mulher dessa Comissão, como única mulher titular nessa Comissão, tenho o dever de ter e de garantir, a esse anteprojeto e a essa discussão da reforma do Código Penal, um olhar mais feminino, um olhar também voltado para a minha militância nos direitos humanos.

Estarei, portanto, nessa Comissão do Código Penal, atenta, para que nós possamos corrigir as distorções que o anteprojeto já demonstra, por exemplo, em contradição com a Lei Maria da Penha e em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo com que essas duas leis possam estar integralmente no escopo desse anteprojeto. Além disso, Sr. Presidente, estarei atenta para que a rica discussão que a sociedade brasileira vive hoje a respeito do enfrentamento das drogas no Brasil se faça refletir numa posição mais liberalizante, colocando o usuário de droga sob a guarda da política de saúde pública deste País. Estarei presente também para discutir uma forma de compreensão que faça com que, antes da condenação, possamos investigar a causa daquele crime e as causas sociais que fazem com que aquele crime ocorra.

Sr. Presidente, quero dizer da minha alegria de estar nessa Comissão. Certamente, poderei utilizar a tribuna em outros momentos para discutir temas específicos desse rico debate que estamos iniciando, mas

quero dar o meu testemunho de posicionamento, ou seja, de que lado eu estarei no aprofundamento desse debate. Estarei, certamente, como defensora das garantias dos direitos coletivos, dos direitos difusos, mas também na garantia total dos direitos humanos para os condenados, para os presos e para a garantia daqueles que estão levados a cometer crimes por falta de um Estado que lhes ofereça oportunidades de uma vida digna.

Portanto, quero agradecer o tempo que V. Ex<sup>a</sup> me deu para ressaltar esses aspectos do Código Penal e dizer que sou a única mulher titular dessa Comissão, que conta com duas mulheres suplentes: a nossa companheira Ana Rita, companheira de luta no enfrentamento da violência contra a mulher, e a companheira Marta Suplicy, que sai agora. Aliás, mais uma vez, nessas mudanças, estamos perdendo a presença feminina no Senado Federal que, de onze passou a ter cinco Senadoras, infelizmente, mas vamos lutar para que mais mulheres possam aqui chegar. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Lídice, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e dizer que a sua presença na Comissão de que tenho a honra de fazer parte, a do Código Penal, e de que sou vice-presidente, tendo como presidente o Senador Eunício e como relator o Senador Pedro Taques, significa, de fato, a pluralidade que buscamos sempre ter nos temas importantes aqui no Senado por conta do compromisso que V. Ex<sup>a</sup> tem com os direitos humanos, com a busca de uma solução para essa situação gravíssima, que é a violência no nosso País, que vem crescendo no Norte e no Nordeste do País. Certamente, o Código, que é de 1940, precisa de um reparo, de uma atualização equilibrada.

Uma questão que se coloca é: “Olha, tem que ser feito tudo muito rápido.” É óbvio que vamos fazer no tempo necessário. O trabalho que foi feito na Comissão Especial não pode ser desprezado, foi um trabalho importante, mas nós temos que usar o tempo necessário para tratar de um tema tão delicado.

Então, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e só lhe passo a informação: ontem, por indicação do Líder Walter Pinheiro, nós decidimos, na bancada, que, com a saída da Senadora Marta para assumir o Ministério, que é daqui a pouco – faço questão de estar lá, daqui a pouco, na posse...

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Também estarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – ...a Senadora Ana Rita passa a ser titular, para que nós não diminuirmos a representação feminina numa comissão tão importante, ainda mais a Senadora Ana Rita, que tem um compromisso também e, certamente, vai dar uma grande contribuição.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – É uma bela notícia, Sr. Presidente, fico muito feliz. E quero, nesta oportunidade, aproveitar para pedir a V. Ex<sup>a</sup>

que dê autorização para que o nosso pronunciamento seja publicado na sua íntegra.

Muito obrigada.

#### **SEGUE, NA ÍTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SR<sup>a</sup> SENADORA LÍDICE DA MATA**

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. e Srs. que nos acompanham pelos órgãos de divulgação da Casa.

Gostaria de parabenizar ao Senador Casildo Maldaner que soube conduzir muito bem uma profícua reunião de nossa Comissão de Assuntos Sociais nessa manhã, quando foram apreciados importantes projetos de lei, dentre eles o Projeto de Lei do Senado nº 621, de 2011, em caráter terminativo, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para assegurar, às pessoas com deficiência, a reserva de vagas em programas de qualificação profissional.

Quero agradecer ao relator Senador Eduardo Suplicy que assegurou essa aprovação com o seu sempre competente relatório e a todos os meus pares que garantiram a aprovação unânime dessa iniciativa de grande relevância para a inclusão de brasileiros e brasileiras com deficiência ao mercado de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, o parlamento nacional enfrenta agora uma das suas grandes dívidas para com a Constituinte Cidadã de 1988, débito este para com a própria sociedade civil brasileira.

Finalmente realizaremos uma ampla revisão de nosso Código Penal, originário do Decreto-lei nº 2.848 de 1940, nascido no contexto do Estado Novo, de um Brasil ainda rural, que intentava os seus primeiros passos nos rumos da intensa industrialização e acelerada urbanização, que caracterizaria as décadas seguintes.

Como não poderia deixar de ser, fruto de sua época, o Código Penal atual está eivado de uma concepção liberal-individualista, de uma sociedade ainda profundamente conservadora, que cultuava a proteção ao patrimônio individual, em detrimento do próprio direito à vida e dos direitos difusos e coletivos.

Constituinte que fui, pude participar da elaboração da carta que o inesquecível presidente Ulisses Guimarães alcunhou de Constituinte Cidadã, carta essa que logrou atualizar nosso arcabouço jurídico-contitucional aos novos tempos de uma sociedade moderna e democrática, inserida na velocidade das transformações de um mundo globalizado.

A nova carta consagra a hegemonia de uma nova concepção fundada nos direitos sociais, valorizando a vida e a dignidade humana, e conflitava com o velho código conservador, fazendo com que a cada dia,

esse conflito incontornável, resultasse em diversas leis dispersas e setorizadas, visando a atender demandas urgentes e pontuais, resultando em prejuízo para a coerência da sistematização de nossos tipos penais e da proporcionalidade das penas.

A insegurança jurídica decorrente dessa situação gerou um sentimento difuso em nossa sociedade de que as penas são insuficientes e nosso sistema penal seja incapaz de deter a crescente onda de violência que aflige com especial intensidade nossas grandes cidades.

Para enfrentar esse inadiável desafio, por determinação de nosso Presidente José Sarney foi instalada em 18 de outubro de 2011, a partir de requerimento do Senador Pedro Taques (PDT/MT), uma Comissão de Juristas para a elaboração de Anteprojeto de Código Penal,

A referida Comissão de Modernização do Código Penal Brasileiro foi presidida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp, e teve como principais objetivos a unificação da legislação penal esparsa; a compatibilização dos tipos penais hoje existentes com a Constituição Cidadã de 1988, descriminalizando condutas e, se necessário, prevendo novas figuras típicas; além de tornar proporcionais as penas dos diversos crimes, a partir de sua gravidade relativa; sempre buscando formas alternativas, não prisionais, de sanção penal.

A Comissão desemcumbiu-se de sua tarefa em sete meses. foram realizadas vinte e quatro reuniões nas dependências do Senado Federal, o seu relatório final foi encaminhado em maio de 2012. agora como PLS 236/2012 iniciou sua tramitação em julho do corrente, tendo sido constituída comissão temporária especialmente para sua análise.

A comissão temporária tem prazos exígus. Até 05 de outubro de 2012 para receber emendas, 20 de novembro para apresentação do relatório do relator geral e 04 de dezembro para aprovação do parecer final da comissão.

Partilho do sentimento de urgência no tratamento dessa questão. mas desconfio de que o prazo seja extremamente exíguo para o devido exame de um código com tamanha complexidade, em ano eleitoral e sem que instituições jurídicas como a OAB e o IAB, assim como a sociedade civil organizada, possam ter asseguradas a sua audiência e participação nos debates dos trabalhos da comissão.

Não sou jurista, nem mesmo advogada, mas como a única Senadora titular da Comissão, resta-me uma responsabilidade redobrada, que é a de assegurar o olhar feminino sobre toda essa problemática ampla e complexa que nos atinge de forma múltipla seja como cidadãs, como esposas e como mães.

Tenho iniciado contatos com entidades da sociedade civil na área de direitos humanos, terapia e controle de drogas, entidades defensoras dos direitos dos afro-descendentes, mulheres, crianças e ado-

lescentes, homossexuais e de dos demais segmentos sociais, visando recolher as primeiras impressões de nossa sociedade sobre esse grande esforço que será dotar o Brasil de um Código Penal a altura de suas contemporâneas necessidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Será feito, nos termos regimentais.

E a indicação é da Liderança do Senador Walter Pinheiro, que, imediatamente, viu a necessidade de mantermos uma companheira Senadora na Comissão.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, Senador e Líder, meu Líder, Walter Pinheiro, pelo tempo regimental.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup>s Senadoras, Srs. Senadores, no dia de ontem, ainda reverberamos as medidas anunciadas pela Presidenta Dilma no que diz respeito ao estímulo à economia e, mais precisamente, à incidência dessa ação sobre o setor elétrico – a redução das tarifas, tanto para o consumo residencial quanto para a atividade industrial. Essa redução vem como consequência de uma política muito ajustada...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Walter, nobre Líder, perdoe-me interrompê-lo – e sei que V. Ex<sup>a</sup> vai concordar comigo –, mas apenas para registrar que está aqui no plenário a Ministra da Cultura, que, dentro em pouco, já toma posse no Palácio do Planalto, a nossa Senadora Marta Suplicy.

Agradeço ao orador, o nobre Líder Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Ok, Senador Jorge Viana. Logo mais, todos nós estaremos lá no Ministério da Cultura e, mesmo antes, lá no Palácio do Planalto para a posse da Senadora Marta Suplicy.

Mas como eu estava falando, eu acho que é importante acentuar que a medida para a redução das tarifas vem acompanhada, pelo menos, de duas iniciativas importantes. Uma está relacionada ao debate sobre a renovação das concessões. Nesse processo, nós teremos oportunidade de experimentar, em 2015, já a primeira leva. A outra é exatamente a alteração de parâmetros, como o combustível utilizado para fazer funcionar termelétricas ou até, num conceito muito antigo, quando se usavam os combustíveis para permitir a geração de energia com a utilização de geradores, portanto, usando o diesel em pequenas cidades, ou até em grandes cidades, como nós já vivenciamos no passado. Ainda outra parcela expressiva que é retirada, também como segundo item, tem a ver com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), como nós poderíamos chamar, já que, na prática, aquilo funciona como um fundo em que você retira um percentual das contas dos usuários para permitir a aplicação no investimento.

Em nossa opinião, esses dois componentes não cabem mais. O primeiro, porque, na realidade, nós temos feito toda uma linha de incentivos para permitir que a iniciativa privada ou que os investimentos, ainda que feitos pelas estatais, ocorram de maneira que nós façamos a adoção, ou passemos a adotar, o que é mais correto, investimentos sem extrair do consumidor, numa relação muito clara e direta, com a obrigação daqueles que concessionários são para o setor de energia.

A segunda parcela, que também foi retirada, reduzindo, portanto, a 25%, tem relação com a Conta de Desenvolvimento. Era para expansão, como para o Luz para Todos. Portanto, na realidade, a sociedade financiava esse desenvolvimento através do pagamento das contas.

Nós avaliamos que não há mais necessidade desse tipo de medida, até porque, Senador Jorge Viana, além de alcançarmos um patamar expressivo de cobertura com o Programa Luz para Todos, também a parcela de expansão do sistema deve ser bancada tanto pelo setor privado, quanto pelo setor público – este em parceria ou até num investimento conjunto com aquele –, e esses segmentos fazem, hoje, o investimento nessa área. Portanto, não há mais necessidade.

Por exemplo, no Estado da Bahia, já realizamos algo em torno de 450 mil ligações do Luz para Todos. Temos mais 150 mil contratadas. É óbvio que nós não teremos a repetição desse patamar, da ordem de 600 mil pontos novos, para o fornecimento de energia nos próximos anos. Será muito menor!

Eu sei que, com o Minha Casa, Minha Vida, com a expansão urbana, com a necessidade de novos assentamentos, com as novas áreas urbanas que vão surgindo, com novas atividades econômicas, precisamos expandir. Portanto, trata-se de estabelecer até que ponto, também, a utilização de fontes de energia alternativas não seria uma espécie de caminho de maior proximidade; ou seja, quanto mais próximo do ponto de distribuição e de consumo estiver o ponto de geração, menor é o custo para consagrar as linhas de transmissão, isso em termos de investimento. Essa é a parte mais cara, Senador Jorge Viana, em todo o sistema. Ela consome quase 30% do investimento isoladamente, e você tem de expandir o sistema através de linha de transmissão.

Portanto, esses aspectos são importantes. Para um Estado como o nosso, o Estado da Bahia, por exemplo, que tem dimensões, eu diria, de país, é importante que adotemos medidas cada vez mais nessa linha, para estimular a economia; para permitir chegar-se em cada canto com a atividade econômica; para estimular também o uso da energia na atividade laboral. Aí na zona rural, nós que experimentamos, ao longo dos anos, principalmente na Bahia, a produção da farinha, sendo feita com a utilização do motor a diesel, ou ainda, por força de uma tradição, com a utilização do

forno a lenha, Senador Jorge Viana. Ao mesmo tempo, a forma de prensar a mandioca ainda muito artesanal. Obviamente, em tempo não tão recente assim, utiliza-se até o boi para que essa prensa pudesse ser movida pela tração animal, ou, na maioria das vezes, num revezamento pela força, pelo braço do homem.

Portanto, a chegada da energia estimula, amplia as condições, estabelece novos paradigmas e cria a possibilidade efetiva do desenvolvimento local. E também até para o consumo, para as residências, para se ter a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Mas é necessário, Senador Roberto Requião, que nós façamos esse debate, inclusive, em conjunto com a questão da renovação das concessões, para que isso não se dê pura e simplesmente de forma automática, sem um processo de exigência até da qualidade e do comprometimento dessas empresas. Aí, depois, fica o papel das agências reguladoras, que é o de meramente chegar depois do fato consumado e não efetivamente contribuir para uma linha de funcionamento dos serviços públicos.

Portanto, creio que nós teremos oportunidade de fazer esse debate aqui na volta do chamado “recesso branco”. O Senador Roberto Requião me dizia até que quer fazer um bom debate na bancada; nós queremos fazer um bom debate na Comissão de Serviços de Infraestrutura, fazê-lo na Casa como um todo, discutindo não pura e simplesmente a medida provisória, mas contribuindo com propostas para o sistema que, na minha opinião, é um dos principais insumos para o desenvolvimento econômico e principalmente para o desenvolvimento social.

Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento o Senador Walter Pinheiro, nosso Líder, e queria convidar, então, para fazer uso da palavra, o Senador Suplicy. (*Pausa.*)

Não está presente.

Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

Em seguida, ao Senador Mozarildo, como inscrito... S. Ex<sup>a</sup> está fazendo permuta, porque está inscrito...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Está inscrito aqui também, como Líder, o Senador Paulo Davim, que será o próximo, e, aí, voltamos para a lista de oradores inscritos em seguida.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Rodrigo, está como...

Está bem. Por gentileza.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, como V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento, o Senador Mozarildo e eu somos os titulares destas sessões às quais comparecem tão poucos Senadores. Nós somos os titulares das sessões das segundas-feiras e das sextas-feiras. Em nome disso, sendo esta

provavelmente a última sessão deste mês – nós entramos num recesso branco, e não haverá mais pauta até o fim do mês –, peço um pouco de tolerância a V. Ex<sup>a</sup> quanto ao tempo do discurso que pretendo pronunciar.

Confesso, Senador, que, às vezes, tenho uma ponta de ciúme da oposição, porque, como diria Millôr Fernandes, a oposição é o livre falar, é só falar. E, nesses dias, com o magérrimo PIB de 0,4% no segundo trimestre do ano e de 1,2% nos últimos 12 meses, a oposição falou, falou da tribuna do Senado, nos jornais e tudo o mais. Discursou com a facilidade e a desenvoltura de uma faca quente cortando um tablete de manteiga. É fácil falar: é só falar.

Mais uma vez, a começar pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a oposição desanca o Governo pelo que ele tem de positivo, pelas suas virtudes – por exemplo, pelos investimentos sociais, que são ainda, no meu entender, muito poucos, um tanto quanto pobres –, e elogia-o por iniciativas que representam retrocesso, que expõem e denunciam a falta de coragem de arrostar com as consequências de uma ofensiva antiliberal, como é o caso das malfadadas concessões na área de infraestrutura e de energia.

É por essas sinuosidades e descaminhos que a oposição ama o atual Governo, e o ex-Presidente, volta e meia, marreta a cunha da discórdia entre Dilma e Lula. É o que faz Fernando Henrique Cardoso.

Recomenda-se que não se refira à corda em casa de enforcado. Como a oposição julga que a lembrança do desventurado esfumou-se na proverbial desmemória brasileira, amiúde ela traz o espectro à cena, e ele não é nada agradável, como vou relatar.

Em média, anualmente, o País cresceu pouco mais de 2% nos oito anos de Fernando Henrique Cardoso, sendo que, em dois anos seguidos, 1998 e 1999, cresceu menos de 1%, como resultado das famosas medidas de austeridade e ajustes fiscais recomendados pelo Fundo Monetário Internacional e aplicadas, com diligência e disciplina, por Malan e companhia – medidas de austeridades, nunca é demais lembrar, tomadas só depois da reeleição de S. Ex<sup>a</sup> o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nos oito anos de Lula, que agora Fernando Henrique quer exorcizar como se fossem períodos de desatinos e de bandalheiras, o Brasil cresceu, em média, anualmente, 3,6%. Uma maravilha? Não, nada disso. Números, cá entre nós, também sofríveis.

De todo modo, registre-se que, com o crescimento de 5,4% em 2007 e de 5,1% em 2008, a expectativa era um salto chinês em 2009, o que não aconteceu por causa da debacle financeira global, que se inicia já no ano de 2008. No entanto, com as medidas que Lula tomou quando a crise explodiu as ilusões do capitalismo financeiro – medidas tomadas na contramão do que aconselhavam os tucanos, diga-se –, o Bra-

sil cresceu magníficos 7,5% em 2010, último ano do “companheiro” na Presidência, como agora debocha Fernando Henrique Cardoso.

É livre falar, é só falar.

E a *Folha de S.Paulo* também fala com a boca cheia de razões. Esta é a manchete do jornal dos Frias, no dia 1º de setembro: “Brasil tem o maior ciclo de PIB fraco desde o Plano Real”. Deixemos para lá o maltrato ao vernáculo, a limitação vernacular, vocabular, que resultou no inestimável título “maior ciclo de PIB fraco” e passemos ao conteúdo da manchete.

Seria verdade? O maior ciclo de baixo crescimento desde o real? Teria razão a *Folha de S.Paulo*? Vejamos: nos anos nada graciosos de 1998 e de 1999, o Brasil cresceu, respectivamente, 0,1% e 0,8%. Quer dizer, por dois anos, o PIB fernando-henriquista não superou 1%. Nos quatro trimestres de 1998, o glorioso ano da reeleição, o País cresceu 0,1%; nos quatro trimestres do ano seguinte, 1999, o crescimento foi de 0,8%.

Ora, o IBGE nos diz que, no ano passado, primeiro do Governo Dilma, o Brasil cresceu 2,7%. No presente ano, na pior das hipóteses, vamos crescer 1%. Onde, então, está essa besteira que disse a *Folha de S.Paulo* do maior ciclo de PIB fraco? Isso se deu em 1998 e em 1999 ou em 2011 e em 2012?

Ah, sim! A edição da *Folha* que traz a preciosa manchete é a mesma que circulou em Minas Gerais sem a foto de Lula e de Patrus Ananias na capa, no primeiro comício de que participou o ex-Presidente depois de recuperado do câncer. A edição que foi para outros Estados exibiu a foto do apoio de Lula a Patrus; em Belo Horizonte, a foto evaporou-se da capa da *Folha*. É o que leio, pelo menos, nos *blogs*.

Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, por favor, não entendam minhas observações como defesa intransigente da política econômica do Governo Dilma ou do PT. Pelo contrário, não vejo, em substância, diferença entre a política econômica de uns e de outros. Diferem-se em nuances, em ênfases, em preocupações sociais, e isso, concordo, não é pouco. E se há, e quando há, o que sustenta o crescimento brasileiro dos luzias e dos saquaremas? Não são a pujança de nossas indústrias, os investimentos em infraestrutura e em inovação tecnológica. Não são os investimentos sociais. São ainda as *commodities*. É a nossa porção colonial que se sobressai.

Vou repetir, ainda outra vez – quanto mais repito, mais me espanto –, informações de um estudo da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Nos anos 80, a produção industrial brasileira era superior à produção industrial da China, da Coreia do Sul, da Tailândia e da Malásia. Hoje – estes são dados de 2010, nem são dados de hoje –, não produzimos mais que 15% do que eles produzem.

E o que aconteceu de tão extraordinário nos anos 80 e 90 para que tenha havido um encolhimento industrial tão acentuado assim? Aconteceu, Senador Tomás, aconteceu, Senador Davim, aconteceu, Senador Mozarlido, a tal “abertura comercial”, aconteceu a “desregulamentação”, aconteceu a nossa “inclusão no mundo global”, o descerramento às escancaras, sem limites de nossas fronteiras à entrada de toda sorte de produtos. Diziam: é o preço de nosso ingresso na modernidade.

Mas o que havia de mais moderno, de mais avançado em todo o planeta Terra que, por exemplo, a indústria brasileira de auto-peças? A Metal Leve, a Freios Varga, a Cofap, só para citar a vanguarda do setor, competiam com as empresas afins e superavam-nas, globalmente. Era o Brasil procurando seu lugar no processo industrial do Planeta.

E aí Fernando II abriu os portos. E aí o setor tecnologicamente mais desenvolvido da indústria brasileira soçobrou. E lá se foram – lembram, Srs. Senadores? –, da noite para o dia, 250 mil empregos de trabalhadores altamente qualificados! E lá se foram, transferidos para o exterior ou simplesmente fechados, os mais avançados centros de pesquisa e laboratórios de desenvolvimento de produtos.

Enquanto outros países protegiam-se com tarifas que resguardassem a indústria e o mercado domésticos da concorrência internacional, casos específicos daqueles países que citei – China, Coreia do Sul, Malásia e Tailândia –, nós, os moderninhos, os avançadinhos, os descolados, abrímos as portas para toda sorte de bugigangas! Quanta liberalidade! Que magnífico espírito colonial! Os países centrais não poderiam contar com colaboracionistas mais prestativos. E assim foram os anos de Fernando Henrique Cardoso.

Mudou alguma coisa nos anos Lula? Não, pelo contrário, exacerbou-se a nossa dependência da produção, extração e exportação de *commodities*. O processo de encolhimento da produção industrial prosseguiu sem qualquer iniciativa consistente de estancá-lo ou pelo menos pausá-lo.

Recorro de novo à Abimaq. Diz essa Associação, que reúne os fabricantes de máquinas e de equipamentos, que o setor vai fechar este ano com déficit superior a US\$20 bilhões. Afinal, fabricar máquinas e equipamentos para quem, Senador Jorge Viana?

Da mesma forma, o setor de embalagens, de embalagens de máquinas e produtos em geral, também anuncia um péssimo ano. De fato, embalar o quê, além das desilusões com a política econômica do Governo?

O Indicador de Nível de Atividade, índice da Fiesp para medir o desempenho industrial, registrava, em julho, uma queda de 6,4% sem qualquer vislumbre de recuperação. Já a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, também referente a julho, mostra que, nos primeiros sete

meses do ano, a produção física de nossa indústria recuou 3,7%. A maior queda, menos 12%, foi no setor de bens de capital, isto é na produção, entre outros itens, de máquinas e equipamentos. No setor de produção de bens de consumo duráveis, o recuo foi de 8,4%. Na produção de bens intermediários, houve diminuição de 2,5%. E o desfile de números negativos continua.

Examine-se, agora, como se comportam os investimentos em nossa economia. Recolho de um artigo do editor e colunista Carlos Lopes, do jornal *Hora do Povo*, esses dados, que contradizem o Ministro Manteiga, segundo quem a taxa média anual do investimento brasileiro é uma das maiores do mundo. Na verdade, há quatro trimestres que está caindo o investimento nacional, segundo revela o índice Formação Bruta de Capital Fixo, que avalia os gastos das empresas com ativos como máquinas, equipamentos e edificações. Há quatro trimestres, nossas indústrias investem menos em máquinas, em equipamentos e em edificações.

Lopes lembra ainda que, em termos de PIB, o investimento também caiu: representava 19,5%, no final do Governo Lula, e, agora, está em 17,9%.

E os investimentos públicos como se comportaram até julho? Muito mal. Nos primeiros sete meses do ano, o Governo liberou tão somente 8,56% da dotação orçamentária para investimentos, lembra Carlos Lopes.

O editor examina também desembolsos do BNDES, principal fornecedor de recursos para o sistema privado. Pois bem, de maio de 2011 a maio deste ano, o dispêndio do banco para a indústria de transformação caiu quase 50%; para a indústria em geral, 47%. Ainda no ano passado, apenas 29% dos desembolsos foram para a indústria; neste 2011, até o momento, 26%.

Alguma surpresa, então, com a queda da produção industrial? Inusitado seria se, com esse câmbio, com essa concorrência predatória, com a ausência de qualquer proteção à indústria nacional, com investimentos tão pífios, se, com isso tudo, crescesssemos.

Mas nem tudo são más notícias. Depois de reduzir os juros e dar certo refresco ao câmbio, o Governo Federal, finalmente, aumenta o Imposto de Importação de uma centena de produtos e promete duplicar a relação em breve. É a tarifa externa comum do Mercosul, que a Presidenta Dilma está enfrentando com coragem – e está bancando a necessária integração da Venezuela.

No entanto, Srs e Srs. Senadores, basta que se reduzam os juros, que se mexa no câmbio e que se elevem as tarifas para que o País retome o crescimento industrial? Não. Não basta. São ainda aspirinas para se combater grave infecção.

O desenvolvimento brasileiro e, em consequência, o crescimento industrial, não se faz com remendos, com operações tapa-buracos.

Caso tivéssemos um programa estratégico de desenvolvimento nacional, com objetivos claramente definidos, assim como definidas as táticas para alcançá-los, tudo bem, admitir-se-iam medidas que corrigissem a rota. Não é caso. O Brasil não tem um programa estratégico de desenvolvimento. O Brasil navega ao sabor das circunstâncias, ao sabor das marolinhas ou das grandes tempestades. E vai aportar aonde? Não se sabe.

Caros e caríssimos Senadores, confesso angústia e desalento. E também desânimo, impaciência, sim; frustração, sim. E até mesmo certa irritação quando vejo marchar aqui e nas comissões da Casa toda sorte de projetos e requerimentos; quando vejo enfileirarem-se sugestões, ideias e opiniões sobre os mais desencontrados temas, e não vejo a Casa se debruçar sobre o grave, gravíssimo fato de que o País não tem um programa, não tem um plano estratégico de desenvolvimento.

E seus aliados do PFL, do PPS e do PP tinham um plano; tinham um programa de como começo, meio e fim. E executaram-no. O programa da dependência, da nossa inclusão no mercado global como fornecedores de *commodities* e consumidores de produtos finais importados. O programa da submissão do País à especulação financeira, ao mercado financeiro; o programa do combate feroz, persistente ao Estado; o programa do superávit primário e da responsabilidade fiscal para gerar recursos que pagassem os juros da dívida e premiassem generosamente os rentistas; o programa do corte nos gastos sociais, da redução de direitos e garantias previdenciárias e trabalhistas; o programa da renúncia do Estado às suas atribuições fundamentais.

(*Interrupção do som.*)

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR)

– Alguns saudosistas desses gloriosos dias talvez salivem de emoção ao verem a Grécia sendo pressionada a cortar salários, reduzir benefícios sociais, cancelar aposentadorias, impor fim de semana de um só dia, reduzir o descanso mínimo entre as jornadas de trabalho. Ainda não chegaram à proposta da reinstituição da escravatura ou ao regime de trabalho criado pela Alemanha para os povos inferiores entre 1933 e 1945, mas se esforçam, Senador Jorge Viana. O mercado se esforça, os banqueiros se esforçam, os donos do capital financeiro se esforçam para isso.

Foram-se os anos tucanos-pefelistas e vieram os anos petistas, com a pronta adesão de meu partido e sua irresistível vocação governista. Muda o governo. Não tem importância. O PMDB não muda, continua sendo governo.

(*Interrupção do som.*)

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR)

– Substancialmente, em essência, mudou alguma coisa? A natureza das coisas, ou como questionariam os

filósofos, mudou? A qualidade predominante das coisas, seu caráter distintivo, mudou?

Substancialmente, em essência, nada mudou. Com pequenas variações, a política econômica é exatamente a mesma. A mesma vinculação e submissão à globalização neoliberal.

Não atalhem com aqueles números todos sobre a redução da pobreza, da mortalidade infantil, a ampliação da dita classe média, o acesso à educação e à moradia, o aumento do número de trabalhadores com carteira assinada, a ampliação da oferta de empregos, e isso e aquilo e mais um pouco.

São inegáveis os avanços sociais. Mesmo sob uma política econômica fundamentalmente neoliberal...

(*Interrupção do som.*)

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR)

– ....As circunstâncias, as peculiaridades conjunturais permitiram que o governo do presidente Lula tornasse menos sofrida a vida de parte dos brasileiros mais pobres e secularmente excluídos.

No entanto, se não mudarmos a natureza, a qualidade predominante da política econômica, construindo um programa de desenvolvimento que tenha como meta os interesses populares e nacionais, que tenha como medida principalmente os trabalhadores e empresários brasileiros, tudo o que se avançou dissolver-se-á com a rapidez da água sobre o açúcar.

Sr's e Srs. Senadores, chega de divertimento – do latim, *divertere* –, de desviar do que importa, isto é, chega de projetos, de sugestões e ações que desviam, que tangenciam, que contornam, que evitam o que interessa.

(*Interrupção do som.*)

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR)

– Antes de tudo, acima de tudo, o debate e a construção de um programa nacional de desenvolvimento.

Depois desse período eleitoral, que se debruce este Congresso Nacional, este nosso Senado da República sobre essas questões, não como oposição ao Governo da Dilma, o que seria neste momento uma tolice absoluta, mas como um apoio construtivo, inteligente e crítico para um projeto de desenvolvimento brasileiro e sul-americano.

Obrigado, Senador, pela até mesmo excessiva tolerância com o abuso do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT

– AC) – Parabéns pela maneira como V. Ex<sup>a</sup> bem colocou aqui, um dos decanos desta Casa junto com o Senador Mozarildo.

V. Ex<sup>a</sup> traz um tema da maior importância para o nosso País e que o mundo inteiro discute, Senador, Requião. O modelo econômico de fato implementado nas grandes economias do mundo fracassou. E essa é uma oportunidade que o mundo tem de começar uma

fase nova, talvez com um novo padrão de produção e consumo, mas que esteja colocado em outras bases que possam entender o mundo de hoje.

Parabéns! O Senado fica agradecido com a contribuição de V. Ex<sup>a</sup>.

O próximo orador inscrito, como Líder, é o Senador Paulo Davim. Em seguida, voltamos para a lista de inscrição -, em permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos, que é o tempo regimental.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Jorge Viana, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, eu gostaria de ter abordado esse tema na tarde de ontem. Infelizmente, não pudemos, em função da Ordem do Dia, que foi prolongada. E o faço, hoje, com muita alegria, com muita satisfação, comentando dois projetos que foram aprovados, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Sociais, da qual faço parte.

O primeiro projeto é o que institui a vacinação do HPV na rede SUS. O HPV é o vírus do papiloma humano. Foi discutido na comissão esse projeto, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e foi aprovado com emendas, discutidas também lá, na Comissão de Assuntos Sociais.

Acho esse projeto de grande alcance do ponto de vista de saúde pública, de prevenção, já que o vírus do HPV está relacionado com o câncer de colo de útero. De 3% a 10% das mulheres que tiveram contato com o vírus HPV desenvolvem câncer de colo de útero.

Portanto, na hora em que esta Casa, a comissão discute, debate e aprova um projeto que institui a vacinação, que vai contemplar as mulheres de 9 a 13 anos de idade, seguindo, evidentemente, a orientação de estudos internacionais, esta Casa e a Comissão deram uma forte contribuição à Medicina preventiva no Brasil, porque vamos imunizar essas jovens mulheres contra esse vírus, que tem um efeito deletério sobre a saúde da mulher.

Portanto, a Comissão contribuiu de forma decisiva, e a Relatora, a Senadora Marta Suplicy, participou de audiências públicas. Eu mesmo tive reunião, inclusive com a indústria farmacêutica dessa vacina. Discutimos com profissionais da área. De forma que foi um debate bastante embasado, e todos nós, da Comissão, saímos ontem da reunião da Comissão de Assuntos Sociais extremamente satisfeitos com o rendimento e com as propostas que foram votadas, sobretudo essa do HPV.

O segundo item que gostaria de comentar é o projeto de lei – também de grande alcance social, que foi discutido, debatido e aprovado, da mesma forma, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Sociais – de autoria do Senador Moka, que reconhece a atividade do cuidador, o cuidador do idoso. Acho esse projeto extremamente importante, de grande sensibilidade, por-

que, estatisticamente, estamos vendo o País envelhecer. Atualmente, são 32 idosos para cada 100 jovens. No ano de 2050, serão 168 idosos para cada 100 jovens. A regulamentação dessa atividade é importante porque a presença do cuidador no dia a dia já é uma realidade.

Sabemos muito bem que o cuidador do idoso tem um papel relevante na proteção e no zelo da saúde do idoso de que ele cuida, porque, comprovadamente, sabemos que a presença do cuidador diminui os acidentes domésticos que envolvem a pessoa idosa. E esses acidentes são muito frequentes; acidentes, inclusive, graves, como as quedas de níveis com trauma craniocéfálico, os acidentes com fratura de colo de fêmur, que trazem um desdobramento muito sério para o idoso, dificultando a deambulação e, muitas vezes, trazem problemas decorrentes dessa fratura, e a presença do cuidador diminui esses acidentes. Da mesma forma que diminui a incidência de depressão, já que o idoso é um indivíduo solitário, porque o segmento jovem da família...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco/PV – RN) – ...Ou a parte jovem da família está em plena atividade, está envolvida com o trabalho, com a profissão, com o dia a dia. O idoso é relegado à solidão, ao esquecimento, muitas vezes, e desencadeia-se uma depressão. A presença do cuidador diminui a incidência da depressão do idoso, inclusive diminui também um fato que é muito rotineiro de se encontrar, que é a desnutrição do idoso. O cuidador diminui a incidência de desnutrição do idoso, e há uma relação afetiva, uma relação de companheirismo, uma relação de zelo, uma relação de camaradagem entre o cuidador e o idoso.

Então, esse projeto que foi aprovado ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, tenho absoluta certeza de que será, da mesma forma, bem-avaliado, bem-debatido e aprovado na Câmara dos Deputados.

Eu acho que a nossa Comissão deu uma contribuição generosa do ponto de vista da saúde pública ontem, na discussão desses dois projetos. Quero aqui elogiar a iniciativa dos dois companheiros Senadores da Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Moka, por essa iniciativa, pela sensibilidade que demonstraram, apresentando essas duas propostas – e foram duas propostas discutidas por todos os membros da Comissão.

As propostas foram enriquecidas com o debate, as propostas foram, exaustivamente, debatidas com os segmentos que lhes dizem respeito, como o segmento da Enfermagem, o da Gerontologia, com familiares, com pessoas que são cuidadores, com cursos de formação de cuidadores, com os responsáveis por esses cursos. Enfim, foi realmente uma contribuição, e eu faço este registro, na manhã de hoje, aqui no Senado

da República, satisfeito e feliz com a contribuição que nós, da Comissão de Assuntos Sociais, demos para a saúde pública no Brasil.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Davim, o Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aníbal Diniz, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, em permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Aníbal Diniz, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu fico muito feliz de ocupar esta tribuna, hoje, para trazer uma informação, especialmente, à minha população de Roraima, mas também à população de toda a Amazônia e da faixa de fronteira.

Em reunião, hoje, na Comissão de Relações Exteriores, eu encaminhei à Presidência e requeri que fosse adotado, como projeto da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o anteprojeto produzido pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que estabelece uma política nacional para aquelas regiões, porque, até aqui, o que nós temos para aquelas regiões são ações temporárias. A cada governo, acontece uma ação diferente, que muda ao longo desse governo. Eu diria que elas são descontinuadas, e, com isso, o que acontece com aquelas populações?

Se fizermos um levantamento histórico, vamos ver que, na verdade, essas regiões já tiveram inúmeros planos, começando lá pela Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), depois pela Sudam. Depois, houve um período em que a Sudam foi extinta, e criou-se a Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Depois disso, voltou a existir a Sudam. Nós temos o Banco da Amazônia, que presta um serviço importante naquelas regiões. Mas não existe uma diretriz de governo. Eu diria melhor, não existe uma diretriz de Estado, porque o que tem de haver para aquelas regiões é, realmente, uma política de Estado, isto é, independentemente do Presidente que esteja presidindo o País no momento, essa política tem de ser, digamos assim, inalterada ou até alterada para melhor, de acordo com as necessidades das regiões. Mas o que não pode é ficar como está.

Eu quero dizer, por exemplo, que ontem nós aprovamos aqui um projeto que é um avanço, tardio, mas é um avanço, com relação à autorização para se criarem *free shops* ou lojas francas nas cidades gêmeas de fronteira.

O que é cidade gêmea? É aquela cidade brasileira que faz fronteira com uma cidade do país vizinho. Ou

melhor, estão até coladas, às vezes, são separadas por uma rua. E o que acontece na prática até aqui? Do lado dos países vizinhos, desde a Venezuela até lá na Argentina, o que temos dos lados dos países vizinhos: zonas francas, área de livre comércio, *free shops*. O que ocorre, na prática, para nosso prejuízo, é que a população das cidades gêmeas brasileiras vai comprar nas cidades gêmeas do outro lado da fronteira.

Então deixam lá o nosso dinheiro. As pessoas que moram nessas cidades muitas vezes trabalham do outro lado da fronteira, portanto a mão de obra é gerada do lado estrangeiro. Os empresários que estão ali preferem investir, portanto, do outro lado, até para vender para os brasileiros, porque é muito mais vantajoso para eles.

Lá mesmo no meu Estado de Roraima temos duas cidades: Pacaraima, que faz fronteira com a Venezuela e, portanto, com a cidade de Santa Helena, e temos Bonfim, que faz fronteira com a Guiana, com a cidade de Lethem. Ora, tanto em Santa Helena quanto em Lethem existe zona franca. E o que acontece? Tudo, tudo, mas tudo mesmo, do alimento, passando pelo material de limpeza, passando por eletroeletrônicos, bebidas, calçado e roupa é vendido por quase um terço do preço que se cobra do lado brasileiro.

Isso é um país que vem tratando as suas fronteiras com o maior descaso. É como se fosse um quintal, que não causa interesse. E, no entanto, é lá, nessa longa faixa de fronteira de 16 mil quilômetros, que estão as portas abertas não só para saída do nosso dinheiro, também do contrabando, como para entrada de drogas, de armas, e não há uma política, repito, nacional de fronteira.

Por isso, e logo mais darei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer, que a subcomissão levou 2 anos – aqui vejo três Senadores da Amazônia – ouvindo não só os governos, tanto no nível municipal, estadual quanto federal, mas ouvindo também instituições de pesquisas, universidades. Foram vinte reuniões, com um ciclo de debates que abordaram os temas: fronteira e segurança nacional, desenvolvimento econômico e social nessas regiões, infraestrutura, plano estratégico de fronteira, a questão indígena e fundiária e as relações internacionais com os países vizinhos. Vejam bem: de que adianta, por exemplo, o Brasil fazer – e a Presidente Dilma estabeleceu agora um Plano Estratégico de Fronteiras –, digamos assim, operações militares, ou até cívico-militares, que não são permanentes? Deve haver um perfeito entendimento com os países vizinhos, para que trabalhemos juntos, tanto as nossas Forças Armadas quanto o nosso Ministério das Relações Exteriores, quanto, também, outras áreas.

Então, é muito importante, para o País, que tenhamos essa política. Afinal, a Amazônia e a faixa de fronteira representam praticamente dois terços da área

do País. Então, que país é esse que ainda está, como na época do Brasil colônia ou do Brasil Império, localizado e preocupado só com o seu litoral?

Nós temos que voltar a vista para o nosso interior, para o nosso continente. E a última vez que se fez isso, de maneira segura, foi com Juscelino Kubitschek, que trouxe a capital para o Planalto Central. Não ousou levar mais para longe, evidentemente. Não procurou o centro geográfico do País. Mas, naquela altura, já foi um avanço. Construiu estradas, como a Belém-Brasília, que realmente abriram, para a Amazônia, a possibilidade de integração nacional, como a rodovia que vai até Rondônia e que vai até o Acre.

Então, eu queria, antes de prosseguir no meu raciocínio e na minha explanação, ouvir, com muito prazer, o nobre Senador de Rondônia.

**O Sr. Tomás Correia** (Bloco/PMDB – RO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, vou ser rápido para não tomar o tempo de V. Ex<sup>a</sup>. Mas é que o meu Estado, o Estado de Rondônia, faz fronteira, realmente, com a Bolívia, uma extensa fronteira. Na verdade, a gente percebe, nitidamente, a ausência do Poder Público nessa área de fronteira. Com relação aos *free shops*, Guajará-Mirim é uma cidade vizinha de Guayaramerín. E nós, ali, assistimos brasileiros, aos tantos, transpondo a fronteira para Guayaramerín, fazendo compras e carimbando a nota aqui no Brasil. A nossa função, do lado brasileiro, é só carimbar a nota que vem de Guayaramerín. E percebemos que o comércio de Guajará-Mirim não é mais atuante por falta de incentivos fiscais, não obstante ser uma área de livre comércio, mas que não tem atuado com a eficiência necessária. Então, espero que o *free shop*, que aprovamos ontem nesta Casa, seja implementado o mais rapidamente possível, porque é um projeto meramente autorizativo e, certamente, ficará ao alcance do Poder Executivo implantar ou não. Espero que haja sensibilidade, que a Receita Federal, inclusive, entenda que um projeto dessa natureza é muito importante economicamente, gerando riqueza e tributos, sem dúvida nenhuma. Portanto, parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que faz esta manhã.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, que está aqui há pouco tempo, mas que tem demonstrado um conhecimento profundo não só da vida parlamentar, mas dos problemas do Estado de Rondônia e que, com certeza, vai contribuir e muito. Não consigo entender, nós somos vinte e sete Senadores da Região Amazônica. Se somarmos aos da faixa de fronteira que sai da Amazônia, seremos quase a metade do Senado.

Então, é preciso que nos unamos e possamos mostrar ao Executivo que essas regiões não podem continuar sendo tratadas assim. Ao fazer um plano, por

exemplo, um programa x, não vou nominar nenhum, mas que seja para o Brasil todo, estamos tratando de forma igual os desiguais. E aí não adianta, porque as regiões da Amazônia, onde está a Região Norte, e as regiões da faixa de fronteira, de norte a sul, ficam, realmente, em desvantagem porque, na medida em que você faz uma ação de governo qualquer, seja qual for o programa, mas que vai tratar as Regiões Sul e Sudeste do mesmo jeito que vai tratar as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, este Brasil nunca vai eliminar as desigualdades regionais, o que é um mandamento da Constituição, uma das obrigações da República, qual seja, eliminar as desigualdades regionais e sociais.

Eu, como Senador de Roraima, não só por Roraima, mas de Roraima, porque nasci lá, conheço de fato as necessidades da Amazônia. Eu me formei médico na Amazônia e, portanto, não posso me calar diante dessa necessidade que temos de que o Governo de fato tenha uma política permanente de desenvolvimento e de defesa, nessa ordem, porque, pensar em defesa sem desenvolvimento é pensar em uma defesa capenga, e, realmente, as pessoas que moram lá precisam ter oportunidades melhores até do que quem vive, digamos, no litoral rico do Brasil, porque também tem o litoral...

(*Interrupção do som.*)

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Entendo, como eu não quero ler toda a íntegra da matéria que redigi sobre esse tema, eu quero pedir a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Aníbal, que autorize a transcrição na íntegra desta matéria, como parte integrante do meu pronunciamento, porque entendo que nós estamos dando os passos iniciais para, de fato, termos uma política permanente de desenvolvimento e de defesa das nossas fronteiras e da Região Amazônica.

Ontem, eu repito, aprovamos um projeto de autoria do Deputado Marco Maia – eu fui Relator na Comissão de Relações Exteriores – que autoriza, como disse V. Ex<sup>a</sup>, o Poder Executivo a permitir a criação de *free shops*. Agora, é preciso que o Poder Executivo, alguns Ministérios, os técnicos e, às vezes, Ministros – não é uma crítica destrutiva – não vejam o Brasil apenas com relação aos números globais. Devem olhar o Brasil, olhando as pessoas e, principalmente, as regiões mais pobres. E, por isso, eu encerro reiterando o pedido de transcrição, Senador Aníbal.

#### DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(*Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.*)

## **APRESENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA NA CRE.**

Senhoras e Senhores Senadores,

Cumprimentando a todos venho neste momento, em nome da Subcomissão Permanente da Amazônia e Faixa de Fronteira desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentar a Vossas Excelências o projeto que "Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira", o qual foi aprovado no âmbito da mesma em Reunião ocorrida no dia 10 de julho último.

A matéria que ora apresentamos é fruto das discussões realizadas nas 20 reuniões do Ciclo de Debates da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em cumprimento ao Requerimento nº 01, de 2011, de autoria desta Presidência, aprovado em 03 de maio de 2011, organizado em seis ciclos e temas, sendo:

1º - Fronteira e Segurança Nacional (realizadas três audiências públicas);

2º - Desenvolvimento Econômico e Social na Faixa de Fronteira (realizadas três audiências públicas);

3º - Infraestrutura na Faixa de Fronteira (realizadas duas audiências públicas);

4º - Plano Estratégico de Fronteiras (realizada uma audiência pública)

5º - Questão Indígena e Fundiária na Faixa de Fronteira (realizada uma audiência pública); e

6º - Relações Internacionais com os Países da Faixa de Fronteira (realizada uma audiência pública).

Aqueles que conhecem a realidade da Amazônia e da faixa de fronteira brasileiras certamente entendem a

necessidade de um projeto específico de defesa e desenvolvimento para essas regiões. O País já passou muito tempo sem dar atenção aos milhões de brasileiros que ali vivem, em uma área rica em recursos naturais e humanos como nenhuma outra no Brasil.

A Amazônia e a faixa de fronteira do Brasil com outros países sul-americanos compartilham problemas comuns, decorrentes da baixa densidade demográfica, da ocorrência de crimes transnacionais, da existência de conflitos fundiários, da injustiça social e da degradação do meio ambiente, entre outros fatores. Para fazer frente a essas ameaças, as duas regiões precisam ser, de fato, integradas ao espaço econômico nacional e tratadas como espaço geográfico privilegiado de integração regional.

Contudo, as duas regiões partilham também enormes potencialidades. Os recursos naturais – floresta, minério e água, por exemplo – precisam ter a sua exploração disciplinada, sob pena de os interesses privados imediatos prevalecerem sobre o interesse público de longo prazo. As riquezas existentes nessas áreas pertencem a todos os brasileiros e, portanto, sua exploração deve beneficiar igualmente a todos os brasileiros.

As vulnerabilidades e as oportunidades comuns justificam a reunião de defesa e desenvolvimento em uma mesma política nacional. A semelhança entre os problemas enfrentados e as potencialidades econômicas, por sua vez, autorizam a junção da Amazônia e da faixa de fronteira nessa mesma política.

Nesse sentido, solicitamos a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que receba a matéria em tela e a adote como sendo de sua autoria para apresentação e posterior tramitação ordinária como Projeto de Lei do Senado Federal.

Muito obrigado.

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2012**

Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

O CONGRESSO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira, definindo seus fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – Amazônia Legal, os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão.

II – Faixa de Fronteira, a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, considerada fundamental para defesa do território nacional conforme disposto no § 2º do art. 20 da Constituição Federal.

**Art. 3º** A Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira tem como fundamentos:

I – a faixa de fronteira é o espaço geográfico privilegiado de integração regional;

II – a superação das carências regionais depende da atuação sistêmica e integrada da União, dos Estados e dos Municípios;

III – a solução das questões relacionadas à Amazônia Legal e à faixa de fronteira demanda abordagem multidisciplinar;

IV – a compatibilização do desenvolvimento sustentável com a garantia da segurança nacional na região para o exercício da soberania nacional sobre a Amazônia Legal e a faixa de fronteira;

V – a promoção da segurança pública depende da superação das carências sociais, econômicas e ambientais da população da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

VI – a interação entre o poder público e os organismos multilaterais internacionais e organizações não governamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável e a garantia da segurança nacional na Amazônia Legal e na faixa de fronteira.

**Art. 4º São diretrizes da Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira:**

I – a integração com os demais países da América do Sul, em especial por meio dos organismos multilaterais regionais;

II – a contínua e crescente integração da atuação das Forças Armadas, dos órgãos de inteligência e de segurança pública brasileiros;

III – a busca pela atuação integrada das Forças Armadas, dos órgãos de inteligência e de segurança pública brasileiros com seus congêneres nos demais países da América do Sul;

IV – a busca por soluções compartilhadas para os desafios comuns nas cidades gêmeas da fronteira;

V – a promoção de atividades de ciência, tecnologia e inovação voltadas para a solução de necessidades específicas da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

VI – a regularização fundiária como instrumento de redução dos conflitos agrários e a promoção da paz no campo;

VII – o estímulo ao cooperativismo, como meio de promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal e na faixa de fronteira.

**Art. 5º A Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira tem por objetivos:**

I – promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal e na faixa de fronteira, por meio do estímulo ao crescimento econômico com responsabilidade ambiental e justiça social;

II – ampliar a ocupação produtiva sustentável e a vivificação da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

III – promover a redução das desigualdades regionais;

IV – reduzir os riscos sociais e ambientais a que estão sujeitas as populações da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

V – facilitar o compartilhamento de informações entre a União, os Estados e os Municípios da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

VI – estimular a instalação das infraestruturas de transporte, energia e saneamento para favorecer o desenvolvimento sustentável da região;

VII – auxiliar na implantação da infraestrutura de transportes e energia para a integração com os demais países da América do Sul;

VIII – consolidar as atividades de monitoramento, patrulhamento e vigilância das fronteiras terrestres brasileiras;

IX – combater organizações criminosas e atividades ilícitas transfronteiriças;

X – auxiliar a implantação de políticas públicas de educação, saúde, habitação, turismo, assistência técnica e extensão rural;

XI – ampliar a presença e a mobilidade das Forças Armadas na Amazônia Legal e na faixa de fronteira, como ferramenta de dissuasão de forças hostis.

**Art. 6º** São instrumentos da Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira:

I – o plano estratégico de fronteiras;

II – a Política e a Estratégia Nacional de Defesa;

III – a Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

IV – os programas de desenvolvimento regional;

V – os sistemas de monitoramento e controle gerenciados pelas Forças Armadas e pelos órgãos de inteligência e de segurança pública;

VI – a cooperação internacional;

VII – os programas de concessão de crédito por instituições públicas e privadas;

VIII – os fundos constitucionais de financiamento do Centro-Oeste – FCO e do Norte – FNO.

*Parágrafo único.* As instituições financeiras e os bancos de investimento públicos criarão linhas de crédito especiais para as atividades de promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal e na faixa de fronteira.

**Art. 7º** A Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira será implementada de modo articulado e integrado com outras políticas públicas, em especial as relacionadas a:

I – educação, arte, cultura, lazer e extensão universitária;

II – saúde;

III – segurança alimentar, geração de trabalho e renda e moradia popular;

IV – populações indígenas;

V – tecnologia de assistência social;

VI – agricultura, com ênfase na agricultura familiar, agroecologia e reforma agrária;

VII – energia, recursos hídricos e recursos minerais;

VIII – meio ambiente, saneamento básico e gestão de resíduos;

IX – ciência, tecnologia e inovação;

X – turismo e comércio exterior;

XI – juventude e direitos da criança e do adolescente;

XII – promoção da igualdade em relação à raça, gênero e de pessoas com deficiência;

XIII – microcrédito e economia solidária;

XIV – desenvolvimento local participativo;

XV – segurança pública e defesa nacional.

**Art. 8º** Os municípios localizados na Faixa de Fronteira devem ter observados, para fins de celebração de convênios com a administração pública federal, o disposto no §1º e no caput do art. 26, da Lei 10.522, de 19 de julho de 2002.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, nos termos do Regimento.

Agora, com a palavra, como Líder do PR, o Senador Cidinho Santos.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco/PR – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, na manhã desta quinta-feira, para falar um pouco sobre a preocupação com a questão logística em nosso País, especialmente no nosso querido Estado do Mato Grosso.

Neste momento em que temos um problema bom, que é a supersafra 2011/2012, o Mato Grosso produzindo acima de 40 milhões de toneladas de grãos, vivemos uma situação inusitada, Sr. Presidente, em que a safra de milho, prevista para ser de 8 milhões de toneladas, foi de 15 milhões de toneladas.

Hoje, qual é a situação da infraestrutura, das rodovias que cortam o Estado do Mato Grosso? A safra não pode ser escoada simplesmente porque não há caminhões disponíveis para retirá-la do Estado do Mato Grosso. Então, enquanto Nordeste e Região Sul precisam de milho, estão carentes, assim como outras regiões do País, o Mato Grosso tem uma supersafra e não consegue fazer escoar sua produção.

Nesta semana, fizemos uma reunião com o Presidente da Conab; ontem, com o Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, José Carlos Vaz, e com o Secretário de Política Agrícola, o Caio. Não se encontra alternativa, em curto prazo, para o escoamento da produção de milho do Estado do Mato Grosso.

Isso nos faz refletir sobre o que vem sempre sendo dito no Brasil, ou seja, que chegaria o momento em que haveria um apagão na logística do nosso País, envolvendo a questão das rodovias, das ferrovias, dos portos e também, como falei há poucos dias aqui, da armazenagem.

É preciso que o Governo Federal atente para essas situações. Algumas medidas já estão sendo tomadas, como a construção de rodovias e ferrovias, mas isso tem de ser feito num ritmo mais acelerado, porque o Brasil continua aumentando sua produção, que, neste ano, vai passar de 160 milhões ou 170 milhões de toneladas, e isso é significante. Para o ano que vem, também, se Deus quiser, há perspectiva de uma nova supersafra, e é preciso que o País se prepare.

Também falamos um pouco, Sr. Presidente, sobre a situação dos portos.

As greves intermitentes dos trabalhadores portuários já se estendem para além da paciência nacional e ameaçam a ordem social e econômica do País. O movimento paredista tem contribuído muito para o arrefecimento da economia nacional e, enquanto isso,

o descontrole do Estado sobre o abuso dos servidores em áreas de extrema “insegurança” nacional chega a ser tão visível quanto o primarismo político das entidades sindicais.

Sinal da inabilidade dos estivadores grevistas, os portos de Paranaguá, Santos e São Francisco do Sul têm sido os mais atingidos, comprometendo em larga escala a capacidade brasileira de importação e exportação de grãos e matéria-prima. Como se não bastasse a operação tartaruga adotada pelos portuários em constantes greves, servidores da Receita Federal e da Polícia Federal resolveram, neste ano, cooperar com os estivadores, paralisando suas atividades nos portos brasileiros, prejudicando ainda mais as funções portuárias elementares.

De acordo com a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, a situação se agravou dramaticamente depois da greve deflagrada pelos servidores federais e pelos caminhoneiros. O ápice da crise se deu em agosto, quando a burocracia do Estado brasileiro parecia toda imobilizada, gerando um caos estrutural em toda a cadeia administrativa do País.

Nesse contexto, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, navios estrangeiros em busca de soja e milho brasileiros lotaram nossos portos sem que lograssem embarcar os grãos prometidos e negociados. Em vez disso, deixaram de atracar em nossos cais por simples ausência de carga nos armazéns. Segundo os operadores portuários e os produtores rurais, está faltando soja e milho em quantidade necessária para suprir a demanda contratada.

O transtorno chegou a tal ponto de estrangulamento comercial, que nada menos que 21 navios deixaram de atracar no Porto de Paranaguá por não encontrar a carga pronta. Pior que isso: os atrasos no embarque e desembarque de cargas naquele porto aumentaram com o impasse entre operadores portuários e trabalhadores avulsos. De fato, o Órgão Gestor de Mão de Obra Portuária (Ogmo) chegou a instalar trava eletrônica para impedir que trabalhadores avulsos dobrassem a jornada de trabalho. O resultado é que tal medida contribuiu largamente para que houvesse mais falta de operários, inviabilizando o atracamento das embarcações.

Verdade seja dita, Sr. Presidente, parte do problema advém da recente quebra de safra de grãos no mercado norte-americano. Como não há cereal em quantidade suficiente para abastecer o mercado de lá, os importadores...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco/PR – MT) –... correm para o Brasil em busca do produto. Em média,

os navios deveriam aguardar um mês na fila dos portos para efetivar o carregamento. No entanto, por não haver carga disponível, os cargueiros estão dispensando cada vez mais o embarque contratado.

Uma vez mais, o nó da questão é o esgotamento das malhas rodoviária e ferroviária do País, comprometendo custos, quantidades e preços na hora das negociações. Ao lado disso, exportadores e importadores reclamam da alta e desproporcional incidência de impostos sobre as transações portuárias, justificando a reivindicação legítima pela desoneração da folha de pagamentos, do IPI e do PIS/Cofins, para fortalecimento do setor e aumento da competitividade.

Não por acaso, Sr. Presidente, o Governo da Presidente Dilma anunciou, na semana passada, que prepara para o setor portuário soluções diferentes para a ampliação da capacidade de cada porto...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco/PR – MT) – Nas palavras do Presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Dr. Bernardo Figueiredo, em alguns casos, isso se consumará pelo aumento dos terminais e, em outros, pelo arrendamento de áreas públicas próximas.

Sem dúvida, o Brasil precisa urgentemente ampliar a capacidade dos portos para suprir a demanda prevista até 2030, exigindo das autoridades administrativas planejar o melhor ambiente para que esses investimentos aconteçam.

No cronograma previsto, o pacote com as medidas para os portos deve ser lançado ainda em setembro e se inspira, fortemente, no modelo adotado pelos grandes portos europeus. Lá, como se sabe, o setor portuário é operado pela iniciativa privada, muito embora seja o Poder Público que organiza, gerencia e planeja a área.

Acontece, Sr. Presidente, que, apesar da demonstração de boa vontade do Governo, a Federação Nacional dos Portuários (FNP) já acena paralisar as atividades caso não receba esclarecimentos do Palácio do Planalto sobre as concessões à iniciativa privada dos portos públicos.

Em reunião recente com os presidentes de sindicatos filiados, a Federação aprovou um calendário de mobilizações para pressionar o Governo.

Em suma, enquanto os portuários se prendem aos anacronismos trabalhistas da Lei da Modernização dos Portos, promulgada em 1983, a economia brasileira vai escorregando ladeira abaixo em decorrência dos gargalos burocráticos que rejeitam a competência e a competitividade do mercado. Contra isso, uma cadeia de transformações estruturais deve ser adotada, envolvendo diversos setores da economia e dos transportes.

Dante do exposto, nada mais nos resta senão acentuar os efeitos nefastos de curto e longo prazos decorrentes de insistentes movimentos paredistas nos portos brasileiros. Não somente a saúde geral da economia nacional tem sido seriamente afetada, mas, sobretudo, os produtores brasileiros têm sido acometidos por inesperadas subversões da ordem...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Cidinho, só para lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que o tempo da Liderança agora é de 5 minutos, e já fizemos um acréscimo de tempo. Pode ser mais um minuto para V. Ex<sup>a</sup> concluir?

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco/PR – MT) – Será o suficiente. Obrigado pela compreensão, Sr. Presidente.

E isso, enfim, se dá seja em virtude da negligência do Estado, seja em virtude da inabilidade política ou profissional dos portuários.

Só para concluir, Sr. Presidente, gostaria de dizer da preocupação que hoje temos. Os adubos estão parados em vários portos do Brasil e os agricultores prestes a iniciar o próximo plantio da safra 2012/2013. Esses adubos e fertilizantes não estão chegando às propriedades. Há problemas também com o escoamento da produção. As indústrias de biodiesel iniciam a paralisação de suas atividades em virtude de o metanol também encontrar-se nos portos e não ser descarregado para chegar até as indústrias.

Então, há a preocupação, como eu disse no início, com a paralisação geral de rodovias, ferrovias, portos e armazéns, até chegarmos, de repente, a um momento de apagão da logística no Brasil (*Fora do microfone*).

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Cidinho Santos.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Eu o convido para assumir aqui a Presidência.

Quero anunciar que o próximo orador é o Senador Casildo Maldaner; depois, teremos o Senador Jorge Viana, pela Liderança; e, em seguida, o Senador Pedro Simon, em permuta com a Senadora Ana Amélia.

Pela ordem, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Aníbal Diniz, eu gostaria de registrar, da tribuna do Senado, o requerimento que acaba de ser aprovado por consenso na Comissão de Relações Exteriores.

Dada a importância do fato, eu queria também registrar, da tribuna do plenário, o requerimento para que seja inserido voto de pesar pelas trágicas mortes

do Embaixador dos EUA na Líbia, Sr. Jay Christopher Stevens, e de outros três funcionários da embaixada norte-americana, ocorridas em ataque de milícias islâmicas radicais contra instalações daquela missão diplomática na cidade de Benghazi.

Requeiro, Sr. Presidente, que seja transcrita, na íntegra, a justificativa desse requerimento, que, certamente, conta com o apoio de todos os Senadores e Senadoras.

Eu apenas me justifico, pois, neste instante, estou me encaminhando para o aeroporto para, de Guarulhos, ir a Munique, para o 14º Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica. Por essa razão, não poderei estar presente à posse da Ministra da Cultura, Marta Suplicy, a quem reitero meus cumprimentos e votos de grande êxito nesta jornada, em cooperação com a Presidente Dilma Rousseff, ao mesmo tempo em que também cumprimento a Ministra Ana de Hollanda pelo trabalho realizado.

Meus cumprimentos, Sr. Presidente, inclusive a V. Ex<sup>a</sup>. Tenha uma excelente gestão como 1º Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Aníbal Diniz.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

#### **REQUERIMENTO**

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata Voto de Pesar pelas trágicas mortes do Embaixador dos EUA na Líbia, Sr. Jay Christopher Stevens, e de outros três funcionários da embaixada norte-americana, ocorridas em ataque de milícias islâmicas radicais contra instalações daquela missão diplomática na cidade de Benghazi.

#### **Justificação**

O trágico falecimento do embaixador dos EUA na Líbia, em virtude de covarde ataque contra as instalações da missão diplomática norte-americana em Benghazi, causou consternação e espanto em todo o mundo. Consternação pelo assassinato de quatro pessoas inocentes e espanto pela audácia de se atentar contra a inviolabilidade de uma missão diplomática.

Lembramos que as missões diplomáticas são consideradas invioláveis por determinação contida no artigo 22 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, ratificada pela Líbia e por praticamente todos os governos do mundo. Recordamos, ademais, que o mesmo artigo 22 da referida Convenção estipula que o Estado acreditado tem a obrigação especial de adotar todas as medidas apropriadas para proteger

os locais da Missão contra qualquer intrusão ou dano e evitar perturbações à tranquilidade da Missão ou ofensas à sua dignidade.

O motivo alegado para o ataque, qual seja, a exibição, pela internet, de um filme de péssima qualidade de origem norte-americana com ofensas ao Islã e ao profeta Maomé, não justifica o bárbaro e covarde ataque contra as pacíficas instalações de uma missão diplomática. Há, ainda, o sério agravante de que o Embaixador Jay Christopher Stevens apoia, com grande denodo, a instalação do novo governo da Líbia.

Esse trágico incidente demonstra que a situação da Líbia está muito longe de estar normalizada e que o poder real está pulverizado em dezenas de grupos e milícias armadas.

Assim sendo, manifestamos nosso profundo pesar pelo acontecido ao governo dos EUA e enviamos as nossas sinceras condolências aos familiares e amigos das vítimas inocentes desse grave atentado.

Por último, manifestamos ao governo e ao povo líbio o nosso sincero desejo de que Líbia, país com o qual o Brasil sempre teve boas relações, possa encontrar o caminho da prosperidade e da verdadeira democracia, como desejava também o Embaixador Jay Christopher Stevens.

Sala das Sessões, – Senador **Eduardo Suplicy**.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sem dúvida alguma, Sr. Presidente e caros colegas, quero me associar à proposição do Senador Suplicy – e a Casa e o Brasil, sem dúvida alguma -, em função da morte do embaixador na Líbia e dos funcionários.

Ao mesmo tempo, sucessos a V. Ex<sup>a</sup> na viagem e na pregação que vai fazer em Munique, na Alemanha, na Europa, com uma palestra sobre a renda mínima. O trabalho de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Suplicy, já é conhecido não só no Brasil. Hoje, ele extrapolou o País, já está no mundo e no Primeiro Mundo.

V. Ex<sup>a</sup> é convidado a dar palestras sobre esse tema tão importante.

Ao mesmo tempo, cumprimento – nós todos nos associamos a V. Ex<sup>a</sup> nesse cumprimento – a colega Marta Suplicy pela posse como Ministra da Cultura do Brasil. Já dissemos ontem: perdemos a Vice-Presidente no Senado – e vem mais um Senador do Acre para assumir a sua função –, mas a cultura brasileira ganha uma grande Ministra.

Sucesso a V. Ex<sup>a</sup> nessa viagem.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permita-me um breve aparte.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – O XIV Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica terá a presença de cerca de 400 pessoas dos mais diversos países do mundo, e cerca de 250 trabalhos serão apresentados de sexta até domingo. E ali se vai debater como, em cada país do mundo, está-se cogitando e aprimorando a proposta de se pagar incondicionalmente a todos os habitantes de cada lugar uma renda básica como um direito inalienável de todos de participarem da riqueza da nação. Mas o Brasil tem uma posição muito especial, e, por essa razão, sou o co-Presidente de Honra da Basic Income Earth Network, em função de ter sido o autor da primeira proposta aprovada por um Congresso Nacional, para instituir, ainda que por etapas, a Renda Básica de Cidadania, iniciando-se pelos mais necessitados, como faz o Bolsa Família, até que um dia todos nós, os 194 milhões de brasileiros e brasileiras e até os estrangeiros aqui residentes há cinco anos ou mais, tenhamos esse direito inalienável de participar da riqueza da Nação através de uma renda básica incondicional, modesta, mas que, com o tempo, será cada vez maior com o progresso da Nação e mais relevante. Se começássemos hoje com R\$70,00 por pessoa, que é o que paga o Bolsa Família, já seria um passo. Mas R\$70,00 vezes 12 são R\$840,00 por ano; para cada habitante, R\$194 milhões, o que daria algo como R\$160 bilhões, que é cerca de oito vezes o que paga hoje o Bolsa Família. Então, não é de uma hora para outra que se vai chegar a isso. Mas, com o tempo e com determinação, nós vamos certamente atingir esse objetivo. Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, pela referência.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Sucesso a V. Ex<sup>a</sup> nessa caminhada, Senador Suplicy. Com certeza, V. Ex<sup>a</sup> muito honrará o Brasil nesse congresso internacional.

Sr. Presidente Tomás, de Rondônia, caros Colegas, temos visto, nos últimos meses, uma série de ações do Governo Federal que, devemos reconhecer, indicam uma mudança de paradigma na pauta de investimentos. A aposta na infraestrutura é vital para garantir as condições de crescimento sólido de longo prazo.

Incluem-se entre essas iniciativas, por exemplo, o plano para construção de ferrovias, rodovias, a concessão da administração de aeroportos e, mais recentemente, a redução nas tarifas de energia elétrica, para consumidores e empresas.

Quando concretizados, esses esforços irão compor um quadro propício ao crescimento, fazendo com que avancemos consideravelmente no ranking interna-

cional de competitividade. Contudo, é preciso lembrar que esses passos, apesar de sua inegável relevância, não são suficientes.

Outros dois pontos devem ser perseguidos incansavelmente: a desoneração tributária, especialmente nos setores produtivos, além da desburocratização do Estado. E na questão da desburocratização do Estado, pego uma carona no que, há pouco, falou o Senador Cidinho Santos, do Mato Grosso, que, com muita honra, vem substituindo aqui o Senador Blairo Maggi. Ele falou muito forte sobre a desburocratização.

O excesso de burocracia prejudica a competitividade de 92% das indústrias brasileiras, eleva os custos, desvia recursos das atividades produtivas e atrapalha os investimentos. As informações são da Sondagem Especial Burocracia, feita pela Confederação Nacional da Indústria, a CNI. Para mais da metade dos empresários, o impacto da burocracia na empresa é alto. Como há modernização, como há uma logística para avançar, como há, hoje, a modernidade no desenvolvimento, a questão burocrática, no Brasil, é ortodoxa, parou no tempo e no espaço, não se atualizou, não se modernizou, e aí empeira, vai daqui, vai de lá, é truncado, não destrincha, é um emaranhado que não se moderniza. É por isso que precisamos fazer com que se rompam essas teias da burocracia que não acompanham a modernidade, a atualidade, o desenvolvimento, nos novos tempos, e assim por diante.

A análise dos dados foi feita em dois blocos: um que reúne as avaliações da indústria da construção e outro da indústria de transformação e extrativa.

No geral, os empresários dos três setores relatam que enfrentam uma série de problemas no cumprimento das obrigações legais. Entre as dificuldades, destaca-se o número excessivo dessas obrigações, com 85% das respostas. Em segundo lugar, vem a complexidade das obrigações legais, com 56% das assinalações, e, em terceiro, com 41% das respostas, os entrevistados citaram a alta frequência das mudanças.

Entre os principais impactos da burocracia nas empresas citados pelos entrevistados estão a elevação dos custos de gerenciamento dos trabalhadores, com 58% das menções, o aumento do uso de recursos em atividades não ligadas diretamente à produção e o atraso na realização dos investimentos.

No campo da desoneração tributária, temos visto ações relevantes, apesar de isoladas – nós reconhecemos isso. Hoje o Governo deve anunciar novo pacote, reduzindo os impostos sobre a folha de pagamento de alguns setores específicos. Eles deixarão de pagar 20% de contribuição previdenciária e passar a recolher entre 1% e 2% sobre o faturamento.

O objetivo é reduzir custos das empresas para combater o desaquecimento da economia e manter o emprego. Entre os setores incluídos estão transporte de carga (rodoviário, marítimo e aéreo); fabricação de brinquedos; fornecedores de rochas ornamentais (granitos e mármore); agroindústria – aí é forte, porque a suinocultura e a avicultura passam por uma crise acentuada – e medicamentos. A medida deve entrar em vigor já no final deste ano.

A desoneração, nobres colegas, não deve ser apenas uma medida pontual, variável de acordo com os humores da economia internacional. Deve, sim, fazer parte de um amplo planejamento, com a redução do custo do Estado que permita diminuir a brutal carga tributária que pesa sobre os ombros dos brasileiros.

Se conjugados esses fatores a uma reforma administrativa, no âmbito da descentralização e de um novo pacto federativo, não há dúvida de que construiremos as bases para o desenvolvimento social e econômico que tanto desejamos.

Trago essas considerações, Sr. Presidente, nobres colegas, em função de medidas que – logicamente reconhecemos – são pontuais, mas precisamos começar a fazer uma análise do todo, a médio e longo prazos, para fazer com que o Brasil tenha parâmetros duradouros, para que os que vão investir conheçam as regras, que são claras, para fazer com que o Governo Federal, na verdade, com o novo pacto, procure descentralizar. Tem que ser paulatino, sem dúvida alguma, passando responsabilidade aos Estados e aos Municípios – e aos Municípios, principalmente, em função até das eleições municipais agora; o debate é das células *mater*, como são considerados os Municípios no Brasil. Pensar nas suas bases, nos seus locais, nas linhas de desenvolvimento nos âmbitos em que as pessoas se encontram. Eu acho que esse pacto é o verdadeiro.

E, ao mesmo tempo, não ficar de fora a análise da desburocratização. Modernizar a logística, avançar nesses setores é importante, sem dúvida alguma, e estamos fazendo.

Agora, o truncamento da parte burocrática – como há pouco citou o Senador Cidinho Santos, da tribuna – dos aeroportos, das cargas, descargas, da entrada de material para composição de medicamentos, e vai daqui, vai de lá, esse emaranhado que não anda, nós precisamos fazer com que se modernize também.

Tudo isso é muito importante num planejamento que seja real, que haja tempo para isso, e não só para administrar muitas vezes greves, perdendo tempo com essa burocracia. Essa é uma modernização de que o Brasil precisa se desvincilar.

São essas as considerações, Sr. Presidente e nobres colegas, que trago nesta manhã da quinta-feira.

Nós estamos caminhando agora numa reta das eleições municipais, no próximo dia 7 de outubro.

Muito obrigado a todos.

*Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Aníbal Diniz, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tomás Correia.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Pela liderança do Partido dos Trabalhadores, concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Viana, pelo prazo de cinco minutos.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava inscrito, mas, para agilizar a sequência de oradores, vou usar o tempo da Liderança, para o qual estou inscrito também.

Eu queria, antes de tudo, dizer que hoje estou apresentando um projeto que propõe o estabelecimento de uma política que possa mudar o trágico quadro, nas cidades brasileiras, de aumento do número de vítimas – e vítimas fatais – no trânsito, especialmente motociclistas. O meu projeto de lei institui, no Código de Trânsito Brasileiro, que se estabeleçam faixas exclusivas e com limitação de velocidade para motociclistas em vias de grande fluxo de veículos. Esse projeto vem no sentido de dar uma resposta objetiva em defesa da vida.

Hoje, aliás, aqui no Auditório Petrônio Portella, nós temos a realização de um simpósio, onde daqui a pouco estarei, sobre o tema “Políticas para o trânsito seguro de motos”. É uma realização da Comissão de Assuntos Sociais que está sendo levada adiante pela nossa querida Senadora Ana Amélia e tem o Senador Jayme Campos como Presidente.

Eu não vou me alongar, mas eu queria dizer que os números falam por si sós. O Brasil tem se encontrado com mudanças nos indicadores econômicos; o Brasil tem observado uma ascensão social de famílias que, de numa situação de absoluta pobreza, passam à inclusão. Isso é fruto certamente de políticas públicas, como as implementadas pelo governo do Presidente Lula e, agora, pelo da Presidenta Dilma. Mas nós temos que fazer um encontro do nosso País com esse crescimento econômico, com a mudança e a ascensão social de milhões de brasileiros.

Eu trago aqui alguns números que certamente vão chocar aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado. Posso fazer uma simplificação, Senador Correia, que Preside esta sessão, colegas aqui presentes. Há 30 anos o número de homicídios no Brasil era em torno de 14 assassinatos para cada grupo de 100 mil. Hoje, 30 anos depois, são 27 assas-

sinatos para cada grupo de 100 mil. Dobramos o número de homicídios no Brasil! São 50 mil assassinatos por ano. Alguém pode perguntar: 50 mil assassinatos? Mata-se mais no Brasil do que em qualquer guerra ou em todas elas juntas. Em episódios como a lamentável tragédia que a gente viu ontem na Líbia, mesmo na guerra da Síria, que vai completar dois anos, são 20 mil mortes. No Brasil, sem nenhuma guerra oficial, são 50 mil mortes por ano.

Mas o problema grave é que essa situação cresce também no trânsito brasileiro. Há 20 anos, o número de mortos no trânsito era de 28 mil pessoas. Um número alarmante, com o Brasil disputando os primeiros lugares. Só que esse número passou para 41 mil hoje! Dez anos depois nós temos 41 mil mortos por ano no trânsito Senador Pedro Simon.

As maiores vítimas, há 10 anos, eram os pedestres. Culpa direta da falta de cuidado nas cidades sem calçadas, sem o mínimo de cuidado com o mais frágil nessa cadeia maluca de andar nas cidades. Agora, as maiores vítimas – 1/3 desses 40 mil – são os motoqueiros, uma parcela dos quais sobrevive tentando rapidamente fazer entregas ou prestar serviços.

O projeto que apresento hoje aqui – e peço que conste nos anais, já que o meu tempo é curto e, daqui a pouco, teremos um importante pronunciamento do Senador Simon – procura estabelecer um fim a essa situação: a lei do mais forte nas cidades. Pela lei do mais forte, quem vai perder a vida são os que andam a pé, os que andam de bicicleta, os que andam nas motocicletas.

Claro que temos que também ter regras duras e firmes para a irresponsabilidade de alguns que dirigem. A frota do Brasil, em 1998, era de 24 milhões de veículos; hoje, são 64 milhões. Um crescimento de 160%. A frota de motocicletas era, em 1998, de 2.792 milhões, e passou para 16 milhões – repito: são 16 milhões de motociclistas! Um crescimento de 491%. As vítimas de automóveis, em 1998, eram 6.600 pessoas. Em 2010 já se contavam 11 mil pessoas. De motociclistas, em 1998, eram 1.894 vítimas por ano no Brasil; agora são 13.452 vítimas por ano.

O Acre, graças a Deus, tem conseguido avançar, mas temos também nas nossas cidades, especialmente em Rio Branco, um desafio a enfrentar. E esse projeto, que aqui apresento, pretendendo alterar a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, propõe a implantação de faixas ou pistas exclusivas para motociclistas em vias de grande circulação, bem como faixas de velocidade máxima permitida para esse tipo de veículo.

Ou nós estabelecemos um freio no funcionamento de 16 milhões de motocicletas no Brasil, ou nós vamos

seguir ocupando a maioria dos leitos na UTIs. O SUS não dá conta mais de atender; as famílias não param de chorar suas vítimas; e nós não fazemos nada. São mais de cinco mil Municípios no Brasil, de forma que precisamos, imediatamente, estabelecer um regramento nas cidades, cada vez mais insustentáveis, para acolher aqueles que andam a pé, aqueles que andam de bicicleta e aqueles que andam de motocicleta, impondo limites de velocidade para a ida e vinda destes, principalmente nas grandes vias.

São Paulo é o exemplo da tragédia maior, mas isso está presente na grande maioria das cidades brasileiras.

Então, Sr. Presidente, concluo esta minha fala dizendo que vou voltar a esse tema aqui no Senado. Agora, dirijo-me ao seminário que trata de políticas para o trânsito seguro de motos. Acho que nós não podemos cruzar os braços quando brasileiros e brasileiras, ao procurarem ter um veículo para melhor se locomoverem, encontram a morte nessa busca por trabalho, nessa busca por alguma ascensão social.

Preocupa-me muito essa política de pura e simples queda na taxação de veículos no Brasil. É sempre uma política focando o individual. Acho que, em vez de repetirmos a aplicação de menores taxas de IPI para os veículos, para as motocicletas, nós deveríamos, sim, ter políticas. O brasileiro precisa acessar o seu veículo para passear com sua família no fim de semana, mas acho que a prioridade deveria ser o transporte coletivo. Nós termos isenção de IPI para ônibus, para transportes coletivos, para taxistas para que a gente possa criar um sistema de transporte, principalmente nas cidades brasileiras, que não signifique, que não seja sinônimo de tragédia, de assassinatos, de mortes.

Então, 1/3 das mortes no trânsito no Brasil – e é um número alarmante: 41 mil por ano – é de motociclistas ou estão ligadas a acidentes com motos. O problema é também ser alarmante o número daqueles que ficam mutilados, daqueles que vão passar o resto da vida em cima de uma cama ou dentro da UTI de um hospital.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Então, eu agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup> e faço chegar à Presidência o meu projeto, que procura estabelecer uma faixa exclusiva nas vias de grande fluxo de veículos nas cidades e, também, estabelece limites de velocidade nessas vias para as motociclistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Parabéns pelo discurso!

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

## PROJETO DE LEI DO SENADO N° 346, DE 2012

**Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a implantação de faixa ou pista exclusiva para motocicletas em vias de grande circulação e fixar as velocidades máximas permitidas para esse tipo de veículo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 24, 61 e 184 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24. ....

XXII – planejar, projetar, regulamentar, implantar e operar esquemas especiais de circulação e de controle de tráfego em vias de grande circulação, com vistas à melhoria da segurança do trânsito.

XXIII – reservar faixa ou pista exclusiva para a circulação de motocicletas em vias de grande circulação, selecionadas com base em critérios técnicos.

..... ” (NR)

“Art. 61. ....

§ 1º ....

II – ....

a) ....

1) cento e dez quilômetros por hora para automóveis e camionetas;

§ 3º Inexistindo velocidade inferior regulamentada pelo órgão ou entidade de trânsito, com circunscrição sobre a via, a velocidade máxima permitida em faixa ou pista destinada à circulação exclusiva de motocicletas será de:  
I – sessenta quilômetros por hora, nas vias urbanas;

II – oitenta quilômetros por hora, em vias rurais.” (NR)

“Art. 184. ....

I – ....

Infração – média;

Penalidade – multa;

..... ” (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 184-A:

“Art. 184-A. Transitar com motocicleta fora da faixa ou pista exclusiva reservada para a circulação desse tipo de veículo, onde houver:  
Infração – grave;  
Penalidade – multa”.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

## Justificação

O crescimento econômico do Brasil nos últimos anos ampliou substancialmente o acesso da população a bens de consumo em geral, com destaque para os veículos. A frota brasileira, que era de 24,3 milhões de veículos em 1998, praticamente atingiu a casa dos 64,8 milhões em novembro de 2010 – um aumento da ordem de 166%. Ainda mais impressionante foi o aumento experimentado pela frota de motocicletas, superior a 491%.

Infelizmente, o crescimento da frota de veículos veio acompanhado de um aumento vertiginoso do número de acidentes de trânsito, principalmente daqueles envolvendo motocicletas. Nesse segmento específico, os acidentes fatais cresceram 610% entre 1998 e 2010.

As estatísticas mais alarmantes vêm das regiões Norte e Nordeste do País. No Estado do Acre, por exemplo, a frota de motocicletas, que era de apenas 11 mil em 2000, ultrapassou a marca dos 70 mil veículos em 2011, superando, inclusive, o número de automóveis. Não por acaso, quase metade (57,5%) dos acidentes de trânsito com morte têm a participação de motocicletas.

Acrescente-se a isso um dado lamentável: do total de pessoas mortas em acidentes, 80% têm entre 15 e 39 anos de idade, o que significa que a juventude é, de longe, o grupo populacional mais atingido pela violência no trânsito.

Não menos preocupantes são os impactos dos acidentes nos custos do sistema público de saúde. Em 2010, o SUS contabilizou um gasto de R\$ 187 milhões por Acidentes em Transporte Terrestre (ATT), nos quais os motociclistas se destacam como o grupo majoritário no total de internações hospitalares realizadas. Apenas no atendimento a esse grupo, o SUS empenhou R\$ 85,5 milhões – mais de 45%, portanto, do gasto total contabilizado na rubrica naquele ano.

Estas são múltiplas facetas do grande desafio que o poder público e a sociedade brasileira de modo geral precisam enfrentar em prol da segurança no trânsito. Nesse esforço, vislumbro, como legislador, a necessidade de importantes aperfeiçoamentos no Código de

Trânsito Brasileiro (CTB), em que pesem os notáveis avanços conseguidos desde a sua aprovação, em 1977.

De fato, no que diz respeito às motocicletas, o CTB ora incorre em omissões, ora em impropriedades. Entre as primeiras, registramos a falta de dispositivos que, se não obriguem, pelo menos respaldem e orientem a adoção de esquemas de circulação destinados a separar, em espaço próprio, categorias de veículos que disputam, não raro em situação de conflito, o uso da mesma via. Soluções desse tipo são fundamentais para conter a escalada dos acidentes envolvendo automóveis e motociclistas nos principais corredores das grandes cidades. Já entre as impropriedades, destacamos a questão das velocidades, uma das causas mais frequentemente associadas ao crescente número de acidentes com motocicletas. Neste particular, o CTB – ao equiparar as motos a veículos de outras categorias para efeito da fixação das velocidades máximas permitidas em diversas classes de via – parece desconhecer as peculiaridades dos veículos motorizados de duas rodas, conhecidos pela sua alta vulnerabilidade no trânsito.

Assim, a proposta legislativa que apresento reforça a competência dos órgãos e entidades executivas de trânsito municipais para estabelecer esquemas especiais de circulação e de controle de tráfego com vistas à melhoria da segurança do trânsito, explicitando a atribuição de implantar faixas ou pistas para uso exclusivo de motociclistas em vias de grande circulação, selecionadas com base em critérios técnicos. Ao mesmo tempo, reduz para 80km/h a velocidade máxima permitida para motocicletas nas rodovias e fixa limites de velocidade adequados às motos que trafeguem em faixas ou pistas exclusivas.

Estou certo de que a implantação de faixas ou pistas exclusivas para motocicletas nas vias de grande circulação possibilitará deslocamentos mais rápidos – mesmo com os novos limites de velocidade propostos – e mais seguros.

Pelo exposto, espero contar com o apoio necessário à aprovação do projeto de lei que ora submeto à apreciação dos membros do Congresso Nacional. – Senador **Jorge Viana**.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

#### **Institui o Código de Trânsito Brasileiro.**

Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivas de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III – implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V – estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VII – aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VIII – fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

IX – fiscalizar o cumprimento da norma contida no art. 95, aplicando as penalidades e arrecadando as multas nele previstas;

X – implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI – arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XII – credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XIII – integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIV – implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV – promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XVI – planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII – registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

XVIII – conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;

XIX – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;

XX – fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

XXI – vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.

§ 1º As competências relativas a órgão ou entidade municipal serão exercidas no Distrito Federal por seu órgão ou entidade executivos de trânsito.

§ 2º Para exercer as competências estabelecidas neste artigo, os Municípios deverão integrar-se ao Sistema Nacional de Trânsito, conforme previsto no art. 333 deste Código

Art. 61. A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito.

§ 1º Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de:

I – nas vias urbanas:

a) oitenta quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido;

b) sessenta quilômetros por hora, nas vias arteriais;

c) quarenta quilômetros por hora, nas vias coletoras;

d) trinta quilômetros por hora, nas vias locais;

II – nas vias rurais:

a) nas rodovias:

– 1) cento e dez quilômetros por hora para automóveis e camionetas;

1) 110 (cento e dez) quilômetros por hora para automóveis, camionetas e motocicletas; (Redação dada pela Lei nº 10.830, de 2003)

2) noventa quilômetros por hora, para ônibus e microônibus;

3) oitenta quilômetros por hora, para os demais veículos;

b) nas estradas, sessenta quilômetros por hora.

§ 2º O órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com circunscrição sobre a via poderá regulamentar, por meio de sinalização, velocidades superiores ou inferiores àquelas estabelecidas no parágrafo anterior.

(*Às Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Concedo a palavra, pelo prazo regimental, ao Senador do PMDB do Rio Grande do Sul Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, contrariando os meus médicos. Por problema de idade, tive uma série de questões. Eu deveria ir a Porto Alegre hoje e não pude. Vou fazer uma série de exames.

Dirijo-me à Universidade de Santa Cruz, em que faria um debate importante para aquela cidade sobre o assassinato do ex-Deputado Kliemann, de quem fui advogado. Peço ao Dr. Bráulio, Desembargador, que me explique. Sei que o autor do livro estará lá, mas coloco-me à disposição, porque acho que o assunto é importante. Em uma outra oportunidade, far-se-á o debate que seria feito hoje.

Mesmo impedido de viajar e saindo daqui para fazer a série de exames das complicações que me atingem, vejo-me na obrigação de vir a esta tribuna.

Quinta-feira, 11h19. Estamos nós dois, V. Exª e eu, e o plenário, absolutamente vazio. No entanto, venho dizer a esta Casa que ela está vivendo um dos momentos mais tristes da sua história.

Num momento de euforia, o Supremo Tribunal está iniciando um novo Brasil, um novo Brasil! Está-se começando a terminar com a impunidade; está-se começando a mostrar que a justiça e a lei vão começar a existir para todos, e não apenas para os ladrões de galinha, num momento máximo da história do Supremo, nos meus 60 anos de vida pública.

Há 36 anos, chegado a esta Casa, eu não vi uma hora tão triste, tão cruel, tão amarga como esta que nós estamos vivendo, com a CPI do Cachoeira. E leio os dois requerimentos primeiros, Sr. Presidente, que vão fazer história. Talvez, não história com esta Mesa

do Senado, com essas Lideranças que estão aí, com isso que está acontecendo na Câmara e no Senado.

Mas eu estou aqui, para salvar a dignidade do Congresso, e isso faço.

Primeiro, requerimento ao Sr. Presidente do Conselho de Ética do Senado Federal:

Nos termos do art. 17 da Resolução nº 20, de 1993, que ‘Dispõe sobre o Código de Ética e Decoro Parlamentar’, requeiro que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa instaure procedimento investigatório com o propósito de verificar se os Senhores Senadores [e Deputados] que integram a CPMI ‘Vegas/Monte Carlo’ (ou CPMI de Cachoeira), especialmente os que compõem o grupo majoritário naquele colegiado – caracterizada a participação nesse grupo majoritário pela concordância com acordos de lideranças, votações e encaminhamentos que estão inviabilizando o aprofundamento das investigações que deveriam ser realizadas pela referida Comissão –, estão atuando em desacordo com os postulados elementares do decoro parlamentar. Salvo melhor juízo, conforme será detalhado na Justificação deste Requerimento, parece-nos que o comportamento da maioria dos Senhores Senadores [e Parlamentares] tem sido o de evitar que o Inquérito Parlamentar em curso avance além do que a Polícia Federal já desvendou nas chamadas operações ‘Vegas’ e ‘Monte Carlo’, o que configuraria, por parte de Suas Excelências, irregularidades incompatíveis com o decoro parlamentar, à luz do art. 55, inciso II, da Constituição Federal e a Resolução nº 20, de 1993, que ‘Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar’.

Justificativa, Sr. Presidente.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito ‘Vegas/Monte Carlo’, conhecida como ‘CPMI do Cachoeira’, foi criada com o propósito de aprofundar as investigações e revelações que a Polícia Federal já havia produzido nas conhecidas operações ‘Vegas’ e ‘Monte Carlo’. A Polícia Federal, para recordarmos, desvendou a existência de uma organização criminosa comandada pelo Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, vulgo ‘Carlinhos Cachoeira’, que, a partir de atuação em jogos irregulares, se expandiu para setores empresariais

– sobretudo indústria de medicamentos e da construção civil – com forte atuação junto ao Poder Público (contratos com a União, Estados e Municípios brasileiros).

No centro dessa atuação ‘empresarial’ de Cachoeira logo se evidenciou sua participação na Construtora Delta, da qual se tornou importante sócio com comprovada atuação nos negócios da referida instituição [principalmente] na Região Centro-Oeste [e em outras tantas].

A atuação da organização criminosa de Cachoeira junto à Administração Pública é marcada por práticas notórias da corrupção e do suborno, voltando-se, também, para o financiamento (eleitoral ou não somente neste campo) de Parlamentares que defendiam os interesses do grupo.

Esperava-se que a CPMI investigasse especialmente essas relações de Cachoeira com o Estado brasileiro.

Entretanto, a Comissão – notória e ostensivamente – procurou limitar seus trabalhos em apurações sobre a relação de Cachoeira com o Governo do Estado de Goiás e com o do Distrito Federal.

Para evitar o aprofundamento das investigações, até hoje pairam nos armários da CPMI importantes requerimentos apresentados em abril, quando do início dos trabalhos. Trata-se [Sr. Presidente] de algo inadmissível e que não decorre de desídia, mas de [devida e] óbvia orientação política para frear determinadas linhas de investigação.

Salta aos olhos, além disso, que a CPMI tinha aprovado um procedimento de inquirição em que a palavra dos parlamentares foi cassada. [A CPMI cassou a palavra dos Parlamentares].

O Presidente da Delta disse que não responderia, porque não tinha interesse na sua defesa. Não falou. A Comissão da CPMI proibiu o Parlamentar de fazer pergunta. O Parlamentar não ia fazer a pergunta e usar os seus 10 minutos. A CPMI cassou a palavra dos Parlamentares, para que o que eles tinham a dizer não aparecesse.

Se as CPMIs hoje sofrem com a falta de colaboração de depoentes que procuram não se auto incriminar, esta CPMI inventou algo lesivo ao princípio básico de qualquer Parlamento, o uso da palavra. Como pode haver um órgão

parlamentar em que é proibida manifestação por parte de seus integrantes?

Tal procedimento foi questionado, mas, em junho deste ano, as Lideranças Partidárias, por maioria, decidiram manter o procedimento, a fim de proteger os depoimentos de pessoas altamente comprometidas como o Sr. Cachoeira [da Construtora Delta, o Sr. Fernando Cavendish, seu Presidente], e o Sr. Adir Assad, a quem é atribuída a criação de diversas contas fantasma que recebem recursos da Delta e de outras construtoras.

Depois de muitos esforços e de pressão da mídia e da opinião pública, a CPMI conseguiu o que parecia um grande salto: a quebra do sigilo bancário da referida Construtora.

Agora, entretanto, na medida em que os poucos Congressistas realmente comprometidos em aprofundar o Inquérito Parlamentar conseguem identificar, na documentação recebida pela CPMI, uma série de irregularidades [incríveis] nas transferências de recursos da Construtora Delta para empresas fantasmas, ocorreu notória manobra das lideranças dos grandes partidos políticos, cujo resultado [Presidente] foi a inexplicável paralisação dos trabalhos da CPMI.

O adiamento dos trabalhos até outubro – quando a CPMI já deverá estar examinando a proposta do relatório final – constitui óbvia manobra para que não haja mais tempo de se investigar, muito menos para votar requerimentos que quebrem novos sigilos de empresas fantasmas ligadas ao esquema da Delta e de Cachoeira.

A intenção mal disfarçada é evidente quando se analisa o que ocorreu no mês de agosto. Embora o Congresso Nacional estivesse, na maior parte do tempo em recesso branco, a CPMI continuou seus trabalhos, realizados depoimentos em geral sobre atores distantes dos pontos centrais a serem apurados.

Agora, nesta semana, entretanto, quando o Senado Federal está trabalhando em esforço concentrado, por que a CPMI resolveu não funcionar? Seria um óbvio contrassenso lógico!!! Mas a explicação é política, é ética, é moral: as lideranças, reunidas no dia 25 de agosto, adotaram uma decisão que significa sabotar os trabalhos.

Contra a manifestação de um único Líder, o Deputado Rubens Bueno, do PPS, e ausentes os Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques, a reunião do dia 25 de agosto impediu a realização da reunião administrativa em que deveriam ser votados vários requerimentos de convocação de depoentes e, sobretudo, a quebra de sigilo bancário de empresas fantasmas. Essa decisão, mais do que adiar os trabalhos, praticamente os inviabiliza, tendo em vista que, somente tendo a CPMI o mês de outubro para a CPMI realizar as suas atividades, não mais será possível produzir todos os procedimentos necessários, ou seja, quebrar os sigilos, receber as informações, processá-las e ainda incluí-las no relatório final.

A CPMI está sob forte suspeita. Se a Comissão que recebeu uma delegação do Poder Legislativo não está atuando a contento, urge que outras instâncias, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, atuem no sentido de evitar que prospere uma condição destinada a sabotar o Inquérito.

Por todo o exposto, a Corregedoria e o Conselho de Ética do Senado Federal precisam, urgentemente, analisar a atuação dos membros desta Casa que estão coniventes com as irregularidades apontadas.

Eu pediria licença para ler, Sr. Presidente, mas as minhas condições físicas não me permitem. É um requerimento semelhante, com endereço também ao Sr. Corregedor-Geral. São os mesmos princípios e as mesmas teses. Eu o envio ao Conselho de Ética, eu o envio à Corregedoria-Geral. Eu peço que V. Ex<sup>a</sup>, dadas as minhas dificuldades físicas, aceite como lido o requerimento, para que conste dos Anais.

Olha, Sr. Presidente... Agora, chegou meu amigo Paim.

Obrigado. V. Ex<sup>a</sup> não deixa o seu colega e irmão aqui sozinhos. Somos nós três.

O clima, aqui, é de velório.

Olha, Sr. Presidente, vivemos horas memoráveis.

A ditadura fechou este Congresso por dois anos, Sr. Presidente.

Este Congresso, na hora de votar as Diretas Já, foi cercado pelas tropas do Exército.

Cassaram, prenderam, mataram, mas este Congresso manteve a sua dignidade, a sua honra e soube resistir. E soube resistir.

Que pena que Deus não impediu que eu estivesse aqui hoje! Que pena que eu não esteja em casa, no outro mundo, para não fazer este pronunciamento!

Eu nunca vi esta Casa chegar a esta situação, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quando eu cheguei a esta Casa, 33 anos atrás, o Supremo não podia processar Deputado nem Senador se não houvesse licença do Congresso. Então, Senador matou Senador, Deputado matou Deputado, os crimes mais horríveis aconteceram.

O Presidente do Supremo pedia licença e o que a Casa fazia? Não colocava em votação, não dava a licença que tinha obrigação de dar por covardia, espírito de classe, e não negava por vergonha, porque não tinha coragem de enfrentar a opinião pública. Ficava na gaveta. Anos a fio ficou na gaveta.

Lutei muito, mas consegui. Hoje, o Supremo pode processar Senador e Deputado, e não precisa ter licença nossa, não.

Até durante oito anos, o Sr. Fernando Henrique Cardoso e o procurador-geral, que era mais o arquivador-geral... Nós, CPI do Impeachment e CPI dos Anões do Orçamento, fizemos denúncias contra vários parlamentares, que ficaram na gaveta do procurador. Mas nós terminamos com esse absurdo.

Agora, nunca conseguimos fazer uma CPI, Sr. Presidente, para investigar empreiteiro ou corruptor. Não sai, não sai, não sai. Eu tentei criar, mas o Governo, Presidente da República, o Congresso evitaram e não deixaram criar.

Agora, de repente, não mais que de repente, a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República enviam para a Casa um processo em que está provada a corrupção feita pelo corruptor e pela empreiteira, pelo Sr. Cachoeira e pela Delta. Está provada, está tudo explicado. Não tem o que investigar!

Uma CPI... O que é uma CPI? Que nem aconteceu com o irmão do Presidente Collor. O irmão dele fez uma denúncia contra o Sr. PC Farias. Nós criamos uma CPI e a CPI investigou, fez um levantamento e provou que as denúncias eram verdadeiras. E apurou.

Mas, neste caso, o processo que veio para esta Casa já diz tudo, já diz todas as bandalheiras do Sr. Cachoeira, do Sr. Delta, da empresa dele. Está tudo provado. Não é criar uma CPI para investigar se é ou não é. Já é. Já existe.

Sabem o que a CPI está fazendo? Está deixando na gaveta, não deixa saírem da gaveta as apurações. Esse jovem relator... Triste imagem a que ele deixa, infelizmente. Ouviu a primeira esposa do Sr. Cachoeira, ouviu a segunda esposa do Sr. Cacho-

eira – está-se investigando se ele tem uma terceira, parece que não tem. Ouviu gente daqui, ouviu gente acolá, ouviu não sei o quê, ouviu mais não sei o quê... Mas não apurou.

O Presidente do DNIT, em entrevista à *IstoÉ*, pediu para ser ouvido, porque tinha as coisas para contar.

Eu falei com o Sr. Presidente do DNIT, que veio à minha casa e me disse: “Estão falando, estão contando; estão dizendo isso, estão dizendo aquilo. Eu quero depor. Eu quero depor porque eu vou contar as coisas que aconteceram. Vou contar que o PT me pediu e que, a pedido do PT, eu conversei com as empreiteiras, para arrumar dinheiro para a campanha da D. Dilma. Vou contar o negócio do Rodoanel, lá em São Paulo, em que se buscou dinheiro para a campanha do Serra. Eu vou contar”.

Eu fui à Comissão e disse: “Está aqui a *IstoÉ*, com 10 páginas, publicando”. Eu falo, porque não fui pela revista: chamei o Sr. Presidente do DNIT, que disse que quer depor, que faz questão de depor.

O Sr. Relator-Geral foi levando, foi levando. Depois de muito tempo, então, aprovaram convocá-lo, mas antes tinham de convocar a esposa do Cachoeira, a segunda esposa do Cachoeira. E a terceira... Um mês depois o convocaram.

Mas, quando convocaram o Presidente do DNIT, quando convocaram o Presidente da Delta, Sr. Presidente, as coisas já estavam regradas. Eu entendo o ex-Presidente do DNIT: sofreu, foi massacrado; impediram-no de se defender, de explicar as coisas como eram.

Dois meses depois, ele está trabalhando em assessoria para empresas. É o seu ramo, a sua especialidade. Então, ele está lá trabalhando em assessoria para empresas. E é fácil de entender, Sr. Presidente: ele presta assessoria para empresas que negociam com o Governo Federal.

É claro que ele sofreu pressão. “Cala a boca! O senhor veio falar? Fim. As empreiteiras ou o demitem ou não recebem nada. Fique quieto e vá seguir seu trabalho.” E ele não contou. O Brasil inteiro estava esperando...

Com licença, Sr. Presidente. Posso ficar um pouquinho sentado? V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Pois não, Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> quer falar sentado?

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco/PMDB – RS) – Só por um pouquinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Pois não, fique à vontade, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco/PMDB – RS) – Obrigado.

O mundo todo esperava por esse depoimento. “Finalmente, vai falar o homem do DNIT; finalmente, o homem da Delta vai falar.” Havia uma expectativa. Eu nunca vi tanto homem de imprensa, tanto homem de televisão, tanta gente junta! O Líder que estava lá era o Senador Alvaro Dias. Não havia líder de partido nenhum. Não havia ninguém. Ninguém compareceu! Aí fiquei me perguntando: “Mas, Meu Deus, o cara da Delta vai depor, o cara do DNIT vai depor, e não há ninguém? O Líder do PMDB não está aqui, nem o Líder do PT?”. Não havia ninguém do PT! Já estava tudo regrado, Sr. Presidente. Eles não iam falar nada. Já estava tudo certo, tudo certinho, certinho, certinho! E nada aconteceu! Onde é que nós estamos, meu Deus do céu? Onde é que nós estamos?

Já se fez muita coisa certa e muita coisa errada, mas sempre vi, pelo menos, resguardar-se um mínimo de pudor. Pelo menos, o que se faz é fingir, fazer de conta, levar de um jeito ou de outro. Mas essa coisa escancarada, como aconteceu dessa vez, eu nunca tinha visto!

Eu queria participar dessa CPI, pedi para fazer parte da Comissão, mas os líderes do PMDB não me acharam em condições. A Bancada do PMDB ficou com duas vagas de titular vazias, até hoje, e três vagas de suplente vazias, até hoje. Eu compareci a todas as reuniões e não podia perguntar, porque, primeiro, perguntavam todos os titulares e todos os suplentes. Não me deram chance de falar.

Fazia parte da CPI o Líder do PMDB, o Sr. Renan, e o então Líder do Governo, o Sr. Jucá, que estavam na CPI como titulares. Na hora desse arreglo, dessa reunião para transferir os trabalhos, eles, de repente, saíram da Comissão, botaram não sei quem no lugar deles, botaram outros dois no lugar deles, para eles não fazerem parte da Comissão na hora em que seria votada a suspensão dos trabalhos. É demais, Sr. Presidente! É demais! Falo do fundo do coração: é demais!

Eu vivi um momento desses, Sr. Presidente. Eu fui Líder do Governo Itamar e Líder do Governo Fernando Henrique, no começo. Quando Fernando Henrique comprou a reeleição e quando Fernando Henrique doou a Vale do Rio Doce vergonhosamente, eu caí fora. Na segunda votação do Sr. Fernando Henrique, eu fiquei contra, eu fiquei do lado do Lula, trabalhei pelo Lula e lutei pelo Lula.

Lula esteve na minha casa me convidando para ser líder do seu governo, para ser ministro do seu go-

verno, ele e o José Dirceu – eles ainda não tinham assumido. Até hoje, minha empregada guarda uma fotografia grande no quarto dela e a camisa, que ela nunca mais lavou, assinada pelo Lula. Eu disse que não era importante eu assumir um ministério, que isso ia dar confusão no Rio Grande do Sul, mas que eu me colocava à disposição dele, como eu tinha feito tanto no governo do Itamar como no início do governo do Fernando Henrique. Eu disse que o ajudaria muito aqui, no Congresso.

Quando houve aquele célebre episódio em que um cidadão dos Correios aparecia na televisão recebendo dinheiro de gorjeta, botando-o no bolso e discutindo o percentual de quanto ia ganhar, eu vim a esta tribuna e disse que aquilo era um escândalo, uma imoralidade. Eu disse: “Saio daqui e vou ao Palácio. Hoje, o Lula vai demiti-lo”. E fui, mas Lula não o demitiu.

Aí, criamos uma CPI, o Jefferson Péres e eu, mas o Lula não deixou o Presidente do Senado instalá-la. Não foi criada a CPI, e aí Jefferson Péres e eu fomos ao Supremo. O Supremo mandou que ela fosse criada, mas um ano depois. Levou um ano a tratativa. E, quando se criou a CPI, não era mais o caso Correios, era o mensalão. Lula não puniu como devia punir, e era o que eu dizia. Ele não demitiu como devia demitir, não deu a linha para o governo dele como devia dar, e, como ele não fez isso, aconteceu esse mensalão, que está aí. É esse mensalão que está aí.

Agora, vejo uma situação igual. Estou aqui, Sr. Presidente, porque quero salvar a honra do Senado Federal. Os membros da CPI que estão participando dessa maioria, que está agindo dessa maneira, que assumam a responsabilidade! Mas que fique claro que não é o Congresso Nacional, não é o Senado da República que toma tal atitude! Essa atitude vergonhosa, humilhante, vexatória, que eles estão fazendo, que ficará na história, para sempre, do Congresso Nacional, eles que a assumam! Mas peço desculpas ao povo brasileiro, que não merece isso.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente, a tolerância e a gentileza de V. Ex<sup>a</sup> e peço desculpas aos meus médicos por lhes desobedecer, mas eu não ficaria bem se não viesse à tribuna neste momento.

Muito obrigado.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRO- NUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)*

**REQUERIMENTO N° , DE 2012**

**Senhor Corregedor do Senado Federal,**

Nos termos do art. 2º, incisos I e IV, da Resolução nº 17, de 1993, que “Dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar”, requeiro que o mencionado órgão desta Casa realize sindicância com o propósito de verificar se os Senhores Senadores que participam do grupo majoritário da CPMI “Vegas/Monte Carlo” (ou CPMI do Cachoeira) – caracterizada a participação nesse grupo majoritário pela concordância com acordos de lideranças, votações e encaminhamentos que estão inviabilizando o aprofundamento das investigações, que deveriam ser realizadas pela referida Comissão – estão atuando em desacordo com os postulados elementares do decoro parlamentar.

Salvo melhor juízo, conforme será detalhado na Justificação deste Requerimento, parece-nos que o comportamento da maioria dos Senhores Senadores tem sido o de evitar que o Inquérito Parlamentar em curso avance além do que a Polícia Federal já desvendou nas chamadas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, o que configuraria, por parte de Suas Excelências, irregularidades incompatíveis com o decoro parlamentar, à luz do art. 55, inciso II, da Constituição Federal e a Resolução nº 20, de 1993, que “Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “Vegas/Monte Carlo”, conhecida como “CPMI do Cachoeira”, foi criada com o propósito de aprofundar as investigações e revelações que a Polícia Federal já havia produzido nas conhecidas operações “Vegas” e “Monte Carlo”.

A Polícia Federal, para recordarmos desvendou a existência de uma organização criminosa comandada pelo Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, vulgo “Carlinhos Cachoeira”, que, a partir de atuação em jogos irregulares, se expandiu para setores empresariais – sobretudo indústria de medicamentos e da construção civil – com forte atuação junto ao Poder Público (contratos com a União, Estados e Municípios brasileiros).

No centro dessa atuação “empresarial” de Cachoeira logo se evidenciou sua participação na Construtora Delta, da qual se tornou importante sócio com comprovada atuação nos negócios da referida instituição na Região Centro-Oeste.

A atuação da organização criminosa de Cachoeira junto à Administração Pública é marcada por práticas notórias da corrupção e do suborno, voltando-se, também, para o financiamento (eleitoral ou não somente neste campo) de Parlamentares que defendiam os interesses do grupo.

Esperava-se que a CPMI investigasse especialmente essas relações de Cachoeira com o Estado brasileiro.

Entretanto, a Comissão – notória e ostensivamente – procurou limitar seus trabalhos em apurações sobre a relação de Cachoeira com o Governo do Estado de Goiás e com o do Distrito Federal.

Para evitar o aprofundamento das investigações, até hoje pairam nos armários da CPMI importantes requerimentos apresentados em abril, quando do início dos trabalhos. Trata-se de algo inadmissível e que não decorre de desídia, mas de óbvia orientação política para frear determinadas linhas de investigação.

Salta aos olhos, além disso, que a CPMI tenha aprovado um procedimento de inquirição em que a palavra dos parlamentares foi **CASSADA**.

Se as CPMIs hoje sofrem com a falta de colaboração de depoentes que procuram não se auto incriminar, esta CPMI inventou algo lesivo ao princípio básico de qualquer Parlamento, o uso da palavra. Como pode haver um órgão parlamentar em que é proibida manifestação por parte de seus integrantes.

Tal procedimento foi questionado, mas, em junho deste ano, as Lideranças Partidárias, por maioria, decidiram manter o procedimento, a fim de proteger depoimentos de pessoas altamente comprometidas com o Sr. Cachoeira, a começar pelo Sr. Fernando Cavendish, até recentemente o Presidente da Construtora Delta, e o Sr. Adir Assad, a quem é atribuída a criação de diversas contas fantasma que recebem recursos da Delta e de outras construtoras.

Depois de muitos esforços e de pressão da mídia e da opinião pública, a CPMI conseguiu o que parecia um grande salto: a quebra do sigilo bancário da referida Construtora.

Agora, entretanto, na medida em que os poucos Congressistas realmente comprometidos em aprofundar o Inquérito Parlamentar conseguem identificar, na documentação recebida pela CPMI, uma série de irregularidades nas transferências de recursos da Construtora Delta para empresas fantasma, ocorreu notória manobra das lideranças dos grandes partidos políticos, cujo resultado foi a inexplicável paralisação dos trabalhos da CPMI.

O adiamento dos trabalhos até outubro – quando a CPMI já deverá estar examinando a proposta de relatório final – constitui óbvia manobra para que não haja mais tempo de se investigar, muito menos para votar requerimentos que quebrem novos sigilos de empresas fantasma ligadas ao esquema da Delta e de Cachoeira.

A intenção mal disfarçada é evidente quando se analisa o que ocorreu no mês de agosto: embora o Congresso Nacional estivesse a maior parte do tempo

em recesso branco, a CPMI continuou seus trabalhos, realizados depoimentos em geral sobre atores distantes dos pontos centrais a serem apurados.

Agora, nesta semana, entretanto, quando o Senado Federal está trabalhando em esforço concentrado, por que a CPMI resolveu não funcionar? Seria um óbvio contrassenso lógico!!! Mas a explicação é política, ética e moral: as lideranças, reunidas no dia 25 de agosto, adotaram uma decisão que significa sabotar os trabalhos.

Contra a manifestação de um único Líder, o Deputado Rubens Bueno, do PPS, e ausentes os Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques, a reunião do dia 25 de agosto impediu a realização de reunião administrativa em que deveriam ser votados vários requerimentos de convocação de depoentes e, sobretudo, a quebra de sigilo bancário de empresas fantasmas.

Essa decisão, mais do que adiar os trabalhos, praticamente os inviabiliza, tendo em vista que, somente tendo a CPMI o mês de outubro para realizar suas atividades, não mais será possível produzir todos os procedimentos necessários, ou seja, quebrar os sigilos, receber as informações, processá-las e ainda incluí-las no relatório final.

A CPMI está sob forte suspeita. Se a Comissão que recebeu uma delegação do Poder Legislativo não está atuando a contento, urge que outras instâncias, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, atuem no sentido de evitar que prospere uma condução destinada a sabotar o Inquérito.

Por todo o exposto, a Corregedoria e o Conselho de Ética do Senado Federal precisam, urgentemente, analisar a atuação dos membros desta Casa que estão coniventes com as irregularidades apontadas.

Senado Federal, 12 de setembro de 2012.



Senador PEDRO SIMON

## REQUERIMENTO N° , DE 2012

Senhor Presidente do Conselho Ética  
do Senado Federal,

Nos termos do art. 17 da Resolução nº 20, de 1993, que “Dispõe sobre o Código de Ética e Decoro Parlamentar”, requeiro que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa instaure procedimento investigatório com o propósito de verificar se os Senhores Senadores que integram a CPMI “Vegas/Monte Carlo” (ou CPMI do Cachoeira), especialmente os que compõem o grupo majoritário naquele colegiado – caracterizada a participação nesse grupo majoritário pela concordância com acordos de lideranças, votações e encaminhamentos que estão inviabilizando o aprofundamento das investigações que deveriam ser realizadas pela referida Comissão –, estão atuando em desacordo com os postulados elementares do decoro parlamentar.

Salvo melhor juízo, conforme será detalhado na Justificação deste Requerimento, parece-nos que o comportamento da maioria dos Senhores Senadores tem sido o de evitar que o Inquérito Parlamentar em curso avance além do que a Polícia Federal já desvendou nas chamadas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, o que configuraria, por parte de Suas Excelências, irregularidades incompatíveis com o decoro parlamentar, à luz do art. 55, inciso II, da Constituição Federal e a Resolução nº 20, de 1993, que “Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “Vegas/Monte Carlo”, conhecida como “CPMI do Cachoeira”, foi criada com o propósito de aprofundar as investigações e revelações que a Polícia Federal já havia produzido nas conhecidas operações “Vegas” e “Monte Carlo”.

A Polícia Federal, para recordarmos desvendou a existência de uma organização criminosa comandada pelo Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, vulgo “Carlinhos Cachoeira”, que, a partir de atuação em jogos irregulares, se expandiu para setores empresariais – sobretudo indústria de medicamentos e da construção civil – com forte atuação junto ao Poder Público (contratos com a União, Estados e Municípios brasileiros).

No centro dessa atuação “empresarial” de Cachoeira logo se evidenciou sua participação na Construtora Delta, da qual se tornou importante sócio com comprovada atuação nos negócios da referida instituição na Região Centro-Oeste.

A atuação da organização criminosa de Cachoeira junto à Administração Pública é marcada por práticas notórias da corrupção e do suborno, voltando-se, também, para o financiamento (eleitoral ou não somente neste campo) de Parlamentares que defendiam os interesses do grupo.

Esperava-se que a CPMI investigasse especialmente essas relações de Cachoeira com o Estado brasileiro.

Entretanto, a Comissão – notória e ostensivamente – procurou limitar seus trabalhos em apurações sobre a relação de Cachoeira com o Governo do Estado de Goiás e com o do Distrito Federal.

Para evitar o aprofundamento das investigações, até hoje pairam nos armários da CPMI importantes requerimentos apresentados em abril, quando do início dos trabalhos. Trata-se de algo inadmissível e que não decorre de desídia, mas de óbvia orientação política para frear determinadas linhas de investigação.

Salta aos olhos, além disso, que a CPMI tenha aprovado um procedimento de inquirição em que a palavra dos parlamentares foi CASSADA.

Se as CPMIs hoje sofrem com a falta de colaboração de depoentes que procuram não se auto incriminar, esta CPMI inventou algo lesivo ao princípio básico de qualquer Parlamento, o uso da palavra. Como pode haver um órgão parlamentar em que é proibida manifestação por parte de seus integrantes.

Tal procedimento foi questionado, mas, em junho deste ano, as Lideranças Partidárias, por maioria, decidiram manter o procedimento, a fim de proteger depoimentos de pessoas altamente comprometidas com o Sr. Cachoeira, a começar pelo Sr. Fernando Cavendish, até recentemente o Presidente da Construtora Delta, e o Sr. Adir Assad, a quem é atribuída a criação de diversas contas fantasma que recebem recursos da Delta e de outras construtoras.

Depois de muitos esforços e de pressão da mídia e da opinião pública, a CPMI conseguiu o que parecia um grande salto: a quebra do sigilo bancário da referida Construtora.

Agora, entretanto, na medida em que os poucos Congressistas realmente comprometidos em aprofundar o Inquérito Parlamentar conseguem identificar, na documentação recebida pela CPMI, uma série de irregularidades nas transferências de recursos da Construtora Delta para empresas fantasmas, ocorreu notória manobra das lideranças dos grandes partidos políticos, cujo resultado foi a inexplicável paralisação dos trabalhos da CPMI.

O adiamento dos trabalhos até outubro – quando a CPMI já deverá estar examinando a proposta de relatório final – constitui óbvia manobra para que não haja mais tempo de se investigar, muito menos para votar requerimentos que quebrem novos sigilos de empresas fantasmas ligadas ao esquema da Delta e de Cachoeira.

A intenção mal disfarçada é evidente quando se analisa o que ocorreu no mês de agosto: embora o Congresso Nacional estivesse a maior parte do tempo em recesso branco, a CPMI continuou seus trabalhos, realizados depoimentos em geral sobre atores distantes dos pontos centrais a serem apurados.

Agora, nesta semana, entretanto, quando o Senado Federal está trabalhando em esforço concentrado, por que a CPMI resolveu não funcionar? Seria um óbvio contrassenso lógico!!! Mas a explicação é política, ética e moral: as lideranças reunidas no dia 25 de agosto, adotaram uma decisão que significa sabotar os trabalhos.

Contra a manifestação de um único Líder, o Deputado Rubens Bueno, do PPS, e ausentes os Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques, a reunião do dia 25 de agosto impediu a realização de reunião administrativa em que deveriam ser votados vários requerimentos de convocação de depoentes e, sobretudo, a quebra de sigilo bancário de empresas fantasmas.

Essa decisão, mais do que adiar os trabalhos, praticamente os inviabiliza, tendo em vista que, somente tendo a CPMI o mês de outubro para realizar suas atividades, não mais será possível produzir todos os procedimentos necessários, ou seja, quebrar os sigilos, receber as informações, processá-las e ainda incluí-las no relatório final.

A CPMI está sob forte suspeita. Se a Comissão que recebeu uma delegação do Poder Legislativo não está atuando a contento, urge que outras instâncias, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, atuem no sentido de evitar que prospere uma condução destinada a sabotar o Inquérito.

Por todo o exposto, a Corregedoria e o Conselho de Ética do Senado Federal precisam, urgentemente, analisar a atuação dos membros desta Casa que estão coniventes com as irregularidades apontadas.

Senado Federal, 12 de setembro de 2012.

Senador   
PEDRO SIMON

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Parabéns, Senador Pedro Simon! Sei que V. Ex<sup>a</sup> falou contra orientação médica, mas fez um belíssimo pronunciamento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata voto de pesar pelas trágicas mortes do Embaixador dos Estados Unidos na Líbia, o Sr. J. Christopher Stevens, e de outros três funcionários da embaixada norte-americana, ocorridas em ataque de milícias islâmicas radicais contra instalações daquela missão diplomática na cidade de Benghazi.

É o seguinte o Requerimento:

**REQUERIMENTO N° 834, DE 2012**

(Requerimento nº 33, de 2012 – CRE)

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata voto de pesar pelas trágicas mortes do Embaixador dos EUA na Líbia, Sr. Jay Christopher Stevens, e de outros três funcionários da embaixada norte-americana, ocorridas em ataque de milícias islâmicas radicais contra instalações daquela missão diplomática na cidade de Benghazi.

**Justificação**

O trágico falecimento do embaixador dos EUA na Líbia, em virtude de covarde ataque contra as instalações da missão diplomática norte-americana em Benghazi, causou consternação e espanto em todo o mundo. Consternação pelo assassinato de quatro pessoas inocentes e espanto pela audácia de se atentar contra a inviolabilidade de uma missão diplomática.

Lembramos que as missões diplomáticas são consideradas invioláveis por determinação contida no artigo 22 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, ratificadas pela Líbia e por praticamente todos os governos do mundo. Recordamos, ademais, que o mesmo artigo 22 da referida Convenção estipula que o Estado acreditado *tem a obrigação especial de adotar todas as medidas apropriadas para proteger os locais da Missão contra qualquer intrusão ou dano e evitar perturbações à tranquilidade da Missão ou ofensas à sua dignidade*.

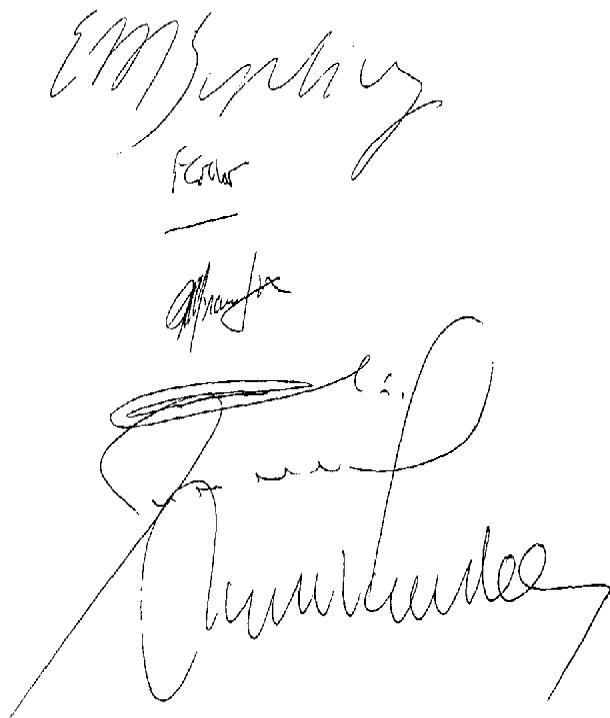
O motivo alegado para o ataque, qual seja, a exibição, pela internet, de um filme de péssima qualidade de origem norte-americana com ofensas ao Islã e ao profeta Maomé, não justifica o bárbaro e covarde ataque contra as pacíficas instalações de uma missão diplomática. Há, ainda, o sério agravante de que o Embaixador Jay Christopher Stevens apoiara, com grande denodo, a instalação do novo governo da Líbia.

Esse trágico incidente demonstra que a situação da Líbia está muito longe de estar normalizada e que o poder real está pulverizado em dezenas grupos e milícias armadas.

Assim sendo, manifestamos nosso profundo pesar pelo acontecido ao governo dos EUA e enviamos as nossas sinceras condolências aos familiares e amigos das vítimas inocentes desse grave atentado.

Por último, manifestamos ao governo e ao povo líbio o nosso sincero desejo de que Líbia, país com o qual o Brasil sempre teve boas relações, possa encontrar o caminho da prosperidade e da verdadeira democracia, como desejava também o Embaixador Jay Christopher Stevens.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2012.



## Secretaria de Comissões

Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

## PROPOSIÇÃO: REQUERIMENTO N° 33 , DE 2012-CRE

ASSINAM O REQUERIMENTO, NA REUNIÃO DE 13/09/2012, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
TITULARES	SUPLENTES
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PR)</b>	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT) <i>Viana</i>
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIA (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - EDUARDO LOPES (PRB)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	5 - PEDRO TAQUES (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	6 - JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PMDB, PP)</b>	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
PAULINHO (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
JADER BARBALHO (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - TOMÁS CORREIA (PMDB) <i>Tomás</i>
<b>BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)</b>	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB) <i>Miranda</i>
JOSÉ AGripino (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
<b>BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)</b>	
FERNANDO COLLOR (PTB) <i>Fernando</i>	1 - MOZARILDO CAVALCANTI (PTB) <i>Moza</i>
GIM ARGELLO (PTB)	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
CIDINHO SANTOS (PR) <i>Cidinho</i>	3 - JOÃO RIBEIRO (PR)
<b>PSOL</b>	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Em discussão o presente requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, eu o coloco em votação.

As Srs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será encaminhado o expediente para as provisões necessárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) –

### ORDEM DO DIA

Não chegou a esta Presidência informação sobre acordo para apreciação da Ordem do Dia.

Assim, declaro encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

#### 1

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2012

(*Em regime de urgência,  
nos termos do Requerimento nº 776, de 2012*)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2012 (nº 2.793/2011, na Casa de origem, do Deputado Paulo Teixeira), que *dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.* Parecer sob nº 1.053 e 1.054, de 2012:

– da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Braga, favorável, com as emendas nºs 1 a 5-CCT, que apresenta;

– de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Braga, favorável ao Projeto e às Emendas nº 1-5-CCT.

#### 2

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo*

*de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 1.017, de 2012, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy, oferecendo a redação para o segundo turno.

#### 3

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Clésio Andrade, que altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação para o segundo turno.

#### 4

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.*

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

#### 5

### REQUERIMENTO N° 618, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 618, de 2012, do Senador Sérgio Souza, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2009, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 79 e 171, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 31, 143, 155 e 371, de 2008; 279, de 2009; 95, 232 e 254, de 2010, a fim de que tenha tramitação autônoma (insere a disciplina Ética Social e Política nos currículos do ensino médio).

**6****REQUERIMENTO N° 764, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 764, de 2012, do Senador Delcídio do Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 735, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (rotulagem e propaganda de alimentos).

**7****REQUERIMENTO N° 765, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 765, de 2012, do Senador Delcídio do Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (criação do Programa de Microdesenvilharias de Álcool e Biocombustíveis).

**8****REQUERIMENTO N° 766, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 766, de 2012, do Senador Delcídio do Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

**9****REQUERIMENTO N° 767, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 767, de 2012, do Senador Zezé Perrella, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 246, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (cobrança de couvert artístico).

**10****REQUERIMENTO N° 768, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 768, de 2012, do Senador Zezé Perrella, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 246, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

**11****REQUERIMENTO N° 783, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 783, de 2012, do Senador Paulo Paim, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado

nº 710, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (direito de greve dos servidores públicos).

**12****REQUERIMENTO N° 786, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 786, de 2012, da Senadora Ana Rita, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 329 de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (porte de arma de fogo por agentes de segurança fora de serviço).

**13****REQUERIMENTO N° 802, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 802, de 2012, do Senador Tomás Correia, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005, dos Projetos de Lei do Senado nºs 181 e 495, de 2007; 489, de 2008; e 106, de 2011, a fim de que tenha tramitação autônoma (programa e ações de alimentação escolar).

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler:

Sr. Presidente,

Comunico a V. Ex<sup>a</sup> que, em virtude de ter sido convidada pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, para assumir as elevadas funções de Ministra de Estado da Cultura, estou me afastando do exercício do mandato de Senadora da República, em conformidade com o art. 39, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), a partir de hoje.

Esclareço que opto pela remuneração do mandato, nos termos do art. 12, parágrafo único, do mesmo Risf. Em anexo, segue cópia do ato de nomeação, publicado no *Diário Oficial da União (DOU)*.

Atenciosamente, – Senadora **Marta Suplicy**.

É o seguinte o ofício na íntegra:

Ofício nº 198/2012-GSMSUP

Brasília, 13 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em virtude de ter sido convidada pela Excelentíssima Senhora

Presidenta da República, Dilma Rousseff, para assumir as elevadas funções de Ministra de Estado da Cultura, estou me afastando do exercício do mandato de Senadora da República, em conformidade com o artigo 39, inciso II, do RISF, a partir de hoje.

Esclareço que opto pela remuneração do mandato, nos termos do artigo 12, § único do mesmo RISF. Em anexo, segue cópia do ato de nomeação publicado no **DOU**.

Atenciosamente, – Senadora **Marta Suplicy**, PT – SP.

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano LIII N° 178

Brasília - DF, quinta-feira, 13 de setembro de 2012

SEÇÃO

2

### Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Executivo.....	1
Presidência da República.....	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.....	6
Ministério da Cultura.....	6
Ministério da Defesa.....	5
Ministério da Educação.....	10
Ministério da Fazenda.....	10
Ministério da Integração Nacional.....	34
Ministério da Justiça.....	35
Ministério da Pesca e Aquicultura.....	39
Ministério da Previdência Social.....	37
Ministério da Saúde.....	41
Ministério das Cidades.....	45
Ministério das Comunicações.....	46
Ministério das Relações Exteriores.....	46
Ministério de Minas e Energia.....	48
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	48
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.....	49
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	49
Ministério do Esporte.....	49
Ministério do Meio Ambiente.....	50
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	50
Ministério do Trabalho e Emprego.....	53
Ministério do Turismo.....	55
Ministério dos Transportes.....	55
Council Nacional do Ministério Públ...co.....	75
Ministério Públ...co de Unido.....	56
Poder Legislativo.....	58
Poder Judiciário.....	59
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	64
Edictos e Avisos.....	64

### Atos do Poder Executivo

#### MINISTÉRIO DA CULTURA

##### DECRETOS DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, ao uso de atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

#### EXONERAR

ANNA MARIA BRARQUE DE HOLLANDA de cargo de Ministra de Estado da Cultura.

Brasília, 12 de setembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF

#### TABELA DE PREÇOS DE JORNAL AVULSO:

Páginas	Diário Federal	Diário Estadual
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 29 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 77 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 157 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 251 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

\* Até os 200 primeiros e preço de tabela mais expedição de páginas multiplicado por R\$ 0,0107

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, ao uso de atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

#### NOMEAR

MARTA TERESA SUPLICY, para exercer o cargo de Ministra da Cultura.

Brasília, 12 de setembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF  
José Eduardo Cardoso

Nº 743 - DESIGNAR

os seguintes membros, para compor o Comitê Gestor Nacional do Programa Territórios da Cidadania em substituição àquela designada pela Portaria nº 201, de 13 de junho de 2009:

#### Ministério da Educação:

CLÁUDIA PEREIRA DUTRA, titular; e  
MACAÉ MARIA EVARISTO, suplente.

GLEISI HOFFMANN

#### ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, ao uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, resolve

Nº 744 - EXONERAR, a pedido,

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA do cargo de Diretor do Departamento de Patrimônio e Probidade da Procuradoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União, código DAS 101.5, a partir de 6 de setembro de 2012.

Nº 745 - NOMEAR

RENATO DANTAS DE ARAÚJO, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Patrimônio e Probidade da Procuradoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União, código DAS 101.5.

GLEISI HOFFMANN

#### MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, ao uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, resolve

Nº 746 - NOMEAR

MOACIR ALVARENGA CASAGRANDE, para exercer o cargo de Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Integração Nacional, código DAS 101.4.

GLEISI HOFFMANN

#### MINISTÉRIO DA SAÚDE

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, ao uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, resolve

Nº 747 - EXONERAR, a pedido,

ZICH MOYSÉS JÚNIOR do cargo de Diretor do Departamento de Complexo Industrial e Inovação em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Saúde, código DAS 101.5.

Nº 748 - NOMEAR

EDUARDO JORGE VALADARES OLIVEIRA, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Complexo Industrial e Inovação em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Saúde, código DAS 101.5.

GLEISI HOFFMANN

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano LII N° 128

Brasília - DF, quinta-feira, 13 de setembro de 2012

**Sumário****PÁGINA**

os do Poder Executivo.....	1
Mídia da República.....	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento .....	4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação .....	6
Ministério da Cultura.....	6
Ministério da Defesa.....	6
Ministério da Educação.....	10
Ministério da Fazenda.....	30
Ministério da Integração Nacional .....	34
Ministério da Justiça .....	35
Ministério da Pesca e Aquicultura.....	37
Ministério da Previdência Social.....	37
Ministério da Saúde.....	41
Ministério das Cidades.....	45
Ministério das Comunicações.....	46
Ministério das Relações Exteriores .....	46
Ministério de Minas e Energia.....	48
Ministério do Desenvolvimento Agrário .....	48
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome .....	49
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior .....	49
Ministério do Esporte.....	49
Ministério do Meio Ambiente .....	50
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	50
Ministério do Trabalho e Emprego .....	53
Ministério do Turismo .....	55
Ministério dos Transportes .....	55
Selo Nacional do Ministério Públ...co .....	56
Sistema Públ...co da União .....	56
Sistema Legislativo.....	58
Sistema Judiciário .....	59
Sist...mas de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .....	64
Sist...mas e Avisos .....	64

**Atos do Poder Executivo****MINISTÉRIO DA CULTURA****DECRETOS DE 12 DE SETEMBRO DE 2012**

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

**EXONERAR**

NA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA do cargo de Ministra do Estado da Cultura.

Brasília, 12 de setembro de 2012; 191ª da Independência e 194 da República.

DILMA ROUSSEFF

**TABELA DE PREÇOS DE JORNAL AVULSO**

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

oltre de 500 páginas é preço de tabela mais excedente de

editais multiplicado por R\$ 0,0107

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

**NOMEAR**

MARIA TERESA SUPILCY, para exercer o cargo de Ministra de Estado da Cultura.

Brasília, 12 de setembro de 2012; 191ª da Independência e 194 da República.

DILMA ROUSSEFF  
José Eduardo Cardozo**Nº 743 - DESIGNAR**

os seguintes membros, para o Programa Territórios da Cidadania pela Portaria nº 201, de

Ministério da Educação:  
CLAUDIA PEREIRA DUTRA  
MACAÉ MARIA EVARISTO

**ADVOCACIA**

A MINISTRA DE I  
DA PRESIDÊNCIA DA RE  
tendo em vista o disposto no  
junho de 2003, resolve

**Nº 744 - EXONERAR**, a pet

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA  
Departamento de Patrimônio  
União da Advocacia-Geral da  
6 de setembro de 2012.

**Nº 745 - NOMEAR**

RENATO DANTAS DE ARA  
do Departamento de Patrimônio  
União da Advocacia-Geral da

**MINISTÉRIO DA II**

A MINISTRA DE I  
DA PRESIDÊNCIA DA RE  
tendo em vista o disposto no  
junho de 2003, resolve

**Nº 746 - NOMEAR**

MOACIR ALVARENGA CA  
Chefe da Assessoria Parlame  
cial, código DAS 1014.

**MINISTÉRIO DA III**

A MINISTRA DE I  
DA PRESIDÊNCIA DA RE  
tendo em vista o disposto no  
junho de 2003, resolve

**Nº 747 - EXONERAR**, a pet

ZICH MOYSÉS JÚNIOR do  
Complexo Industrial e Itev  
Tecnologia e Inovações Estadu  
DAS 1015.

**Nº 748 - NOMEAR**

EDUARDO JORGE VALAD.  
de Diretor do Departamento  
Sociedade da Secretaria de Ciênci  
Ministério da Saúde, código

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – O expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao Senador Ciro Nogueira pelo prazo regimental.

**O SR. CIRO NOGUEIRA** (Bloco/PP – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, Deputado Arthur Lira, Líder do meu partido na Câmara dos Deputados que nos honra com sua presença, venho hoje a esta tribuna para saudar a nossa Presidente Dilma Rousseff pela histórica iniciativa de reduzir as contas de energia elétrica em nosso País, medida anunciada esta semana e que certamente trará grandes benefícios a todo o Brasil. No mês de maio, estive aqui, nesta mesma tribuna, lançando um apelo ao Governo no sentido de assegurar um preço mais justo na energia elétrica de todos os consumidores brasileiros. Felizmente, a nossa Presidente Dilma Rousseff demonstrou uma grande sensibilidade, Sr. Presidente, quanto às altas contas de luz que têm prejudicado os consumidores em nosso País.

Como já foi amplamente divulgado, a partir de janeiro de 2013, os consumidores brasileiros vão pagar em média 20,2% menos pela energia elétrica em sua tarifa. Tanto as indústrias quanto os consumidores residenciais comemoram a medida. Não é para menos: a implantação de uma nova política energética para o Brasil sinaliza um novo tempo. Vemos que a iniciativa aumentará a competitividade das indústrias, estimulará o comércio, gerará mais empregos e consolidará, definitivamente, nosso País e um novo modelo de desenvolvimento.

Quero assinalar aqui alguns pontos da Medida Provisória nº 579/2012, sobre a qual esta Casa deverá se debruçar em breve. Considero importante a eliminação de dois dos quatorze encargos setoriais que incidem sobre a tarifa de energia elétrica: um é a Reserva Global de Reversão e o outro é o Conta Consumo Combustível (CCC), cobranças absolutamente desnecessárias, que apenas oneram nossos custos.

Um dos pontos que considero de maior importância é o que prevê a possibilidade de prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, contratos que vão vencer entre 2015 e 2017. Para que isso aconteça, entretanto, o Governo exigirá que as concessionárias cumpram critérios de qualidade e façam investimentos permanentes para garantir a melhoria dos serviços. Nas palavras da Presidente Dilma Rousseff, “não pode faltar luz nos 365 dias do ano e nem em nenhuma das 24 horas do dia”.

E isso, Sr. Presidente, não vem acontecendo, em especial no meu querido Piauí, em que temos uma das piores companhias elétricas de todo o País e uma das contas mais altas.

Essa questão da qualidade no fornecimento tem preocupado muito os brasileiros, em especial o meu Estado, o Piauí, onde a Cepisa, infelizmente, deixa muito a desejar. Estamos, portanto, na expectativa de que a Eletrobras/Cepisa se esforce para melhorar seus serviços, que têm penalizado grandemente o setor produtivo piauiense e as famílias de todas as regiões do meu Estado, em especial o sul do Piauí.

Devo lembrar que a queda na tarifa de energia elétrica para os consumidores domésticos será de 16,2%, a partir do próximo ano, enquanto a queda para os consumidores industriais vai variar de 19% a 28%, dependendo da tensão. Os consumidores de alta tensão, especialmente indústrias como as de aço, alumínio ou cimento, deverão se beneficiar de um corte maior na tarifa final. Criou-se, com isso, uma onda de otimismo, que estimulará toda a economia brasileira, Sr. Presidente.

Antes de encerrar, considero oportuno sugerir que seja discutida a possibilidade de se criar um mecanismo de incentivos fiscais para evitar desperdícios nas indústrias e estabelecer um estímulo tributário para aquelas empresas que pouparam energia. Esse será um passo importante para um país que deseja aumentar sua competitividade internacional.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, estamos em um momento ímpar da história. A redução das tarifas elétricas está acompanhada de uma série de medidas anunciadas anteriormente pelo Governo Federal que transformarão nossa infraestrutura, tal como o Plano Nacional de Logística e Transportes, que modernizará as rodovias, ferrovias e portos. Entretanto, muitos estão ressaltando que, apesar da diminuição das contas de energia, o setor produtivo nacional ainda continuará pagando uma das mais altas faturas de energia no mundo. Mas, Sr. Presidente, sou um otimista: quando o copo está pela metade, prefiro ver que ele está quase cheio, e não quase vazio.

E eu acredito, sim, que o Brasil ganha, e muito, com a adoção dessa medida por parte da nossa Presidente Dilma Rousseff, que demonstrou grande sensibilidade para com todos nós brasileiros.

Antes de finalizar, Sr. Presidente, gostaria também de registrar nesta Casa que todo o Piauí hoje está com um sentimento muito grande de perda.

Ontem, faleceu o grande Prefeito Edilberto Marques, da cidade de Joca Marques – estive lá presente –, uma das figuras mais corretas e mais sérias da história política do nosso Estado.

Gostaria de levar a toda a sua família, a toda a cidade de Joca Marques, à grande Luzilândia, o nosso sentimento de pesar pela perda de um eminente homem, um grande piauiense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

A Mesa informa que ao requerimento do Senador Pedro Simon será dado o destino regimental.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, pelo Rio Grande do Sul.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tomás Correia, eu tenho trabalhado muito no Estatuto do Motorista. Fui relator em plenário da lei que regulamentou a profissão dos motoristas, mediante um amplo acordo que houve entre empresários e trabalhadores.

Depois da lei aprovada, em parte vetada, criou-se um impasse com os caminhoneiros, principalmente os do transporte internacional, os autônomos e os do chamado transporte de longa distância.

Sr. Presidente, eu fiz diversas reuniões com os caminhoneiros, com caminhoneiros de São Marcos, de Amaral, de Caxias, de Ijuí, de Panambi, de Serafina Corrêa; enfim, de inúmeras cidades do Rio Grande. Eles me diziam, com a maior tranquilidade e o maior respeito, que era importante a regulamentação da lei. Mas eles diziam: "Senador, como é que a gente vai parar, num horário razoável, para que não haja acidentes, se eu estou transportando uma carga chamada química, e o posto não aceita que eu pare; e, se eu parar na estrada, a Polícia Rodoviária também não aceita, porque é explosivo e é perigoso; a lei manda que eu pare de 4 em 4 horas e descanse ½. Como é que eu faço, se não existem os postos de parada?"

Eu tranquilizei todos – eles tinham razão –, porque, se parassem, eram multados; se não parassem, eram multados porque ultrapassaram o horário. Eu dizia a eles, nas reuniões que tive, inclusive em Porto Alegre, que eu acreditava no bom senso do Governo da Presidenta Dilma. Dizia a eles que eu apostava que seriam prorrogados os prazos para que os postos de parada, então, fossem garantidos efetivamente.

Estive ontem ainda reunido com os líderes dos trabalhadores e dos caminhoneiros autônomos, como o Lit, por exemplo, e eles me diziam que iam para uma reunião decisiva.

Quero dizer que fiquei muito contente pela decisão adotada pelo Ministério do Transporte, pelo DNIT, de que, pelo prazo de 180 dias, seis meses, os caminhoneiros não serão multados. Não dá para multar, porque não há postos de paradas. Nesse período, o Governo, então, vai trabalhar para adequar a condição das estradas para que eles possam parar.

Claro que a lei que nós todos aprovamos aqui – e houve alguns vetos – pretende combater os acidentes no trânsito, que é uma preocupação enorme de todos,

mas, por outro lado, não se pode obrigar o motorista a parar se ele não tem onde parar!

Por isso, estou cumprimentando, Sr. Presidente, neste meu pronunciamento, o Governo Federal, que, via Conselho Nacional de Trânsito – Contran –, atendeu uma reivindicação dos movimentos dos caminhoneiros, dos trabalhadores e dos empreendedores, esses profissionais que tão bem exercem suas funções nas estradas e levam o desenvolvimento a todos os cantos do nosso País – verdadeiros bandeirantes do Século XXI. Eles têm que ser atendidos e foram atendidos pelo Governo da Presidenta Dilma.

Falo da justa resolução que recomenda a fiscalização do cumprimento da lei somente daqui a 180 dias. O Governo publicará, em 180 dias, uma lista com as rodovias em condições para a parada, e, naquelas rodovias em que ele não tiver condição de parar, o motorista não vai parar! Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come; se parar, é multado; se não parar, também é multado. Quero cumprimentar a sabedoria – com a presença do Líder Eduardo Braga – do nosso Governo, que atendeu à reivindicação dos caminhoneiros.

Quando pediram para sancionar a lei, eu vim à tribuna e pedi. Depois, houve um desencontro, porque alguns pontos foram vetados. O Governo, com muita sabedoria, reuniu os caminhoneiros, os líderes de empresários e trabalhadores, e, juntos, construíram esse acordo. Durante 180 dias, vamos buscar o ajuste nessa jornada, e eles não serão multados até que os postos, chamados de parada, sejam adequados de forma que todos se sintam contemplados.

Eu, hoje pela manhã, recebi inúmeros telefonemas de caminhoneiros do Rio Grande e de outras partes do País, cumprimentando a decisão do Governo da Presidenta Dilma. Eu, que fiz o apelo, inúmeras vezes, aqui na tribuna, e dialoguei com os líderes do movimento, me sinto contemplado. Eu me lembro de que, na última parada, eles vieram à Brasília, conversaram comigo, na Comissão de Direitos Humanos, e me disseram: "Paim, se não houver uma saída, nós vamos ter que parar no dia 26", lá atrás. E pararam. A partir daí, começou uma intensa negociação com o Governo da Presidenta Dilma, que encontrou uma saída negociada. Teremos, então, 6 meses, para negociar alternativas que permitam haver uma política de combate aos acidentes, sem inviabilizar, de forma alguma, o trabalho dos caminhoneiros.

Esses caminhoneiros, como eu digo, são verdadeiros heróis, eles transportam o Brasil nas costas – seria o termo, nas costas –, que é caminhão. Neste momento, com certeza, meu Senador Tomás Correia, eles estão ouvindo, pela Rádio Senado ou porventura em sua residência, esta boa notícia de que vai haver uma flexibilização de 6

meses, período em que, tenho certeza absoluta, havemos de construir um grande entendimento.

Sr. Presidente quero também fazer outro registro que, para mim, é muito importante. Recebi um manifesto chamado Carta Aberta da Feneis aos Senadores de República. O que eles dizem aqui, Sr. Presidente:

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, entidade reconhecida internacionalmente, por sua trajetória em defesa do direito das pessoas surdas brasileiras, vem a V. Ex<sup>a</sup> abordar uma questão que tem causado preocupação, na comunidade surda de nosso País, a partir do surgimento de rumores de que o serviço de tradução e interpretação em Libras, língua de sinais brasileira, seria extinto no programa vinculado pelo Senado.

Eles dizem, no documento, que o Senado foi o primeiro, deu exemplo ao País, foi o primeiro órgão legislativo que adotou o sistema da língua brasileira de sinais, por meio da TV Senado. Eles fazem uma série de considerações, muito respeitosas, quero dizer, de elogios ao Senado, e fazem um apelo para que esse sistema não seja extinto. Enfim, eles terminam dizendo, vou para o último parágrafo:

Dessa forma, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que, enquanto representante do povo brasileiro e das pessoas com deficiência, interceda com o devido cuidado, mas, com a máxima urgência, na defesa dos direitos de surdos e surdas usurários das Libras, como sua primeira língua que necessitam e desejam que a janela de tradução seja mantida, inclusive ampliada, até que esteja disponível, na totalidade, na programação da TV Senado.

Agradecem aqui e assinam a Ana Regina e Souza Campello, Presidente, e Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Diretora de Políticas Educacionais.

Na verdade, eles estão aqui elogiando a TV Senado. Dizem que eles assistem muito à TV Senado e que querem continuar, já que são surdos, no caso, tendo o direito de ver a tradução via a interpretação em Libras.

Eu quero ainda dizer, Sr. Presidente, que recebi, ainda nesta semana, dia 12 de setembro, alguns técnicos de Libras aqui, no Senado, que me trouxeram suas preocupações.

Lembro que, há pouco tempo, eu comentava sobre o Dia Nacional do Surdo, lembrado agora, no dia 26 de setembro. O Senador Rodrigo Rollemberg está aqui, neste momento, no plenário. Quero destacar, Senador Rodrigo Rollemberg – essa é a linha da minha fala – que, a seu pedido, aprovei hoje, na Comissão de Direitos Humanos, seguindo a orientação da sua Comissão, que já aprovou, uma audiência pública, que, provavelmente, será na terça-

-feira em que V. Ex<sup>a</sup> vai receber centenas de surdos. A comissão será presidida por V. Ex<sup>a</sup>. Eu nem estarei aqui, quero dar esse destaque a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> fique tranquilo, que eu vou presidir as duas comissões e vou recebê-los para encaminhar a reivindicação, para que eles possam manter vivo o sistema de Libras.

Eu quero, aqui, enfatizar que o Senado Federal recebeu, recentemente, um grupo de mais de cinco mil surdos, que vieram aqui debater a educação inclusiva, com a presença, inclusive, num desses momentos, da Ministra Maria do Rosário.

Quero dizer aqui, Sr. Presidente, que nós entendemos que o Senado deve olhar com carinho essa questão. Eu fazia, recentemente, uma palestra no Estado do Rio Grande do Norte, sobre a questão das pessoas com deficiência, e lá me questionavam se isso iria acontecer. Eu disse que não, que havia um debate e que iria, juntamente com outros Senadores, encaminhar para que o sistema de Libras seja mantido.

Por fim, Sr. Presidente, eu ainda quero falar sobre o mesmo tema. Falo da tribuna, neste momento, de um tema que tem estimulado muito o nosso trabalho aqui no Senado e toca corações e mentes. Refiro-me ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

É uma lei de minha autoria. Lembro ainda quando, em 1982, em Vitória, Espírito Santo, houve o 1º Encontro de Delegados da Coalizão Nacional de Entidades e Pessoas com Deficiência. Nesse encontro, foi decidida a criação, por unanimidade, do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Essa proposta é do saudoso companheiro Cândido Pinto, pernambucano, radicado em São Paulo, militante do Movimento Brasileiro da Pessoa com Deficiência.

Em sua justificativa, que recebi e apresentei como projeto e virou lei, Cândido Pinto lembra:

Vinte e um de setembro indica a entrada da primavera, tempo de flores, de campos verdes, onde os pássaros cantam mais, onde as águas ficam mais transparentes. Por assim dizer, o surgimento da esperança de tempos melhores para um segmento fortemente marcado pela discriminação e pela opressão.

Nesse dia [dizia Cândido Pinto] as pessoas deficientes devem invadir as ruas com suas cadeiras de rodas, com suas muletas, com suas bengalas, acompanhando com os cães-guia as pessoas surdas e aquelas com deficiência mental, com suas famílias, todos juntos, reivindicando direitos, mostrando claramente quão são inacessíveis, infelizmente, as cidades e seus equipamentos urbanos.

Sr. Presidente, esta lei que apresentei marca o dia 21 de setembro de 1982, e não foi apenas a entrada da primavera. Em muitas cidades brasileiras, foram realizados atos públicos de sensibilização e conscientização da sociedade sobre a necessidade de se reconhecerem os direitos da pessoa com deficiência, fator esse que certamente preconizou a inclusão desses direitos com muita força na Constituição e na legislação de forma geral. Com um profundo respeito a essa luta, apresentei em 2003 um projeto, para tornar, então, oficial essa data.

Para nossa alegria e de milhões de pessoas, no dia de 2005, o 21 de setembro tornou-se então o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, Lei nº 11.133.

A luta do movimento das pessoas com deficiência, entretanto, continua. Ainda existe uma caminhada importante a ser percorrida na ampliação e modernização da legislação para a área, conforme determina a própria Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que, aqui, o Senado aprovou por unanimidade.

Precisamos, também, de uma mudança cultural para as pessoas com deficiência. Sr. Presidente. Essa mudança cultural em relação às pessoas com deficiência tem que vir do conjunto da sociedade, acabando com os preconceitos. É isso o que pretendemos com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que, aqui, apresentamos há seis anos, e o Senado aprovou por unanimidade. Está lá na Câmara dos Deputados. Vamos torcer para que essa data, 21 de setembro, ajude, para que os Deputados votem o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que o Senado votou com a maior tranquilidade.

Sr. Presidente, seria importante destacar que, quando ligamos a TV e vemos uma prova, por exemplo, das Paralimpíadas, nós nos comovemos com a superação e o desempenho de cegos, por exemplo, no futebol, ou com o basquete em cadeiras de rodas.

Acreditamos, assim, que as pessoas com deficiência estão conquistando o seu espaço, que estamos vivendo numa sociedade cada vez mais inclusiva. E o melhor é que nós precisamos fazer, com certeza, muito mais e faremos muito mais para contribuir com esse combate a esses preconceitos.

Conquistas devem, sim, ser lembradas, festejadas. Nesses jogos, o Brasil teve sua melhor participação, ficando em sétimo lugar no quadro de medalhas. Foram 21 medalhas de ouro, 14 de prata, oito de bronze, totalizando 43 medalhas.

Quero, aqui, parabenizar nossos atletas paralímpicos, que deram um *show*, um exemplo de superação e entrega. Deixo meu abraço a todos os atletas, não só aos medalhistas, mas a todos aqueles que, de al-

guma forma, contribuíram, e ao nosso querido Comitê Paralímpico Brasileiro.

As Paralimpíadas terminaram no dia 9 de setembro, e voltamos à nossa realidade de um Brasil onde avançamos, mas, com certeza, podemos avançar muito mais. Precisamos, Sr. Presidente, sair da crença de que as pessoas evoluem por si mesmas. Vamos assumir as nossas responsabilidades, resolver que a inclusão tem que partir também de cada um de nós.

Só assim veremos as mudanças ocorrerem de fato.

Precisamos lutar por políticas públicas que promovam a acessibilidade ao trabalho, um direito básico de qualquer pessoa, como foi assegurado recentemente num Projeto da Senadora Lídice da Mata, em que ela destinou 10% do dinheiro do FAT para a formação técnica de pessoas com deficiência.

Eu tive a alegria, junto com o Senador Suplicy, de relatar a matéria, como relator *ad hoc*. O projeto inicial o Senador Suplicy relatou. Com isso, vamos dar condição de resolver o porquê de os 5% das vagas nos empregos oferecidos pelos empreendedores não serem ocupadas devidamente porque não há a devida formação. Então, foi um grande projeto que relatamos, que vai permitir que as pessoas com deficiência tenham um número x de vagas para a sua formação técnica, para se apresentarem no mercado de trabalho.

Sr. Presidente, o censo do IBGE de 2010, no que se refere à ocupação da pessoa com deficiência, mostra que, do total ocupado no País, dos 86,3 milhões, apenas 20 milhões eram por pessoas com deficiência, ou seja, bem longe daquilo que gostaríamos que fosse realidade. Estou simplificando a minha fala devido ao meu tempo, quero concluir exatamente nos próximos três minutos.

No que se refere ao rendimento, o estudo aponta que 46,4% das pessoas ocupadas, com 10 anos ou mais de idade, entre os que têm deficiência, ganhavam até um salário mínimo ou não tinham rendimento. Já entre a população sem qualquer deficiência essa realidade era bem diferente. Sr. Presidente. A falta de qualificação das pessoas com deficiência, entretanto, não é a única razão, existe um forte preconceito ainda em relação às pessoas com deficiência.

Estive na Federação dos Bancos em São Paulo, fui recebido pelos presidentes dos bancos, pela Federação dos Banqueiros. Eles me apresentaram um belo projeto. Para resolver o problema da falta de capacitação, eles pegaram 10 Smil pessoas com deficiência, deram-lhes formação, e elas passaram a trabalhar nos bancos. Eles estão felizes que esses meninos, essas meninas, jovens e adultos, enfim, estão produzindo com alta qualidade. Até acertamos de eles virem fazer uma exposição na Comissão de Direitos Humanos.

Sr. Presidente, indo para os finalmentes – são muitos dados, um trabalho belíssimo do IBGE sobre a pessoa com deficiência em todas as áreas – o que percebemos é que é fundamental que a Câmara dos Deputados aprove de forma definitiva o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Repito, o Senado aprovou por unanimidade, só falta agora a Câmara cumprir a sua parte. Como havia me comprometido com V. Ex<sup>a</sup>, quero ficar exatamente no meu tempo, falta um minuto. peço que V. Ex<sup>a</sup> considere na íntegra o meu pronunciamento. Obrigado, Senador.

**SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recebi em audiência, na última quarta-feira, dia 12 de setembro, alguns técnicos em Libras da TV Senado. Eles trouxeram seus anseios com relação à situação desses profissionais.

Lembro que há poucos minutos fiz referência ao Dia Nacional do Surdo, lembrado no dia 26 de setembro, por isso a pertinência desse registro.

De acordo com o IBGE, mais de 2,5% da população brasileira possui alguma deficiência auditiva, tornando cada vez mais importante a atuação do profissional Intérprete da Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS.

A presença desses tradutores é determinante para que um surdo consiga acompanhar uma aula, seja atendido adequadamente numa consulta médica, registre uma ocorrência policial ou utilize qualquer outro serviço básico usado por uma pessoa sem deficiência auditiva.

Mesmo desempenhando função tão importante, o Profissional Intérprete de LIBRAS sofre com péssimas condições de trabalho, salários baixos, falta de reconhecimento profissional, embora já exista a lei 12.319 de 1º de Setembro de 2010 que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete de LIBRAS.

O Senado Federal foi pioneiro entre as casas de leis do Brasil inteiro. Contratou profissionais de LIBRAS para garantir o atendimento dos surdos, mas é preciso avançar. É preciso um maior número de profissionais para atender as demandas em tempo integral.

A presença desses profissionais é fundamental para que um surdo acompanhe as atividades parlamentares do Senado, seja na TV Senado, comissões, plenário e em todas as atividades da Casa.

Sem o intérprete é impossível esse acompanhamento e uma parcela importante da população fica cada vez mais distante do poder público, deixando de participar de todo o processo político que objetiva o melhoramento da qualidade de vida dos brasileiros.

O Senado Federal recebeu recentemente um grupo de mais de 5 mil surdos que vieram debater educação inclusiva.

O evento foi traduzido pelos profissionais que essa casa já dispõe, mas infelizmente, os telespectadores que estavam em casa não conseguiram acompanhar o evento.

Pedimos que a administração da Casa olhe com carinho para a contratação de um maior número de profissionais para garantir o atendimento integral dos serviços apresentados pelo Senado e possibilitar o acompanhamento da comunidade surda nas atividades parlamentares.

A Ministra Maria do Rosário lançou a audiodescrição na TV aberta e a partir de agora as pessoas com deficiência visual poderão desfrutar de pelo menos duas horas de programação nas TVs.

Além disso o decreto nº 5.296/2004 e outras leis brasileiras aprovadas por essa casa torna obrigatória a presença desses profissionais como forma de assegurar a participação dos surdos na sociedade, a plena integração e a garantia da acessibilidade das pessoas com deficiência.

O Sindicato dos Tradutores, Guias-Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais do DF – SINPROLS, criou a Campanha de Valorização Profissional dos Intérpretes de LIBRAS, adotando o lema de conscientização:

“Intérprete de LIBRAS não é só vocação, valorize essa profissão!”

A campanha tem como objetivo principal dar visibilidade a atuação desses profissionais tão importantes para o exercício da acessibilidade.

Também busca melhores condições de trabalho, melhores salários, piso inicial, reconhecimento, direito a opinião e outros direitos conferidos a outras categorias profissionais e negados aos Intérpretes de LIBRAS.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para falar de um tema que tem estimulado meu trabalho e tem tocado muito meu coração. Refiro-me ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, Lei de minha autoria.

Lembro que ainda em 1982, em Vitória– ES houve o 1º Encontro de Delegados da Coalizão Nacional de Entidades e Pessoas Deficientes.

Nesse encontro foi decidida a criação, por unanimidade, do “Dia Nacional de Luta das Pessoas Deficientes”.

Proposta do saudoso companheiro Cândido Pinto, pernambucano radicado em São Paulo, militante do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes – MDPD.

Em sua justificativa, Cândido Pinto lembrava que 21 de setembro indica a entrada da primavera, tempo do desabrochar das flores, marcando, por assim dizer, o surgimento da esperança de tempos melhores para

um segmento fortemente marcado pela discriminação e pela opressão por parte da sociedade.

Neste dia, dizia Cândido Pinto, “*as pessoas deficientes devem invadir as ruas com suas cadeiras de rodas, com suas muletas, com suas bengalas, as pessoas surdas e aquelas com deficiência mental com suas famílias, todas juntas, reivindicando seus direitos, mostrando claramente quão inacessíveis são as cidades e seus equipamentos urbanos.*”

Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, o 21 de setembro de 1982 não apenas marcou a entrada da primavera. Em muitas cidades brasileiras, foram realizados atos públicos de sensibilização e conscientização da sociedade sobre a necessidade de se reconhecer os direitos das pessoas com deficiência, fator este que certamente preconizou a inclusão destes direitos na Constituição Federal de 1988 e na legislação de forma geral.

Em profundo respeito a essa luta, apresentei em 2003 um projeto de lei para tornar oficial essa data.

Para a nossa alegria e de milhões de pessoas, no ano de 2005, o 21 de setembro tornou-se o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 11.133.

A luta do movimento das pessoas com deficiência, entretanto, deve ser contínua.

Ainda existe uma caminhada importante a ser percorrida na ampliação e modernização da legislação para a área, conforme determina a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Precisamos também de uma mudança cultural para que as pessoas com deficiência possam viver com naturalidade e igualdade de direitos e oportunidades.

É isso que pretendemos com o Estatuto da pessoa com deficiência, consolidar os direitos já adquiridos e incorporar os avanços mais recentes do debate internacional sobre o assunto.

A busca pela acessibilidade deve ser uma busca permanente de todos nós. É uma busca que deve começar dentro da gente, percebendo que em uma pessoa com deficiência existe um ser humano com necessidades e potencialidades humanas.

Alguém que, mais do que proteção, precisa ter direitos. Já falamos várias vezes que a deficiência não está no corpo, mas está principalmente no ambiente físico e na atitude social que não contempla as diferenças corporais.

Quando ligamos a tevê e vemos uma prova das Paralimpíadas, nos comovemos com a superação e o desempenho de cegos no futebol de 7 ou com o basquete em cadeira de rodas.

Acreditamos assim que as pessoas com deficiência estão conquistando o seu espaço, que estamos vivendo em uma sociedade cada vez mais inclusiva

e o melhor e que nós não precisamos fazer nada pra contribuir com isso.

Conquistas devem sim, ser comemoradas. Nestes jogos o Brasil teve sua melhor participação, ficando em 7º lugar no quadro de medalhas: foram 21 medalhas de ouro, 14 de prata e 8 de bronze, totalizando 43 medalhas.

Quero parabenizar nossos atletas paralímpicos que deram um show, um exemplo de superação e entrega. Deixo o meu abraço a todos os atletas, não só aos medalhistas e ao Comitê Paralímpico Brasileiro.

As Paralimpíadas terminaram no dia 9 de setembro e voltamos à nossa realidade de um Brasil onde é preciso muito mais do que superação pessoal para que a inclusão faça parte do cotidiano das pessoas.

Precisamos sair da inércia, da crença de que as coisas evoluem por si mesmas, precisamos assumir nossa responsabilidade. Resolver que a inclusão tem de partir de nós, de dentro de nós. Só assim veremos as mudanças ocorrerem.

Precisamos lutar por políticas públicas que promovam a acessibilidade ao trabalho, por exemplo, um direito básico de qualquer pessoa.

Para relatar nossa realidade neste campo buscamos informações no Senso 2010 do IBGE.

No que se refere à ocupação da pessoa com deficiência o estudo mostrou que do total ocupado no país, 86,3 milhões, apenas 20,3 milhões eram pessoas com deficiência.

Ou seja, mais da metade (53,8%) dos 44 milhões de pessoas com deficiência em idade ativa (10 anos ou mais) estava desocupada.

Em relação ao total da população desocupada, que somava 75,6 milhões em 2010, as pessoas com deficiência representavam 31,3%.

No que se refere ao rendimento, o estudo aponta que 46,4% das pessoas ocupadas, com 10 anos ou mais de idade, entre os que têm deficiência, ganhavam até um salário mínimo ou não tinham rendimento.

Já entre a população sem qualquer deficiência, essa era a realidade de 37,1%, o que indica uma diferença de mais de 9 pontos percentuais entre os dois grupos.

A lei 8213 de 1991, estabelece o cumprimento de cotas para o preenchimento de vagas nas empresas que afirmam que a dificuldade para o cumprimento dessa lei é a baixa qualificação.

A falta de qualificação de pessoas com deficiência, entretanto, não é a única razão; existe um forte preconceito que identifica a deficiência com incapacidade.

Isso pode ser demonstrado na diferença de empregabilidade entre pessoas com e sem deficiência. Não são apenas as pessoas com deficiência que têm uma baixa qualificação para o trabalho, os trabalhadores em geral não

possuem uma boa qualificação. Então, se observarmos as diferenças entre a ocupação de trabalhadores com e sem deficiência, veremos que a baixa qualificação não pode ser considerada a única razão para a baixíssima taxa de ocupação dessa parcela de pessoas.

A restrição do corpo de uma pessoa não é sua única característica, tampouco é a mais importante. Oferecendo-se os recursos para se acessar o espaço físico dos ambientes de trabalho, oferecendo-se os recursos tecnológicos especiais, tais como leitores de tela, por exemplo; abrindo-se para um relacionamento sincero, cordial, educado, sem paternalismos, mas também, sem distanciamento, estaremos, de forma natural, oferecendo espaço para que essas pessoas possam demonstrar sua capacidade para desempenhar praticamente qualquer função.

Senhoras e senhores, o IBGE também apresentou recortes sociais da deficiência, aspectos como distribuição entre os gêneros, faixa etária, distribuição geográfica, rendimento, nível de instrução e outros.

Aspectos estes que considero importante para conhecermos um pouco mais sobre a deficiência no Brasil. Vamos a mais números.

Dos 45,6 milhões de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas, 38,5 milhões viviam em áreas urbanas e 7,1 milhões em áreas rurais.

Na análise por sexo, 26,5% da população feminina (25,8 milhões) possuía alguma deficiência, contra 21,2% da população masculina (19,8 milhões).

O Censo também investigou a incidência de pelo uma das deficiências por faixa de idade e constatou que era de 7,5% nas crianças de 0 a 14 anos; 24,9% na população de 15 a 64 anos e 67,2% na população com mais de 65 anos.

O maior contingente com pelo menos uma deficiência ocorreu na população de 40 a 59 anos, correspondendo a aproximadamente 17,4 milhões pessoas.

A deficiência visual, que atingia 35 milhões de pessoas em 2010, era a que mais atingia tanto homens (16,0%) quanto mulheres (21,4%), seguida da deficiência motora (13,3 milhões, 5,3% para homens e 8,5% para mulheres), auditiva (9,7 milhões, 5,3% para homens e 4,9% para mulheres) e mental ou intelectual (2,6 milhões, 1,5% para homens e 1,2% para mulheres).

Em relação à cor ou raça, as populações que se declararam preta ou amarela foram as que apresentaram maior percentual de deficientes, 27,1% para ambas, e o menor percentual foi observado na população indígena, 20,1%.

Dados colhidos no site Fonte: ÚltimoSegundoblocked::<http://ultimosegundo.ig.com.br/>.

Também segundo dados do IBGE, Embora 95% das crianças com deficiência com idades entre 6 e 14

anos estejam na escola, algo bem próximo do percentual de crianças sem deficiência (97%), outros indicadores não são tão favoráveis, como o grau de instrução.

De acordo com o levantamento, enquanto 61,1% da população de 15 anos ou mais com deficiência não tinham instrução ou cursaram apenas o fundamental incompleto, esse percentual era de 38,2% para as pessoas dessa faixa etária sem nenhuma deficiência, indicando uma diferença de 22,9 pontos percentuais.

Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, no dia 31 de agosto último, estive no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, atendendo ao generoso convite daquela corte, fiz uma palestra sobre acessibilidade no seu mais amplo aspecto: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade à comunicação, educação inclusiva, conceitos de deficiência.

O tema têm sido discutido em vários âmbitos: o governo tem se empenhado para promover o acesso das pessoas com deficiência aos programas que visam diminuir as desigualdades de oportunidade e na implementação de políticas públicas de inclusão social.

O Congresso também tem buscado fazer a sua parte, aprovando proposições importantes. Alguns exemplos de projetos tais como: o PLS nº 105/2008, de nossa autoria, que prevê estímulos para o empreendedorismo de pessoas com deficiência; o PL nº 1631/2012, que institui a política nacional de proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

Lembro também da importância de aprovarmos o Estatuto da Pessoa com Deficiência que está sendo construído, inspirado nos mais modernos conceitos da área, sem perder de vista as conquistas do movimento ao longo desses 30 anos de luta.

Acredito que com a aprovação do estatuto teremos muito mais motivos para comemorar o dia 21 de setembro.

Antes de encerrar quero lembrar que o dia 26 de setembro é o dia dos surdos. Neste dia é importante também destacar a busca por direitos dessa parcela de pessoas com deficiência.

Entre as principais reivindicações dos surdos estão questões ligadas à educação. Preocupações com um ensino inclusivo em detrimento de um ensino especial que conte com o aprendizado da LIBRAS língua brasileira de sinais.

Não se trata de privilegiar uma modalidade de ensino em detrimento de outra, mas de uma educação que busque atender ao princípio da educação inclusiva, sem perder de vista que o ensino da LIBRAS e do português devem estar lado a lado, conduzindo a educação dos surdos para uma proposta realmente inclusiva.

Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, gostaria de enfatizar o prisma com que devemos olhar as pes-

soas! Dar acesso e oportunizar a todos para que se sobressaia o seu lado humano. Nesse sentido termino com uma poesia de meu assessor Luciano Ambrósio.

### PRIMAVERA DE OLHARES

Hoje é preciso renovar  
Repensar os olhares  
Redescobrir o ser humano  
E deixar surpreender-se  
É preciso se abrir ao outro  
Caminhar lado a lado  
Trabalhar lado a lado  
Ver seu lado humano  
Atleta, estudante, trabalhador, humano!  
Forte, sensível, vencedor, lutador, humano!  
Igual, diferente, humano!

Era o que tinha a dizer.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

### CARTA ABETA DA FENEIS AOS SENADORES DA REPÚBLICA

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2012

A FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – entidade reconhecida internacionalmente por sua trajetória de plena defesa dos direitos das pessoas surdas brasileiras, vem até a Vossa Senhoria abordar uma questão que tem causado inquietação na Comunidade Surda de nosso país, a partir do surgimento de rumores de que o serviço de tradução e interpretação em Libras – Língua de Sinais Brasileira – seria extinto da programação veiculada pela TV Senado.

Frente à possibilidade de que a janela de tradução em Libras seja retirada da programação deste importante canal de acesso às informações correlatas aos encaminhamentos políticos de nosso país, a FENEIS precisa posicionar-se veementemente contrária ao que considera um verdadeiro retrocesso no processo de inclusão de surdos e surdas na sociedade brasileira.

Nosso país é um dos únicos no mundo que possui legislação específica para a defesa da diferença linguística e cultural das pessoas surdas, onde através da Lei Federal Nº 10.436, de 22 de abril de 2002 a Libras é reconhecida como Língua Oficial das pessoas surdas no Brasil. Ainda, ao ratificar a Convenção da ONU para as Pessoas com Deficiência, nosso país reconhece a diferença surda e assume o compromisso de promover sua inclusão de forma plena em nossa sociedade. O Brasil tem sido modelo para outros paí-

ses, graças às ações voltadas à inclusão e valorização da diferença e considera-se inaceitável que a partir de agora passemos a fazer o caminho inverso.

A construção da cidadania e a consolidação do processo político democrático de uma nação está intimamente atrelado ao pleno acesso à informação. A disponibilização da janela de tradução em Libras na programação da TV Senado tem sido fundamental para que surdos e surdas de todo

o território nacional se apropriem das discussões, dos encaminhamentos e das tomadas de decisão que acontecem no âmbito do Senado Federal. Este serviço tem garantido o pleno acesso à informação e promovido a formação política destes sujeitos, tornando acessíveis a um expressivo número de cidadãos brasileiros os trâmites e processos específicos desta casa que representa a Federação, na amplitude e diversidade dos entes federados.

Desta forma, solicitamos a Vossa Senhoria que, enquanto representante do povo brasileiro e, desta forma, responsável pela defesa dos interesses da nação, interceda com a máxima urgência na defesa do direito de surdos e surdas usuários da Libras como sua primeira língua, que necessitam e desejam que a janela de tradução seja mantida e inclusive ampliada, até que esteja disponível na totalidade da programação da TV Senado.

Certos de vossa especial atenção a esta solicitação, subscrevemo-nos, colocando-nos a sua inteira disposição e aguardando seu posicionamento e apoio a esta nobre causa.

Atenciosamente, – **Ana Regina e Campello Souza**, Presidenta – **Patrícia Luiza Ferreira Rezende**, Diretora de Políticas Educacionais.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Quando são anunciadas medidas que vão ao encontro aos anseios da população, medidas que prejudicam a vida das pessoas, eu venho a esta tribuna para fazer minhas ponderações, pois elas são necessárias...

Mas, também, quando o governo federal, os estaduais, e o próprio Congresso Nacional, deliberam ações que são benéficas para os brasileiros, eu venho, sim, aqui, para fazer elogios. Afinal, o processo democrático nos permite o uso da palavra e da opinião.

Ontem, o Governo Federal, via Conselho Nacional de Trânsito (Contran), atendeu uma reivindicação do movimento dos caminhoneiros.

Esses profissionais que tão bem exercem suas funções nas estradas, levam o desenvolvimento aos mais longínquos rincões do nosso país, verdadeiros “bandeirantes” do século 21.

Falo da resolução que recomenda a fiscalização do cumprimento da lei que determina o tempo de direção e descanso em pontos de parada nas vias federais apenas nas rodovias em condições de atender as exigências.

O governo publicará em até 180 dias uma lista com as rodovias em condições para a parada de descanso dos motoristas.

Pela lei, os locais devem ter condições sanitárias e de conforto para repouso e descanso do motorista profissional, com alojamentos, refeitórios das empresas ou de terceiros.

A recomendação do governo foi baseada na dificuldade de cumprimento do tempo de descanso em grande número de vias federais do país, por necessitarem de pontos de parada que garantam a segurança dos motoristas.

Parabenizo a decisão tomada, o bom senso do governo federal, que reconheceu à falta de estrutura para cumprir a nova legislação. Creio que é assim que nós vamos buscar soluções para os nossos problemas... Com muito diálogo e participação.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma regimental, Senador Paulo Paim.

Alternadamente, agora fala o Líder do PMDB, Senador Eunício Oliveira. Havia um orador inscrito, o próximo é um líder. Em seguida, pela inscrição, Senador Benedito de Lira – presente –, Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Eduardo Braga. Dos presentes, essa é a ordem de inscrição.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM) – Peço permissão ao orador na tribuna para pedir a V. Ex<sup>a</sup> que, portanto, me inscreva na qualidade de Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido. Está inscrito.

Com a palavra, Senador Eunício Oliveira.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco/PMDB – CE). Pela Liderança. Com revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, ouvintes e telespectadores da Rádio e da TV Senado, no Ceará e em todo o Brasil, Sr. Presidente.

As palavras que passo a usar não devem ser consideradas um pronunciamento ou um discurso parlamentar, pois são, na verdade, mais um brado de alerta em nome de todos os agricultores do meu Estado, meu querido Ceará, e também dos agricultores, meu caro Benedito de Lira, do Nordeste brasileiro.

Há menos de 15 dias – e não pela primeira vez –, subi a esta tribuna e chamei atenção para a pior seca dos últimos 30 anos e a quinta mais devastadora desde 1877, segundo dados da Fundação Cearense de Meteorologia e de Recursos Hídricos.

Principalmente, alertei, Sr. Presidente, nossas autoridades para o sacrifício a que estão submetidos nossos pequenos agricultores e microagricultores para conseguir a compra de milho que o Governo Federal prometeu, no início deste ano, mas que não está chegando ao destino, nem para remédio, como reclama e exclama o sertanejo, no seu linguajar simples e direto.

O desgosto é geral, como bem mostra a imprensa cearense, ao relatar depoimentos colhidos em diversas cidades do interior. Fala um agricultor:

"A gente passa 12 horas em pé, acordado, na esperança de ser atendido e no dia seguinte não dá certo. já dei cinco viagens e nada", lamenta o criador Luiz Oliveira, do Distrito de Santo Antônio, na zona rural de Acopiara.

"A gente só vem para cá porque tem precisão. O gado está morrendo", acrescenta o Sr. Manoel Moreira, de 70 anos, cansado pela longa espera de uma noite inteira em uma fila.

"É muito sofrimento para quem já é idoso", constata, sem necessidade, a realidade visível, o velho trabalhador rural.

Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, meu querido líder, grande companheiro, Senador Eduardo Braga, é preciso dizer, no entanto, que o mais dramático e preocupante é que tanto a Defesa Civil estadual, quanto a Fundação Cearense de Meteorologia preveem que o pior ainda está por vir, o que praticamente colocará 100% dos 194 Municípios do Estado do Ceará em estado de calamidade pública. Desses, 187, Sr. Presidente, já estão em estado de calamidade pública.

É por isso que, desta tribuna, tenho reiterado contra o ritmo insensivelmente sonolento da burocracia para que a tomada de providências possa acontecer.

Em tempos de comunicação instantânea, não é possível que a Esplanada dos Ministérios não saiba que homens, mulheres e crianças estão sendo torturados pela fome e pela sede, que colheitas são perdidas e que os rebanhos e a criação de aves estão morrendo, em meio a uma evidente falta de planejamento, pois a emergência de agora já era uma tragédia anunciada há meses.

Outro exemplo, Sr. Presidente? Continuo citando as gigantescas filas de agricultores em frente aos portões da Conab, pois se as Sr<sup>a</sup>s e os Srs. Senadores acreditam que o sofrimento é apenas passar a noite na rua, estão plenamente enganados.

Depois dessas noites sem dormir, pela manhã, os trabalhadores, quando são atendidos, apenas o são para preencherem boletos e serem encaminhados a outra fila, a do banco, para, assim, tentarem efetuar o pagamento.

Quanto tudo dá certo, somente à tarde o milho é entregue, e quando é entregue.

Saliento ainda, Sr. Presidente, que quando tudo, tudo dá certo, é isso que acontece, pois, na maioria dos casos, o milho que deveria ser ofertado ainda não chegou aos armazéns da Conab.

A agropecuária cearense, que necessita perto de 35 mil toneladas/mês de milho, não consegue obter sequer 2 mil toneladas/mês, apesar de o Governo Federal haver se comprometido com o Governo do Estado a distribuir mais de 31 mil toneladas de milho até o final de setembro.

Dante desse compromisso, é meu dever aqui registrar a notícia transmitida pelo Ministro da Agricultura, nosso amigo e companheiro Mendes Ribeiro Filho, sobre as medidas planejadas pelo Governo Federal, da Presidente Dilma Rousseff, para tentar resolver o problema e fazer com que o milho possa realmente chegar ao Ceará e ao Nordeste brasileiro.

Como já fez com os carros-pipa, o Governo novamente poderá acionar o Exército brasileiro. Agora, a tentativa é fazer com que as 400 mil toneladas autorizadas cheguem à Região para atender os pequenos e o microagricultores do Nordeste, especialmente do meu querido Ceará.

Realmente, é apenas uma solução que devemos classificar de “a possível”, pois, como bem sabe a Companhia Nacional de Abastecimento, o Exército só tem condições de transportar carga ensacada, o que obrigará a Conab a ensacar 400 toneladas por dia. Esse conjunto de fatores evidencia as falhas de um país eminentemente rodoviário.

Sr. Presidente, para finalizar, ainda quero mostrar alguns dados anunciados pela Secretaria Estadual do Planejamento e Gestão, por meio de institutos de pesquisa e estatísticas publicadas pela imprensa cearense nas edições dos jornais de ontem.

Embora positivos, na sua maioria, são números que, de um lado, confirmam a força, a pujança da economia cearense – e a grande gestão que faz o Governador Cid Gomes -, tanto em relação ao Nordeste, como ao Brasil; de outro, confirmam os graves prejuízos que a seca causa à nossa economia e ao desenvolvimento do nosso povo.

Enquanto o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu apenas 0,6%, no primeiro semestre, o PIB do meu Estado cresceu 2,9% em relação ao mesmo período do ano passado. O dado destoante ficou exatamente com o setor agropecuário, com um declínio de quase 40% do resultado comparado com o ano anterior, um cenário, Sr. Presidente, absolutamente preocupante.

Por isso, reitero o pedido por soluções mais eficientes, e que se resolvam os problemas críticos, realmente da vida ou morte para pequenos agricultores e criadores do meu querido Ceará.

Sr. Presidente, a fome e a sede não esperam. Chega de burocacia. Peço mais ação, principalmente mais solidariedade e menos papelada.

É disso que o sertanejo precisa para sobreviver nesta hora terrível da seca, para que ele, da terra, possa continuar tirando a sua sobrevivência.

A população do Ceará, principalmente do interior, a do Semiárido brasileiro e a do Nordeste, clamam para que a solução chegue de imediato, sob pena de milhares de aves, milhares de animais e até pessoas morrerem de fome no Nordeste brasileiro.

Esse é o meu apelo, Sr. Presidente.

Eu gostaria que os responsáveis por essa área dessem celeridade e tomassem uma posição efetiva. A Conab, de certa forma, tem nos tratado muito bem, mas não tem resolvido o problema que é grave, que é gravíssimo.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Eunício Oliveira, o Sr. Tomás Correia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco/PP – AL). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, eu ouvi o pronunciamento do eminente Senador Paulo Paim e, coincidentemente, vou tratar praticamente do mesmo assunto: o segmento da sociedade brasileira que tem, de uma forma ou de outra, alguma deficiência física.

Impressionado com a capacidade de superação e com os resultados dos nossos atletas paralímpicos, olho para os portadores de deficiência, especialmente os cadeirantes, e vejo talentos sendo minados pela falta de oportunidades e auxílios. Os atletas paralímpicos conquistaram 43 medalhas e são exemplos de aonde os portadores de necessidades especiais podem chegar, com um pouco mais de apoio, pois esbanjam talento, habilidade e garra. São mais capazes que nós aqui, no plenário, que não temos nenhuma limitação física. São 182 atletas que dão orgulho ao País e que nos fazem sentirmo-nos limitados, pequenos, mesmo sem ter nenhuma limitação física.

Não é um pedido de esmola, mas de justiça e igualdade de oportunidade, para que possam enfrentar os desafios do dia a dia todos os brasileiros.

Pensando em 6,7% da população brasileira com deficiência severa, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), gostaria de fazer um apelo e de chamar a atenção para o alto custo de produção de cadeiras de roda, próteses, órteses, entre

outros equipamentos de alta tecnologia que facilitem a execução das tarefas do cotidiano.

O tão falado custo Brasil atinge toda a cadeia produtiva desse setor. Não há redução de impostos para a compra de matéria-prima ou desoneração da folha de pagamento para esse setor, que cumpre um importante papel social.

Não há um levantamento exato sobre o número de cadeirantes no Brasil, mas o censo de 2010 identificou 12,7 milhões de brasileiros que têm alguma deficiência severa, sejam elas físicas, auditivas, mentais, visuais ou motoras.

Se nós, em perfeitas condições, enfrentamos dificuldades com a mobilidade nas grandes cidades devido ao esgotamento do sistema de transporte e à falta de investimento, imaginem como é para os portadores de necessidades especiais.

Outro levantamento do IBGE mostrou que o Brasil está defasado, quando se fala em acessibilidade. Somente 4,7% das vias urbanas contam com rampas para cadeirantes.

As situações mais críticas foram observadas nas Regiões Norte e Nordeste. Nessas áreas, 1,6% dos domicílios urbanos têm rampas para cadeirantes em seus entornos.

No Sudeste, essa proporção chega a 5%. Já nas Regiões Centro-Oeste e Sul, 7,8% das vias ao redor das casas apresentam acesso adequado para deficientes físicos.

Mais uma vez, por falta de investimentos, as cidades do Nordeste apresentaram o pior nível de acessibilidade. Fortaleza tem apenas 1,6% dos domicílios com rampas de acesso para quem usa cadeira; São Luís tem 1,9%; e Salvador, 2,2%.

Números muito abaixo da média nacional.

Se a situação é dramática nas ruas, não é diferente com os problemas de acessibilidade em edifícios e espaços públicos. Creio que milhões de portadores de deficiências tiveram que reaprender a viver e se adaptar a um mundo que não facilita nada para ninguém.

Eles e suas famílias tiveram que, além de cuidar da saúde, lutar contra o preconceito, por um espaço no mercado de trabalho, por uma colocação na sociedade, para mostrar que são plenamente capazes de exercer uma profissão.

A deficiência não tirou dessas pessoas o desejo e a vontade de realizar seus sonhos e de viver como todo brasileiro. Mas em vez de receberem incentivos e apoio, só encontram mais dificuldades do que o cidadão comum. O alto preço de cadeiras de roda elétricas, por exemplo, segregava ainda mais o deficiente. Apenas brasileiros com recursos podem pagar R\$19 mil para terem uma cadeira mais confortável e prática, feita de fibra de carbono, com apenas 5 quilos. Os mais pobres continuam tendo que conduzir cerca de

20 quilos ao manejarem uma cadeira comum com os próprios braços, em ruas e ladeiras despreparadas para recebê-lo, faça chuva ou faça sol.

Atualmente, os produtos importados chegam ao Brasil com total isenção da carga de impostos. Já a indústria nacional importa componentes ou compra matéria-prima no mercado interno, com toda carga tributária de um produto de consumo normal. Assim, o produto nacional tem custo maior que o produto importado. Existe uma enorme carência de produtos, equipamentos e serviços para esses brasileiros.

O desafio para o setor e para o Governo é estimular a indústria nacional, massacrada pelo custo Brasil, a investir mais em pesquisa e no desenvolvimento de produtos. Só assim vamos ampliar a oferta e a qualidade e conseguiremos reduzir os preços.

O crescimento econômico, aumento da renda, do PIB e a inserção do deficiente no mercado de trabalho são oportunidades também para garantir a expansão deste setor.

Acredito que para expandir o setor é preciso tornar o custo Brasil menos oneroso para esse segmento de tecnologias assistidas.

Em 17 de agosto, o Jornal Nacional mostrou uma feira de tecnologia com diversos equipamentos que poderiam amenizar o duro cotidiano dos deficientes. Nesta feira, uma perna mecânica para praticar esportes custava cerca de R\$15 mil e uma mão biónica cerca de R\$120 mil. A matéria também mostrou que uma cadeira computadorizada alemã custa R\$20 mil a menos que o mesmo produto no mercado brasileiro.

Não estou defendendo que todos devam ter acesso a produtos de ficção científica, mas o acesso à tecnologia neste caso não é luxo, mas artigo de primeira necessidade. Tenho consciência de que existem deficientes que não têm acesso a equipamentos bem mais simples.

Se o Governo reduziu o IPI das indústrias automobilísticas, que entopem nossas ruas com mais veículos, e da linha branca, por que não oferecer incentivo também para a matéria-prima de produtos para deficientes? São empresas que, além de empregar, têm uma função importantíssima na inclusão social do portador de deficiência através de produtos e serviços.

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias e Revendedores de Produtos e Serviços para Pessoas com Deficiência (Abriedef), a indústria nacional está apta a oferecer produtos de tecnologia em massa.

O custo Brasil impede o investimento na pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e o crescimento e fortalecimento deste setor no País, o que beneficiaria milhares de deficientes.

A Associação Brasileira de Ortopedia Técnica estima que, no País, há mais de 7,5 mil empresas que

atuam na área da saúde, reabilitação, inclusão e acessibilidade. Foram movimentados, em 2011, R\$3,5 bilhões, com expectativa de 20% de crescimento neste ano.

Cadeiras de rodas motorizadas, bengalas especiais, além de outros equipamentos de alta tecnologia seriam muito importantes para que pessoas com deficiências mais severas pudessem levar uma vida mais independente, mais ativa e com menos sacrifícios.

Para reduzir o preço, o Governo Federal já zerou os impostos que incidem na venda e na importação, mas precisamos reduzir também os custos de matérias-primas. Dizem que, assim, o preço da cadeira de rodas, por exemplo, poderia cair cerca de 30%.

Uma iniciativa importante é a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, que reduziu a zero as alíquotas do PIS-Pasep e Cofins de cerca de 27 produtos importados para portadores de necessidades especiais. Mas a isenção das alíquotas cessará quando houver oferta de mercadorias produzidas no Brasil, em condições similares às importadas.

Outra crítica: na medida em que nem todos os produtos para deficientes são considerados como itens de saúde, ficaram fora da isenção, como as cadeiras de rodas motorizadas, que podem subir escadas. Considero que, em um cenário que não tem acessibilidade, uma cadeira como essa não é luxo, mas necessidade. Por isso, temos que fortalecer e preparar a indústria nacional para que ela contribua na ampliação do acesso a esses equipamentos e seja também um setor gerador de empregos e de divisas por meio de exportação. Por isso, faço um apelo à Presidenta Dilma e a toda a equipe econômica do Governo, para incentivarmos este setor. Repito que essa iniciativa vai fortalecer esse segmento, o investimento em pesquisa, em novos equipamentos, a geração de empregos e, com certeza, vai ampliar o acesso de milhões de portadores de necessidades especiais a produtos e serviços que melhorem sua qualidade de vida.

Presidenta Dilma, agora a conversa é com a Senhora. A Senhora tem tido muita sensibilidade para atender àqueles que precisam da ação imediata do Governo, então, conto com a sua sensibilidade para celebrar as conquistas não só dos nossos atletas paralímpicos, mas para darmos oportunidade a milhões de brasileiros que vencem verdadeiras batalhas diárias para executarem suas tarefas mais básicas, seu direito de ir e vir, e lutam para conquistar uma vida digna e justa.

Este é o apelo, Presidenta, que, da tribuna do Senado Federal, eu faço a Vossa Excelência: que determine aos órgãos que têm ligação e vinculação direta com esse segmento para que a gente possa, não muito distante, encontrar caminho que facilite a vida desses que na verdade precisam da ação imediata do

Governo, das ações dos órgãos que tenham vinculação com esse segmento.

Por isso, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar aqui os atletas paralímpicos que deram uma demonstração inequívoca da sua capacidade de recuperação, superando, inclusive, Senadores, os atletas que participaram das Olimpíadas de Londres, eles deram uma demonstração muito mais eficaz de capacidade de trabalho de atletismo do que aqueles que nenhuma deficiência têm.

Por isso é que nós fazemos esse apelo, para fazer investimentos nesse setor, nessa área, cuidar melhor desses atletas e melhorar a sua acessibilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Agora, pela Liderança do Governo, o Senador Eduardo Braga.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga e, logo em seguida, o Senador Tomás Correia.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente Anibal, meus caros Senadores, Senadoras, senhores telespectadores que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas diversas possibilidades de mídias sociais do Senado da República, eu venho, hoje, à tribuna, na condição de Líder do Governo, primeiro, para saudar a Presidenta Dilma pelos programas e pelas ações tomadas nesta semana pelo Governo Federal.

Quando cheguei aqui, ao plenário, estava à tribuna o Senador Ciro Nogueira, fazendo um pronunciamento que reputo oportuno, que reputo importante sobre a questão da tarifa de energia elétrica.

E por que reputo importante? Porque a decisão do Governo, acima de tudo, é uma decisão conceitual, que precisa ser louvada sob todos os aspectos. O Governo toma uma atitude no sentido de reduzir a taxação de impostos sobre as tarifas de energia, para beneficiar toda a sociedade, não apenas para beneficiar a indústria, que terá uma redução, em muitos casos, superior a 25%. Mas também ao cidadão comum, aquele que ganha salário mínimo e que terá uma redução na sua tarifa exatamente porque o Governo está desonerando a tarifa de energia elétrica. Como via de consequência geral, nós teremos uma redução da pressão sobre a inflação na questão da tarifa de energia elétrica. E, Senadores, isso abrirá espaço para uma série de medidas importantes na economia brasileira; isso abrirá espaço inclusive para que empresas extremamente destacadas na economia nacional possam fazer reposição de custos e de valores extremamente importantes, para que possamos manter a capacidade de investimento.

Além disso, a Presidenta Dilma dá uma demonstração muito importante de responsabilidade social, de responsabilidade com a Nação brasileira, com as futuras gerações, com o esporte, com as políticas públicas de apoio e de suporte àqueles que são portadores de necessidades especiais. O Brasil acaba de alcançar um brilhante resultado, mais uma vez, nas paralimpíadas.

Caro Líder Gim Argello, se, nas olimpíadas de verão, o Brasil não conseguiu sequer estar entre os vinte melhores, nas paralimpíadas, o Brasil, não pela primeira vez, mas pela segunda vez, alcança a condição de estar entre os dez melhores, com a demonstração inequívoca de que as políticas de inclusão dos últimos anos no Brasil vêm sendo acertadas.

Mas, Sr. Presidente, também estou vindo, hoje, à tribuna, usando obviamente o tempo de liderança – tenho restrições com relação ao tempo e não gostaria, portanto, de quebrar o Regimento e de não cumprir o tempo regimental –, para falar sobre um assunto, Líder Gim Argello, que ontem foi abordado nesta Casa por vários Senadores, em solidariedade à mulher brasileira, em solidariedade à mãe brasileira, em solidariedade ao representante do povo brasileiro, que, democraticamente, disputa as eleições, com divergências de pensamento, de opiniões, de ideias, de projetos, mas, no Estado democrático de direito, todos temos o direito assegurado de manifestar as nossas posições. Refiro-me ao fato ocorrido com a Senadora Vanessa Grazziotin, na cidade de Manaus.

Se louvei, ainda há pouco, as iniciativas da Presidenta Dilma e do Governo da Presidenta Dilma, seja sobre as questões da energia, sobre as questões sociais, as questões para o desporto, as questões de política de inclusão aos portadores de deficiências físicas, inclusive com o lançamento de um programa extremamente importante na tarde de hoje pela Presidenta da República, com a presença do Ministro Aldo Rebelo e de outras autoridades, por outro lado, quero dizer que o povo do Amazonas... E essa matéria ganhou, no dia de hoje, situações graves. Por que ganhou situações graves? Porque dá conta a imprensa e as mídias sociais do Estado do Amazonas de duas situações diversas: de um lado, a autoridade policial, ao ouvir uma das possíveis testemunhas do que aconteceu com a Senadora Vanessa, uma agressão que não foi apenas física, foi uma agressão moral, Senador Aníbal. Isso porque o fato de se ter um ovo alvejando o rosto da Senadora Vanessa não foi apenas uma agressão física, como alguns podem imaginar, mas foi uma agressão psicológica acima de tudo, porque a Senadora Vanessa estava a poucos minutos de participar de um debate, um debate tenso, um debate como todos os debates eleitorais. E só quem participou de debates eleitorais

sabe o quanto é tenso o momento que antecede o início de um debate, principalmente ao vivo, principalmente numa televisão de audiência. Nós estamos falando do SBT da cidade de Manaus, uma televisão, portanto, que tem audiência destacada, e essa mulher, mãe, é agredida psicologicamente, na sua estrutura emocional, minutos antes de iniciar esse debate.

Vejam os Srs. Senadores e Sr's Senadoras, povo brasileiro que nos acompanha, não é da tradição do povo de Manaus, muito menos do povo amazonense, a truculência, a violência, a agressão física. Nossa povo é um povo pacífico; nosso povo é um povo que tem diversidade de etnias; nosso povo representa a maior população indígena brasileira; nosso povo representa a maior diversidade de etnias indígenas do Brasil. São mais de 68 etnias diferentes no Amazonas, e nós não temos conflito; nós não temos agressão no campo; nós não temos morte no campo; nós não temos violência no campo, porque não é da característica do povo amazonense a violência, a truculência.

Ora, portanto, o que aconteceu com a Senadora Vanessa não foi um ato de um cidadão do povo, um ato de expressão de alguém da população ou do povo. Aliás, Senadores, via de regra ocorre um ato de agressão como esse não apenas contra a Senadora Vanessa. Também vi acontecer com o ex-Governador, finado Governador, ex-Senador da República, um brasileiro de grande respeitabilidade, Mário Covas, que foi agredido da mesma forma por uma claque organizada.

Portanto, via de regra, quando acontece esse tipo de agressão, Senador, não é algo espontâneo, não é algo da índole, da iniciativa do cidadão comum, do povo brasileiro, do povo amazonense, do povo manauara.

Digo que há fatos graves, por quê? Porque a delegada encarregada do inquérito, ao ouvir testemunhas, vem hoje à imprensa dizer que não apenas houve a agressão com o ovo, mas há também o fato de que a testemunha diz que houve uma cusparada na cara da Senadora Vanessa; houve uma cusparada na cara da mulher Vanessa, da mãe. E quantas mães são agredidas e não têm o espaço que a Senadora Vanessa tem na tribuna desta Casa, Senador Aníbal? Quantas mulheres não foram vítimas de agressão, seja agressão doméstica, seja agressão dos maridos, dos namorados, dos amantes, e não tiveram essa oportunidade?

Ora, Srs. Senadores, Sr's Senadoras, povo brasileiro que nos escuta, essa questão ganha também uma outra dimensão, Senadores, quando um candidato a vice-prefeito... Porque, jamais, ontem, aqui, no desagravo que fizemos à Senadora, à mulher, à mãe, à cidadã brasileira, à vítima de uma agressão física, moral, emocional, psicológica, a Senadora Vanessa, ninguém acusou ninguém. Ninguém disse: "Foi o candidato A, foi

o candidato B, foi a claque do candidato A, foi a claque do candidato B". Não dissemos isso. O que dissemos foi que era inadmissível o que estava acontecendo, que queríamos que os fatos fossem apurados e que o Estado democrático de direito fosse respeitado no Amazonas.

Ora, o que faz o candidato a vice-prefeito na chapa do Senador Arthur Virgílio? Vai para a Internet postar fotografias, dizendo que a agressão é uma farsa. Senadores, é uma farsa, porque não foi nele; é uma farsa, porque não foi na mãe dele; é uma farsa, porque não foi na esposa dele; é uma farsa, porque é muito mais fácil estabelecer a dúvida na cabeça do cidadão brasileiro do que ter a coragem de vir pedir desculpas, de ter a coragem de dizer: "Realmente, a claque tomou uma atitude que não foi da vontade do candidato". Mas daí a dizer que a situação de constrangimento, que a situação de desrespeito, de agressão psicológica, física, moral que a Senadora recebeu é uma farsa? A autoridade do inquérito policial vem, hoje, dizer que, inclusive, não foi apenas uma agressão com um ovo, mas, sim, uma cusparada.

No campo de futebol, se um jogador é agredido por um cuspe, ele não recebe cartão amarelo, Senador. Ele recebe cartão vermelho, porque essa é uma agressão muitas vezes pior do que um pontapé. Se um lutador, no *Ultimate Fighter*, cospe na cara de um adversário, a luta está terminada. Ele está desclassificado por atitude antidesportiva.

Ora, o que nós estamos tratando aqui, portanto, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup>s Senadores, povo brasileiro, é de garantir o direito.

Eu vejo que o Senador Gim Argello pede um aparte, eu vejo que o nosso Senador que representa o Estado de Rondônia pede um aparte, mas, Senador Aníbal, eu estou aqui, na tribuna, na condição em que dependo da decisão de V. Ex<sup>a</sup>, para poder conceder os apartes, se V. Ex<sup>a</sup> me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> tem o direito de conceder apartes, sim.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM) – Portanto, ouço, com prazer, o Senador Gim Argello e, logo em seguida, o nosso Senador ilustre representante de Rondônia.

**O Sr. Gim Argello** (Bloco/PTB – DF) – Senador Eduardo Braga, na mesma condição, na mesma linha que V. Ex<sup>a</sup> está indo, é um absurdo o que aconteceu com a Senadora Vanessa. Ver o constrangimento dela, ontem, aqui, a forma como ela se sentiu. Ela estava se sentindo agredida, se sentindo menor. Disse que ficou desequilibrada na hora do debate, a verdade é essa, por quê? Porque foi agredida. A verdade é que existiu essa agressão na mulher, existiu essa agressão na mãe, existiu essa agressão numa Parlamentar, cuja passagem pela Câmara Federal todos nós admiramos. Aqui, no Senado da República, há

uma disputa honesta, uma disputa correta. Chega lá, sem essa pretensão, chega lá, cumprimentando todos, inclusive a claque adversária, quando recebe isso da claque adversária. Então, nessa condição, Senador Eduardo Braga, eu só tenho que parabenizá-lo, porque V. Ex<sup>a</sup> traz novamente esse tema aqui. E, hoje pela manhã, assistimos a uma cerimônia tão bonita no Palácio do Planalto, em que a mulher foi tão valorizada. Ontem, todos nós prestamos homenagem à nossa Senadora, votando, por inteiro, a questão da cultura, e, hoje, ela tomou posse, e a mulher foi homenageada. Agora, V. Ex<sup>a</sup> traz esse tema tão importante, dizendo que tem que haver respeito, sim, por quem está disputando o voto. Tem que haver respeito, sim, por quem está enfrentando todas as adversidades. Está lá, com a moral elevada; está lá, mostrando e pedindo, com muita humildade, o voto do povo amazonense. Quando pensa que não, é agredida na porta de um debate. Um debate que todos nós sabemos que é denso, que é um debate em que a pessoa tem que estar preparada. Está lá, cumprimentando todos, e toma uma ovada, cusparada. Isso não faz sentido algum. Isso mostra o tanto que está desqualificada a claque e esses outros concorrentes dela. Parabéns, Senador Eduardo Braga, o Líder Eduardo Braga, por trazer um tema tão importante. Mais uma vez, ontem, V. Ex<sup>a</sup> se posicionou muito bem. E esse tema, realmente, é um tema de que V. Ex<sup>a</sup> fala com emoção, porque conhece aquele povo bom, o povo de Manaus, e sabe que não é nada disso, que aquele povo merece um novo gestor para a cidade e precisa dele.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM)

– Eu quero agradecer e incorporar o aparte de V. Exa a este pronunciamento e dizer, exatamente, nesta linha, que a mulher brasileira – a mulher amazonense, a mulher nortista, a mulher do Estado de Rondônia, a mulher do Estado do Acre, a mulher do Estado de Roraima, do Pará, do Amapá vence as desigualdades com extrema determinação. Ela vence as desigualdades, que são de todas as ordens, de todas as naturezas, com muita, com muita disposição e com muita coragem. Não é fácil vencer essas desigualdades.

Portanto, eu não quero aqui fazer nenhuma acusação. Eu quero apenas refutar, de forma bastante veemente, a posição do candidato a Vice-Prefeito na chapa do ex-Senador Arthur Virgílio, que conheço há muitos anos, o Vereador Hissa Abrahão, pela infelicidade da sua manifestação, tentando montar fotos na Internet, tentando estabelecer um ambiente de descrédito a uma agressão que deveria merecer, por parte dele, que é um jovem Vereador, um ato de repúdio absoluto. Se a claque que, porventura, agrediu a Senadora Vanessa tenha sido claque do candidato Arthur Virgílio, o que caberia ao candidato Arthur e ao candidato Hissa Abrahão seria repreender, publicamente, a sua

claque. Se fosse o caso, inclusive, entregar à Justiça aquele que agrediu a Senadora.

Não estou dizendo que seja da claque deles. Isso quem tem que apurar são as autoridades de comando e controle de polícia. Não estou aqui fazendo nenhuma acusação. Estou aqui repudiando a atitude, perdoe-me a expressão, Senador Aníbal, leviana, de tentar estabelecer um factóide político para diminuir, para botar em dúvida a agressão que a mulher brasileira, a mulher amazonense, a mãe amazonense, a mãe brasileira, a cidadã brasileira, a cidadã amazonense e a Senadora Vanessa sofreram na nossa cidade de Manaus.

Ouço, com enorme prazer, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Tomás Correia** (Bloco/PMDB – RO) – Senador Eduardo Braga, sendo do Estado de Rondônia, eu não poderia deixar de trazer também aqui, em nome do meu Estado, a minha solidariedade à Senadora Vanessa Grazziotin. Vi as fotografias, ontem, que a Senadora nos mostrou, publicadas nos jornais de Manaus. E não deixam dúvida da agressão. Agora, chama a atenção a segunda agressão, porque dizer que foi uma farsa é uma agressão semelhante a outra. Estão querendo esconder um fato absolutamente público, verdadeiro, que não tem nenhum sentido. Eu não posso imaginar que uma atitude dessa seja providenciada ou apoiada por quaisquer dos candidatos em Manaus. Mas é estranho que alguém tente desconfigurar esse fato, como se fosse uma farsa, uma coisa montada, uma coisa desse gênero. Estamos aqui a comemorar, todos nós, a chamada Lei Maria da Penha, que preserva as mulheres. Estamos aqui a comemorar o direito que a lei assegura às mulheres de participar do processo político eleitoral. Sabemos que aqui, no Senado, Senador Eduardo Braga, a primeira Senadora da República foi do Estado de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM)

– Senadora Eunice Michiles.

**O Sr. Tomás Correia** (Bloco/PMDB – RO) – Senadora Eunice Michiles. Naquele tempo, foi um fato considerado uma grande novidade para o País, dada a absoluta falta de participação da mulher na política brasileira. A Câmara dos Deputados teve uma única mulher por muitos anos, da Bahia, salvo engano, Nancy Novaes, que era a única Deputada Federal da Bahia. Hoje, aqui no Senado, nós temos muitas mulheres. Temos na Câmara dos Deputados, temos na política nacional, temos uma mulher Presidente da República. Então, essa agressão é fascista, uma agressão que não tem nenhum sentido. É o autoritarismo, a intolerância. É um atentado à democracia brasileira. Mais do que um atentado físico e moral à Senadora Vanessa Grazziotin, é um atentado à democracia. Eu acho que, hoje, nós não podemos mais admitir, num Brasil democrático, num Brasil onde temos toda a liberdade de participar, esse tipo de comportamento autoritário e fascista.

Portanto, queria cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que faz. Ontem, eu não pude me associar e me solidarizar com a Senadora Vanessa Grazziotin, porque estava na reunião de bancada, mas o faço hoje e transmito à Senadora os cumprimentos do Estado de Rondônia e a solidariedade do meu Estado. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM)

– Senador Tomás Correia, quero incorporar o aparte de V. Ex<sup>a</sup> a este pronunciamento e dizer ao Presidente Aníbal que tenho absoluta certeza, Senador, de que o povo amazônida, de que o povo manauara saberá, de forma democrática e civilizada, prestar um desagravo à Senadora Vanessa Grazziotin. E prestar esse desagravo não apenas pelo fato da agressão, mas, acima de tudo, pelas propostas que a Senadora vem apresentando. Acima de tudo, pelo alto nível de campanha que a Senadora vem apresentando, pela conduta absolutamente ilibada, correta da Senadora não apenas nesta campanha, mas ao longo da sua trajetória pessoal, da sua trajetória política, da sua carreira política.

Portanto, Senador, Presidente Aníbal, que representa a nossa região neste momento, na Presidência da Casa, quero agradecer os apartes, agradecer a solidariedade do dia de ontem, agradecer a solidariedade do dia de hoje.

Não tenho a menor dúvida de que, através do povo manauara, um povo que é pacífico, um povo trabalhador, um povo que quer construir e preparar-se para um futuro melhor, através da educação, através da ciência, da tecnologia, da inovação tecnológica, de um polo industrial pujante, de recursos naturais com que Deus nos abençoou, através da competência de homens e mulheres do bem, tudo isso nós haveremos de entregar para as futuras gerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Quero fazer minhas todas as suas palavras.

Ontem já tive a oportunidade de dar um abraço na Senadora Vanessa Grazziotin pela sua candidatura à Prefeitura de Manaus, numa coligação onde ela é a candidata, pelo PCdoB, e o vice, Vital, é do Partido dos Trabalhadores. Trata-se de uma aliança ampla, que procura fazer o melhor debate sobre a realidade de Manaus e sobre os passos futuros da cidade, porque nós entendemos que este momento de campanha eleitoral é o mais profícuo para a comunidade discutir os seus problemas e apresentar as suas propostas de solução.

Então, se uma claque se presta a esse tipo de atitude, está atentando contra a democracia, está atentando contra o Estado Democrático de Direito, está atentando contra as liberdades individuais e democrá-

ticas e, dessa maneira, está prestando um desserviço à Nação e à democracia.

Portanto, fica o nosso repúdio a essa claque, repúdio que foi manifestado ontem aqui pelo próprio Presidente José Sarney e por inúmeros Senadores e Senadoras que manifestaram solidariedade à Senadora Vanessa Grazziotin.

Então, a Senadora Vanessa Grazziotin, que já é uma grande mulher, uma grande liderança do Estado do Amazonas, pode ter certeza de que saiu ainda maior por conta da vileza da atitude dessas claques não identificadas. Mas causa suspeita e espécie que um candidato adversário resolva classificar ou tentar classificar como armação, porque, se ela foi agredida publicamente, como foi, por esse gesto da claque, certamente foi duplamente agredida ao ter um candidato adversário dizendo que se tratava de armação. Ele perdeu, assim, uma excelente oportunidade de ficar calado, se não fosse para se manifestar em solidariedade à Senadora Vanessa, porque o mesmo ato que sofreu a Senadora Vanessa poderia acontecer com qualquer outro candidato.

Por isso, há que se ter respeito pelos adversários, porque a disputa tem de se dar num clima de civilidade e, acima de tudo, com respeito às diferenças. O que aconteceu foi uma absoluta falta de respeito à pessoa humana da Senadora Vanessa Grazziotin. Por isso a nossa solidariedade e o nosso apoio integral à Senadora Vanessa Grazziotin para que ela continue firme, não abaixe a cabeça e continue sendo a mulher que é, defensora dos direitos, fundamentalmente a defensora das melhores causas para a Amazônia.

Com a palavra o Senador Tomás Correia.

**O SR. TOMÁS CORREIA** (Bloco/PMDB – RO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Aníbal Diniz, que preside, com muita honra, os nossos trabalhos neste momento, parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pela eleição ontem de Primeiro Vice-Presidente da Casa.

Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, as grandes obras de engenharia que, uma vez edificadas, elevam as perspectivas socioeconômicas de países, de Estados, de Municípios e de sociedades, enfim, trazem em seu bojo problemas que são a decorrência de sua própria grandeza. Projetos nacionais de escala grandiosa e admirável, como, em Rondônia, a construção das usinas de Santo Antônio e de Jirau, afetam a vida dos moradores locais e do meio ambiente e trazem enormes consequências para a sociedade, apesar da sua grande importância econômica, da sua grande importância para a nossa região. Milhares de cidadãos trabalhadores, não raramente, migram de outros Estados para se unirem às forças de concretização de um projeto desses.

Apenas para termos noção da magnitude das hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, lembro que a somatória da capacidade instalada de ambas resultará em uma produção energética de quase 6.500 MW, aproximadamente a metade da energia produzida pela gigantesca usina hidrelétrica de Itaipu, que ostenta, por décadas, a honrosa posição de maior do mundo em operação.

As hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, perfiladas à usina de Samuel e a outras dezenas hidrelétricas de pequeno porte em Rondônia, em muito auxiliam no desenvolvimento do Estado e de nosso País.

Cumpre relembrar, todavia, que as autoridades públicas nacionais devem fazer face ao desafio de inserir no mercado de trabalho rondoniense e nacional os trabalhadores que, tendo concluído a tarefa de construção em obras gigantescas de engenharia, venham a sofrer com o desemprego e com a precariedade dos seus meios de vida atualmente existentes.

Nunca é demais, Sr. Presidente, dizer que, no Brasil, a compreensão do trabalho, orgulho e honra de mulheres e homens em todo o mundo, como direito social, deflui do próprio texto da Constituição de 1988, documento fundador da sofisticação das relações humanas em nosso País. Reza a nossa Carta Constitucional, em seu art. 6º, o seguinte:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A importância do direito ao trabalho na vida dos indivíduos, de suas famílias e da sociedade foi amplamente reconhecida em nossa Carta Constitucional, e a tarefa de criação das condições de possibilidade para o pleno emprego no Brasil deve ser abraçada por toda a classe política nacional.

Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, o Senador licenciado, titular do mandato, que eu tenho a responsabilidade de substituir, Senador Valdir Raupp, manifestou, reiteradamente, na tribuna do Senado Federal, sua preocupação a respeito do futuro dos trabalhadores das usinas de Santo Antônio e de Jirau, após a conclusão dessas obras.

Eu gostaria, portanto, de reiterar meu inequívoco compromisso político de me perfilar ao lado do Senador Valdir Raupp na luta pela inserção dos trabalhadores de Santo Antônio e de Jirau no mercado de trabalho, um compromisso que merece ser assumido por todos os Senadores, por todos os Deputados Federais, por todos os Deputados Estaduais, por todos os cidadãos do Estado de Rondônia, enfim, a despeito de sua coloração partidária ou de sua origem política.

Para que se cumpra tão ingente tarefa, entendemos imperativa a tomada de decisões benignas por parte do Governo Federal, em prol do Estado de Rondônia, como a implantação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) que incremente a economia local.

A Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que “dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação”, autoriza o Poder Executivo, em seu art. 1º, a criar Zonas de Processamento de Exportação nas regiões brasileiras menos desenvolvidas, com o objetivo de – abro aspas – “reduzir desequilíbrios regionais, bem como fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País” – fecho aspas.

O parágrafo único do art. 1º define as ZPEs, nos seguintes termos:

Parágrafo único. As ZPEs caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, a Constituição Federal, moderno e progressista vértice legislativo de nossa ordem jurídica democrática, incluiu, no inciso III de seu art. 3º, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades internas, tanto sociais quanto regionais, no rol dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Nessa perspectiva, gostaríamos de relembrar que a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Estado de consumo opera em desfavor dos interesses de Rondônia e de outras unidades federativas produtoras de energia elétrica, que merecem a compensação necessária para viabilizarmos um futuro comum de estabilidade, de justiça social e de crescimento equânime e equilibrado em todo o território nacional.

Aqui, Sr. Presidente, quero abrir um parêntese para dizer que o ICMS cobrado no Estado de consumo traz uma grande preocupação para nós produtores de energia elétrica, geradores de energia elétrica. O Estado de Rondônia, com duas grandes usinas hidrelétricas, exporta energia para outros Estados. No entanto, os tributos referentes ao ICMS são pagos no Estado de consumo, como é o caso do Estado de São Paulo.

Lamentavelmente, essa é matéria constitucional, e precisamos mudar a Constituição, para permitir que o ICMS seja pago nos Estados que geram energia, porque, nesses Estados, fica exatamente toda a tragédia social decorrente dessas obras.

Em Rondônia, há gravíssimos problemas na área de saúde, inclusive já divulgados no Jornal Nacional. O principal hospital da cidade não suporta o volume de pessoas que para lá vão, oriundas principalmente dessas duas usinas, tanto a do Rio Madeira, quanto a de Jirau.

Precisamos entender que as compensações financeiras deixadas nesses Estados são insignificantes diante da tragédia social que causam essas obras tão magnâimas. Inúmeros trabalhadores vêm de outros Estados, e muitos deles não têm sequer condição de voltar a seus Estados de origem e ficam nas periferias das cidades, como é o caso de Porto Velho, sem a menor condição de emprego e de trabalho.

Portanto, é fundamental que o ICMS seja cobrado no Estado onde se gera energia, não no Estado de consumo.

O aumento da justiça distributiva em nosso sistema tributário, ao lado da criação de uma ZPE no Estado de Rondônia, é medida importante a ser urgentemente implantada em nosso País, em favor do anônimo concidadão que, pela labuta diária, edifica obras magníficas para o deleite de muitas pessoas – eles só contemplam aquelas obras; eles as veem, mas não podem participar do sucesso que essas obras geram.

Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que a maior injustiça que podemos compreender no Estado de Rondônia é gerarmos energia em abundância, mas os tributos dessa energia serem cobrados no Estado de São Paulo.

Faço uma ligeira digressão, para dizer que, com o sistema federativo adotado no Brasil, muitas vezes, Sr. Presidente, ouço críticas à Região Norte. Dizem – é, sobretudo, o que diz o povo de São Paulo – que os Estados do Norte são superrepresentados. Está aqui V. Ex<sup>a</sup>, que é do Estado do Acre. Em cada Estado, há oito Deputados Federais. Há oito Deputados no Acre, oito Deputados no Estado de Roraima, oito Deputados no Estado do Amapá. Portanto, considerando nossa bancada do Norte e a bancada do Estado de São Paulo, digo que só o Estado de São Paulo tem mais Deputados que toda a Região Norte. É por isso, Sr. Presidente e Senadora Ana Amélia, que acontecem essas coisas. O Estado de São Paulo avoca para si a cobrança de tributos de ICMS de geração de energia dos Estados do Norte. Por quê? Porque lá há uma grande bancada de 70 Deputados Federais contra um número reduzido da Região Norte.

Então, eu queria aqui fazer essa ressalva. Ainda bem que, no Senado, a divisão é igual, pois, aqui, todos os Estados são representados por três Senadores! Mas é preciso dizer que os grandes Estados, os Estados que têm maior bancada, conseguem no Congresso votar matéria constitucional, avocando para si o direito de cobrar tributos de energia elétrica, ICMS

de energia elétrica gerada na Região Norte: em Rondônia, no Pará e em outros Estados.

Por isso, Sr. Presidente, aqui fica nossa reclamação, nossa indignação, porque essas obras que são feitas nos Estados são importantes economicamente, são fundamentais para a economia.

No Estado de Rondônia, até há pouco tempo, antes de 20 anos, a energia era a *diesel*, precaríssima, e, hoje, estamos exportando energia para muitos lugares do País. Mas não concordo com que nosso Estado, que tem toda a consequência social dessas obras – desemprego, falta de estrutura na educação, falta de estrutura na saúde, falta de estradas –, não receba o ICMS da geração de energia. Por isso, fica também esse ponto como argumento de interesse da nossa região.

Encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> a gentileza de presidir esta sessão e dizendo que estaremos vigilantes, enquanto aqui permanecermos, na defesa dos interesses do nosso Estado, principalmente apoiando iniciativas legislativas feitas para que o ICMS retorne ao Estado gerador de energia, não aos Estados consumidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Tomás Correia.

Agora, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Anibal Diniz, Senador Tomás Correia, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, queria renovar os cumprimentos pela sua eleição ontem, Senador Anibal Diniz, sei que esse desafio será vencido por V. Ex<sup>a</sup> com o brilho que tem atuado nas diversas comissões nas quais tenho a honra de compartilhar com V. Ex<sup>a</sup> o trabalho nesta Casa.

Acabo de encerrar, no auditório Petrônio Portela, um seminário que debateu as questões relacionadas à segurança para o trânsito de veículos de duas rodas, especialmente para as motocicletas.

Houve a participação de praticamente todos os Estados brasileiros. Tive a alegria de ver mulheres mototaxistas e motofretistas do Pará, presentes, discutindo. Participaram também Paraíba, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais, Acre, seu Estado, Senador Anibal Diniz, com a presença muito prazerosa do Senador Jorge Viana, que apresentou um projeto de lei tratando da ampliação das pistas exclusivas para as motocicletas em nossas cidades, Senador Tomás Correia. Esse é um problema que se agrava a cada dia.

Dos dados, vou me referir a apenas um: o aumento de 8 mil mortes de um ano para o outro em acidentes envolvendo motocicletas.

A moto no Brasil se tornou um veículo de trabalho. São milhares os profissionais que trabalham nessa área. Existem empresas de muito boa qualidade, com responsabilidade social, que pagam todos os direitos sociais de seus trabalhadores, mas há também empresas informais que operam na ilegalidade ou na marginalidade e que acabam comprometendo a qualidade de um serviço que cada dia é mais importante, porque, quanto maior o problema de congestionamento em nosso trânsito, maior a necessidade de operar com tele-entrega, seja de medicamentos, de alimentos, de produtos, correspondências. Enfim, mais presente estará esse trabalho necessário e importante que os motociclistas realizam em nosso País. Nesse mesmo sentido, também maior será a presença da indústria produtora de motos, da área de seguros, da área médica, da área das empresas que operam a tele-entrega e dos próprios profissionais que trabalham no setor, que tiveram um grande protagonismo nesse seminário.

Então, eu queria agradecer muito ao nosso Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Jayme Campos, aniversariante do dia, que não pôde comparecer e me delegou a responsabilidade de mandar essa audiência pública, que começou às 9 horas da manhã e encerrou-se às 13 horas, com um debate que foi dividido em duas partes. Quero agradecer também a presença dos representantes dos Ministérios da Saúde, da Previdência Social e do Trabalho. Com o que coletamos ali, por meio da Consultoria Legislativa do Senado Federal, daremos continuidade ao atendimento dessa demanda, que é inadiável e urgente, e procuraremos atender aquilo que a categoria espera.

Mas o que se viu foi uma absoluta falta de comunicação e de entendimento, Senador Anibal Diniz e Senador Tomás Correia, entre a autoridade municipal, a autoridade estadual e o Governo Federal, no âmbito do trânsito, DENATRANS e DETRANS.

Os DETRANS precisam olhar de maneira mais adequada, de maneira social, de maneira política, de maneira institucional esses profissionais, para evitar a mortandade diária em nosso trânsito.

Ouvimos o depoimento de uma empresa de mototaxistas, de tele-entrega: 250 dias sem acidentes, com 150 motobóis, ou motofretistas, que trabalham na empresa. Isso é um ganho. É um investimento que um empresário com responsabilidade faz para melhorar a segurança de seus profissionais.

Eu aqui faço um apelo aos DETRANS dos Estados: que tenham um envolvimento muito direto, um cuidado especial com esses profissionais – motobóis, mototaxistas e motofretistas –, para que eles consigam ter espaço, voz e vez, já que não estão sendo ouvidos

pelas autoridades do trânsito. Essa foi a maior queixa de todo o Brasil.

A segurança individual – capacete, vistoria, etc. – também é outra questão de que as autoridades dos DETRANS precisam cuidar. Os Municípios, as prefeituras municipais, também precisam dar uma atenção muito especial porque aos Municípios cabe a regulamentação dessas atividades.

É preciso contar com o apoio das autoridades para atender à demanda e à expectativa criada pela audiência pública que realizamos na Casa, em maio, e, agora, por esse seminário que tratou da segurança no trânsito e que envolveu motocicletas – motofretistas, mototaxistas, motobóis, todo o serviço que realizam.

E eu queria dizer que nós, na Comissão de Assuntos Sociais, comandada com brilho pelo Senador Jayme Campos, não podemos deixar a oportunidade passar em vão sem oferecer propostas objetivas, simples e viáveis. Temos o melhor Código de Trânsito. No entanto, a mortandade no trânsito continua no Brasil. O que está faltando? Essa é a grande questão a ser respondida.

Hoje, de cada dez leitos de UTIs, quatro, Senador Tomás Correia, são ocupados por acidentados de motocicletas. Quatro. Imagine o gasto para o SUS: R\$200 milhões, de 2008 a 2011. R\$200 milhões. Sem contar o custo disso para a Previdência Social, já que a vítima do acidente, quando não morre, fica com sequelas e precisa de um tratamento muito grande. Fica afastado do trabalho, encarece. É o encargo adicional à Previdência Social, que nós todos pagamos.

Como é um problema da sociedade, a sociedade precisa olhar não apenas para as autoridades dos DETRANS, os prefeitos municipais, os departamentos próprios para isso, mas também para esse tipo de transporte, que hoje é uma questão econômica.

Com muita alegria, concedo o aparte ao Senador Tomás Correia.

**O Sr. Tomás Correia** (Bloco/PMDB – RO) – Senadora Ana Amélia, estou me lembrando de que o primeiro aparte que fiz aqui no Senado foi a V. Ex<sup>a</sup>, e exatamente sobre esse tema. Hoje, não pude comparecer ao seminário porque tinha um compromisso na Comissão de Relações Exteriores, mas sabia que V. Ex<sup>a</sup> estava fazendo o seminário, e agora aguardei para participar do debate com V. Ex<sup>a</sup>. Em meu Estado, Rondônia, particularmente em Porto Velho, há, nos finais de semana, Senadora Ana Amélia, um acréscimo extraordinário em leitos ocupados em razão de acidentes automobilísticos. Uma coisa é verdadeira: estamos diante de um fato real. Que fato? É que, hoje, a moto é o meio de transporte mais acessível às pessoas que não têm condições de ter um carro. Esse é o meio mais adequado e o mais utilizado. Existem motos em grande quantidade em todas as cidades, não apenas

nas grandes, mas também nas pequenas e na zona rural. E os acidentes vêm ocorrendo, um atrás do outro, diariamente. Há notícias de acidentes na BR-364, no Estado de Rondônia. Houve um acidente em que sobraram só os pedaços da pessoa. Jovem. O que é mais grave: com jovens. Esses acidentes acontecem, em grande parte, com pessoas jovens, numa faixa etária de...

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – De 18 a 34 anos.

**O SR. TOMÁS CORREIA** (Bloco/PMDB – RO) – De 34 anos para baixo. Isso é algo que temos de verificar. Então, nós estamos com um problema? Estamos. V. Ex<sup>a</sup> falou que um dos melhores códigos de trânsito do mundo é o daqui. O.k.! Nós temos um número de motos extraordinário, muito regulamento, muita lei. Mas o que está faltando? O que está ocorrendo? São as estradas mal feitas? São mal sinalizadas? É falta de uma engenharia de transito mais adequada? Enfim, que problemas estamos vendo diariamente? Centenas, dezenas, milhares até, de mortes por acidente de moto, envolvendo sobretudo pessoas tão jovens, que teriam toda uma vida pela frente. Então eu quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo trabalho que vem fazendo, um trabalho extraordinário. Espero que todos nós, a Casa, e o Governo Federal encontremos uma maneira de minimizar pelo menos essa questão do transito que envolve acidentes com motos. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Eu que agradeço a valiosa colaboração, Senador Tomás Correia.

Eu queria cumprimentar os visitantes que estão nas galerias do Senado e dar-lhes as boas-vindas.

V. Ex<sup>a</sup> lembra a questão da engenharia do transito no Brasil, que tem um transporte coletivo de má qualidade. Os ônibus não chegam no horário. As pessoas esperam na parada, o ônibus demora, e, quando chega, está lotado e o preço é caro. As pessoas precisam chegar mais rápido ao trabalho ou a seus compromissos. A moto acabou se tornando a alternativa mais econômica. Uma moto, com um litro de gasolina, faz 30 quilômetros. É mais econômico para um jovem estudante sair de casa para a universidade ou de casa para o trabalho; um executivo ou um servidor. Claro, evidentemente, sem falar na questão econômica de que falamos agora.

Então, é urgente uma ação conjunta. Como disse V. Ex<sup>a</sup>, é muito complexo, pois envolve vários fatores. Mas penso, do que ouvi hoje, que precisamos fazer uma reengenharia mental, uma reengenharia educacional, uma reengenharia de cidadania e de civilidade.

Nosso trânsito é uma selvageria. Não há respeito. Não respeitamos os limites de velocidade, não respeitamos a lei de não dirigir alcoolizado, não respeitamos os sinais que estão à nossa frente, não respeitamos os outros. Para mim, essa é uma questão de atitude, de comportamento. Falar ao celular no carro aumenta em 400% os riscos de acidente, Senador Tomás Correia.

Ouvi ontem um especialista aqui do Distrito Federal dizer isso. São procedimentos pessoais e individuais intransferíveis e que compõem o cenário que precisamos urgentemente modificar. Isso vale para tudo: desde a atitude do motorista da moto até nosso próprio comportamento nesta Casa, o Senado Federal.

É uma questão de valores, de valorizar mais a vida, de valorizar mais o ser e não o ter, de ser uma sociedade menos consumista, avassaladora, em que um jovem, um adolescente mata para ter um tênis de marca. Precisamos cuidar da educação, do diálogo familiar, da relação respeitosa com as pessoas, do respeito às leis.

Assusta-me muito dizer, agora que estamos discutindo o Código Penal: "Vamos endurecer mais a lei, vamos criminalizar mais, vamos fazer...". Eu acho que, em vez de criminalizar, temos de educar as pessoas para a cidadania e a convivência. Estamos nos embrutecendo, e esse embrutecimento é uma situação muito triste que leva a mais violência em todos os aspectos, Senador Aníbal Diniz. Em todos os aspectos.

Penso que é preciso fazer uma grande reflexão nas famílias, nas escolas, em todos os níveis, na sociedade, nos sindicatos, nas organizações, nas associações, nas entidades, nas categorias de profissionais liberais, para ver qual é o nosso comportamento na nossa relação com a cidadania, a verdadeira cidadania, a desse respeito mútuo entre cidadãos que estão dirigindo seus veículos. Eu tenho de respeitá-lo, deixá-lo passar à frente, não lhe cortar ou dar um buzinazo para chamar-lhe a atenção, provocando uma reação que nem sempre se sabe qual é. Às vezes até é um revólver e um tiro, porque nós estamos nos embrutecendo. Precisamos cuidar melhor da relação humana, humanizar o relacionamento entre nós.

Eu queria, ao finalizar... Vim aqui para falar de outra coisa, mas o senhor me provocou com esse aparte tão brilhante, Senador Tomás Correia, e contei também com a paciência do nosso Presidente, que sempre foi paciente, mas agora está mais, nessa difícil missão de Vice-Presidente do Senado, de ouvir as pessoas, assim como com a dos telespectadores que acompanham esta sessão.

Vim aqui para falar de outra coisa, mas como ela é tão importante, no meu entendimento, que é a questão das eleições municipais, eu prefiro encerrar salientando a relevância do que foi discutido hoje nesse seminário

da Comissão de Assuntos Sociais sobre políticas públicas para combater, minimizar, reduzir a mortandade no trânsito, com vítimas dos acidentes de motocicletas.

Agradeço também a todos os servidores, não só da Comissão de Assuntos Sociais, mas especialmente a todos dos veículos de comunicação da Secretaria de Comunicação, na pessoa de Fernando César Mesquita, porque será publicada na revista *Em Discussão!* uma matéria que vai abordar exatamente o tema da mobilidade urbana e, dentro dela, a questão das motocicletas e dos acidentes. Hoje, esses acidentes são uma epidemia, um problema de saúde, mas para mim, de novo, é uma questão de civilidade, de educação, de atitude e de comportamento. Temos que olhar para os outros com respeito, assim como gostaríamos de ter o respeito da pessoa que está à nossa frente ou que está dirigindo um automóvel.

Gostaria de agradecer também a toda a assessoria da Comissão de Assuntos Sociais, nas pessoas de Dulcidia Calháo e Andrea Boni, e aos veículos de comunicação, como TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado e *Jornal do Senado*, que vai elaborar essa revista, que trata de todo o temário que discutimos não só na audiência pública, em maio, mas no seminário que se encerrou há pouco, no auditório Petrônio Portela.

Muito obrigada, Presidente Aníbal Diniz. Muito obrigada, Senador Tomás Correia, e especialmente aos nossos telespectadores da TV Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Gostaria de convidar o Senador Tomás ou a Senadora Ana Amélia para assumir a Presidência para que eu faça um pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 1.719, de 2012**, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a existência de inexatidão material e encaminhando, para fins de substituição, a página 96 (noventa e seis) do autógrafo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (proveniente da Medida Provisória nº 563, de 2012), com vista à correção da numeração da NCM constante do Anexo do Projeto de Lei de Conversão.

Uma vez que a correção não importa em alteração no sentido da matéria, a Presidência determinou a substituição da referida página nos autógrafos do Projeto enviado à sanção, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno.

É o seguinte o Ofício e a página a ser substituída:

Of. n. 1.719/12/SGM-P

Brasília, 13 de setembro de 2012.

Assunto: Comunica inexatidão material no texto dos autógrafos.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi verificada inexatidão material no texto dos autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (Medida Provisória nº 563, de 2012, do Poder Executivo), que "altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nºs 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências", reenviado à consideração dessa Casa por meio do of. nº 1.539/12/SGM-P, de 22 de agosto de 2012.

2. Trata-se de correção da numeração da NCM constante do Anexo do Projeto de Lei de Conversão aprovado pela Comissão Mista e por essa Casa.

3. Portanto, onde se lê:

NCM
9027.50.90
9027.80.11
9027.80.12
9027.80.13
9027.80.14
9027.80.20
9027.80.30
9027.80.91
<b>9027.90.99</b>

9027.90.10
9027.90.91
9027.90.93
9027.90.99
9028.30.11
9028.30.19
9028.30.21
9028.30.29
9028.30.31
9028.30.39
9028.30.90
9028.90.10
9028.90.90
9028.10.11
9028.10.19
9028.10.90
9028.20.10
9028.20.20
9028.90.90
9029.10.10
9029.20.10
9029.90.10
9030.33.21
9030.39.21
9030.39.90
9030.40.30
9030.40.90
9030.84.90
9030.89.90
9030.90.90
9031.10.00
9031.20.10
9031.20.90
9031.41.00
9031.49.10
9031.49.20
9031.49.90

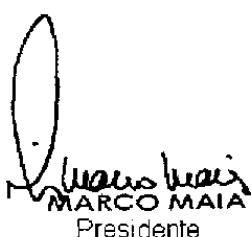
leia-se:

NCM
9027.50.90
9027.80.11
9027.80.12
9027.80.13
9027.80.14
9027.80.20
9027.80.30
9027.80.91
<b>9027.80.99</b>

9027.90.10
9027.90.91
9027.90.93
9027.90.99
9028.30.11
9028.30.19
9028.30.21
9028.30.29
9028.30.31
9028.30.39
9028.30.90
9028.90.10
9028.90.90
9028.10.11
9028.10.19
9028.10.90
9028.20.10
9028.20.20
9028.90.90
9029.10.10
9029.20.10
9029.90.10
9030.33.21
9030.39.21
9030.39.90
9030.40.30
9030.40.90
9030.84.90
9030.89.90
9030.90.90
9031.10.00
9031.20.10
9031.20.90
9031.41.00
9031.49.10
9031.49.20
9031.49.90

4. Encaminho, pois, para fins de substituição, a página 96 (noventa e seis) do autógrafo enviado a essa Casa.

Atenciosamente,



MARCO MAIA  
Presidente

NCM
9027.50.90
9027.80.11
9027.80.12
9027.80.13
9027.80.14
9027.80.20
9027.80.30
9027.80.91
9027.80.99
9027.90.10
9027.90.91
9027.90.93
9027.90.99
9028.30.11
9028.30.19
9028.30.21
9028.30.29
9028.30.31
9028.30.39
9028.30.90
9028.90.10
9028.90.90
9028.10.11
9028.10.19
9028.10.90
9028.20.10
9028.20.20
9028.90.90
9029.10.10
9029.20.10
9029.90.10
9030.33.21
9030.39.21
9030.39.90
9030.40.30
9030.40.90
9030.84.90
9030.89.90
9030.90.90
9031.10.00
9031.20.10
9031.20.90
9031.41.00
9031.49.10
9031.49.20
9031.49.90

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Passo a Presidência ao Senador Tomás Correia.

*O Sr. Anibal Diniz, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tomás Correia.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Com a palavra, o Senador Anibal Diniz, pelo prazo regimental.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tomás Correia, Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, Senadora Ana Amélia, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna hoje por dois motivos. O primeiro deles é fazer um reconhecimento ao Governo brasileiro; à Presidenta Dilma; ao Ministro dos Esportes, Deputado Aldo Rebelo; e ao Comitê Paralímpico Brasileiro pelo excelente desempenho dos nossos atletas paralímpicos na Paralimpíada de Londres.

Foi um desempenho excepcional, e é motivo de maior orgulho para nós brasileiros que a maioria dos atletas que participaram dessa Paralimpíada fazem parte do grupo que tem o benefício do Bolsa Atleta.

Faço esse reconhecimento com algumas informações que julgo da máxima importância: todos os medalhistas paralímpicos, na realidade, são do Bolsa Atleta.

O Brasil conquistou o sétimo lugar nos Jogos Paralímpicos de Londres. Nos 10 dias de competição, os atletas brasileiros subiram ao pódio 43 vezes! Foram 21 ouros, 14 pratas e 8 bronzes.

Todas as medalhas paralímpicas brasileiras em Londres foram conquistadas por competidores beneficiados pelo Programa Bolsa Atleta, do Ministério do Esporte. Na delegação nacional, de 182 atletas, 156, ou seja, 85%, são bolsistas – os destaques ficaram para a natação e o atletismo, que ganharam, juntos, 32 medalhas para o Brasil; dessas 32 medalhas, 16 foram medalhas de ouro.

A avaliação é a melhor possível, e atingimos nossos objetivos gerais, conseguimos o 7º lugar, no quadro de medalhas, e conquistamos 21 ouros, o que também foi estabelecido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro.

Vale ressaltar que o apoio do Governo Federal, na preparação dos atletas brasileiros, para os Jogos Paralímpicos, aconteceu não só durante o jogo, mas no período preparatório. O Ministério do Esporte destinou R\$12 milhões para o Comitê Paralímpico, só neste ano. Para a pré-temporada em Manchester, foram R\$3,5 milhões. Tivemos um planejamento estratégico, em conjunto com as confederações e com o Governo

Federal, que garantiu o apoio a todas as modalidades disputadas em Londres, explicou o Presidente do Comitê Paralímpico, Andrew Parsons.

O mesmo aconteceu com os atletas que disputaram as Olimpíadas de Londres – 42% dos competidores brasileiros, em 32 modalidades, obtiveram apoio, por meio do Programa Bolsa Atleta. Para se ter uma ideia, dos 259 atletas classificados para os jogos, 111 receberam o benefício do Programa Bolsa Atleta. Os atletas do País conquistaram 17 medalhas – melhor resultado da participação brasileira em jogos olímpicos.

Entre os medalhistas, dez são beneficiados pelo Programa Bolsa Atleta, do Ministério do Esporte. Pela primeira vez na história dos Jogos Olímpicos, o Brasil conquistou uma medalha de ouro na ginástica artística – Arthur Zanetti, 22 anos, beneficiário do Programa Bolsa Atleta do Ministério do Esporte. A judoca Sarah Menezes, também bolsista, ganhou medalha de ouro em Londres.

Por isso, faço este cumprimento especial à Presidenta Dilma, por essa atenção especial aos atletas que precisam de apoio, ao Ministro do Esporte, Deputado Aldo Rebelo, que tem uma visão social do esporte – o esporte precisa ser financiado pelo Poder Público, para que tenhamos mais e mais talentos sendo revelados, e, nesse caso, pelo menos 85% dos nossos atletas foram patrocinados pelo Bolsa Atleta – e também ao Comitê Paralímpico brasileiro, pelo trabalho de catalogação das excelências, de colocar atletas verdadeiramente em condição de disputar e ganhar medalhas.

O Bolsa Atleta, iniciativa gestada pelo Ministério do Esporte, dá ao competidor de alto rendimento que não possua patrocínio um salário mensal. O objetivo é permitir que os esportistas se dediquem integralmente aos treinos. Cada categoria recebe diferentes valores de auxílio. A contribuição mensal é de R\$370, 00 para atletas estudantis, R\$950,00 para os esportistas nacionais, R\$1.850,00 para os esportistas internacionais e R\$3.100,00 para atletas olímpicos e paralímpicos.

O programa já distribuiu mais de 18 mil bolsas e, só neste ano, 4.243 atletas estão sendo beneficiados em 53 modalidades dos programas olímpicos e paralímpico.

Um patrocínio pode durar ou não. O Bolsa é uma política de Estado para apoiar o atleta de forma consistente. É uma diferença importante para a gente reforçar, porque, quando se trata de um patrocínio, depende muito do próprio rendimento, naquele momento de participação do atleta. Agora, quando se trata de uma política como o Bolsa Atleta, o Estado se propõe a apoiar um trabalho continuado. E essa é uma informação que vem de Marco Aurélio Klein, que é um dos

integrantes da equipe do Ministro Aldo Rebelo, que trabalha com alto rendimento no Ministério do Esporte.

Também temos o Bolsa Técnico, programa voltado a técnicos, fisioterapeutas, psicólogos e outros profissionais de apoio ao atleta. Esse programa começará a funcionar no ano que vem. Ele já está estruturado e os valores de financiamento serão definidos de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de 2013, que já aprovamos. Agora, teremos o Orçamento, no mês de novembro, sendo apreciado aqui, no Senado, e na Câmara.

O Ministro Aldo Rebelo, que tem tido uma atuação brilhante, merece todo o nosso reconhecimento, por esse trabalho da máxima importância para o esporte brasileiro, tanto o esporte olímpico, quanto o esporte paralímpico.

Para finalizar este meu pronunciamento, Sr. Presidente, Senador Tomás Correia, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer um reconhecimento e um agradecimento especial a todos os meus Pares desta Casa, pela oportunidade que me foi dada ontem de me tornar Vice-Presidente do Senado Federal. Foram 61 votos de 65 Senadores e Senadoras presentes.

Então, quero fazer este agradecimento especial, primeiro, à Bancada dos Trabalhadores, por ter-me indicado, por unanimidade, e, depois, ao conjunto dos Senadores e Senadoras desta Casa, porque homologou, através do voto, aquilo que foi indicação da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

E faço este agradecimento de maneira muito sensibilizada, exatamente porque não planejei isso para a minha vida; foi acontecendo de acordo com as possibilidades, com as situações criadas. E eu, como sou uma pessoa de fé, acredito que as coisas na vida da gente vão acontecendo de acordo com os desígnios de Deus. Então, muito provavelmente, foi Deus quem definiu esta possibilidade para a minha vida.

Sou muito agradecido a Deus por isso. Sei que Ele não escolhe os preparados; Ele prepara aqueles que escolhe. Então, sinto-me um escolhido para esta missão. Tenho certeza de que Deus vai me ajudar, vai me dar sabedoria e entendimento para seguir em frente e fazer este trabalho da melhor maneira possível, com a ajuda de todos os Senadores, até o dia 2 de fevereiro de 2013.

Gostaria de fazer um agradecimento especial também ao Senador José Sarney, Presidente desta Casa, por dois motivos: pela honra que tive quando ele me deu posse aqui, como Senador da República, no dia 21 de dezembro de 2010; e agora pela honra que tive de, novamente, ser empossado pelo Presidente José Sarney, como 1º Vice-Presidente desta Casa.

O Senador Sarney tem uma longa trajetória de vida pública, uma longa trajetória de mandatos eletivos e, do ponto de vista da disputa eleitoral e do reconhecimento da sociedade, ele é uma pessoa inspiradora para todos os que estudam a política, que vivem a política. E para mim foi motivo de grande honra ser empossado como 1º Vice-Presidente desta Casa, pelas mãos do Presidente Senador José Sarney e, principalmente, pelas palavras de consideração, respeito e confiança que ele, representando todos os Senadores desta Casa, manifestou ontem a meu respeito.

Sinto-me muito sensibilizado com as palavras de carinho que recebi de cada um dos Senadores, ontem nesta Casa, e, particularmente, pelas palavras do Presidente, Senador José Sarney, porque são palavras que vêm da pessoa que representa o conjunto desta Casa, que é o Presidente do Senado Federal.

Gostaria de dizer também, Sr. Presidente, que, quando assumi o mandato aqui, no dia 21 de dezembro de 2010, eu fiz citação a um poema que é de autor desconhecido. Quem me levou ao conhecimento deste poema foi um grande amigo do Acre, o Cacá, Carlos Alberto, que trabalha no gabinete do Senador Jorge Viana e é uma pessoa que tem um espírito bem voltado para a Filosofia, que está sempre com muitas reflexões. E ele fez uma reflexão que me chamou muito a atenção, exatamente num dia que fazímos um encontro do Partido dos Trabalhadores, e depois eu fui descobrir que era um poema de autoria anônima.

O poema diz o seguinte:

Você sabe por que o mar é tão grande, tão imenso, tão poderoso? É porque teve a humildade de colocar-se alguns centímetros abaixo de todos os rios. Sabendo receber de todos, tornou-se grande. Se quisesse ser o primeiro, centímetros acima de todos os rios, não seria mar, mas, sim, uma ilha.

Citei esse poema no ato da minha posse para dizer que considero este Senado Federal um poço de sabedoria, com a soma do conhecimento que está presente em cada um dos Senadores e Senadoras. E quis dizer que eu procuraria ser disciplinado no sentido de tentar aprender com todos. Então, eu queria buscar ter a humildade que o mar tem frente aos rios, eu gostaria de estar em – digamos – condição de receber ensinamentos de todos que compõem esta Casa. Assim, eu acredito – e acreditava naquele momento e reafirmo a minha crença – que só conseguimos crescer quando recebemos de todos. E aqui, no Senado Federal, nós temos, com todas as nossas divergências, com posicionamentos conflitantes em relação a temas, que reconhecer que é a Câmara Alta da Nação, onde

estão ex-governadores, ex-presidentes, ex-ministros, ex-prefeitos, pessoas que já tiveram experiência na vida pública, como integrantes do Ministério Público Federal e Estadual, juristas, pessoas da mais alta competência. Então, eu me coloco, todos os dias, aqui, como um estudante aplicado que procura aprender o máximo possível desta Casa.

E o meu maior compromisso, nestes quatro anos que estarei aqui no Senado Federal – dois deles já estão para acabar –, é exatamente procurar aprender o máximo deste Brasil, que é maravilhoso com sua diversidade. E acho que o Senado Federal é a Casa que representa o Brasil com maior precisão. Por quê? Porque tem representação igual dos Estados, seja do Estado de Rondônia, seja do Estado do Acre, ou do Estado de São Paulo, com seu imenso contingente populacional. Então, aqui nós temos a representação exata do que é a Federação brasileira.

Sinto-me muito feliz por estar aqui presente, aprendendo com os colegas Senadores, e quero manter este espírito disciplinado de aprendizado com todos.

Agradeço cada um dos ensinamentos, em cada pronunciamento, em cada defesa de matéria. E a minha presença aqui em plenário sempre foi de maneira muito espontânea, independentemente de estar presidindo ou não, exatamente porque sei que cada Senador que ocupa a tribuna traz um pouquinho do Brasil para debate nesta Casa. Por isso, eu me sinto conhecendo muito mais do Brasil e dominando muito mais as realidades e as peculiaridades de cada uma das regiões, quando me dou ao trabalho de dedicar atenção a cada pronunciamento que é feito aqui nesta Casa.

Por isso, sou muito agradecido e feliz pela minha indicação, pela confiança que todos depositaram em mim para ser, durante estes quatro meses e alguns dias, 1º Vice-Presidente do Senado Federal. Recebo com alegria e com apreensão. Alegria pela confiança demonstrada, pelo respeito; tensão porque eu sei que uma missão a mais exige também maior dedicação, maior esforço. E quero fazer de tudo para que o povo do Acre seja dignificado através deste mandato, através do meu trabalho aqui no Senado Federal. Eu quero cumprir um mandato que seja motivo de honra e de respeito do povo acreano, que é o povo que nos elegeu através daquela nossa chapa Tião Viana e Aníbal Diniz. Tivemos duas vitórias: em 2006, quando Tião Viana foi eleito Senador, sendo eu o 1º suplente; e depois, em 2010, quando foi confirmada a minha vinda para cá, após Tião Viana ter sido eleito Governador e, com essa decisão do povo do Acre, eu acabei me tornando Senador da República.

Então, agradeço imensamente esta oportunidade, este momento da minha vida. Agradeço à minha

família, à minha esposa Elisângela, às minhas filhas Janaína e Ana Beatriz, que são pessoas que sempre estão do meu lado, ajudando-me em todas as dificuldades, partilhando comigo os momentos difíceis.

E agradeço muito aos meus companheiros do Partido dos Trabalhadores, aqui do Senado e lá do Acre, que têm partilhado comigo todos esses momentos. Nas situações difíceis, estão sempre ao lado; nas situações em que temos uma vitória, estão todos comemorando conosco. Então, é algo que é motivo de muita alegria. Por isso, agradeço imensamente aos meus companheiros do Partido dos Trabalhadores e aproveito para falar da nossa agenda, que vamos cumprir amanhã.

Estaremos em Rio Branco pela manhã, onde teremos atividades, teremos coletiva com a imprensa e reunião com dirigentes partidários, na sede do Partido dos Trabalhadores. Depois, à tarde, gravaremos também algumas entrevistas e, depois, à tarde, seguiremos para Brasileia, onde cumpriremos agenda institucional com o Governador Tião Viana e, à noite, quando as nossas atividades institucionais terminarem, teremos atividade de campanha política, aí, sim, em Brasileia, apoiando o nosso Prefeito Alvani, e em Epitaciolândia, com o nosso candidato Marcos Fernando. Ainda à noite, finalizaremos a nossa atividade com a presença também do Senador Jorge Viana, em Assis Brasil, a última cidade da fronteira do Acre com o Peru e a Bolívia, na tríplice fronteira. Teremos lá um comício com a nossa Prefeita Eliane Gadelha, que vai disputar a reeleição. Estaremos lá para manifestar o nosso apoio, para dizer que todo esforço que nós pudermos fazer para continuar essa parceria, que está fazendo tanto bem ao povo do Acre, nós estaremos lá para realizar.

E, na semana que vem, teremos outras atividades em outras cidades, cuja agenda ainda vamos definir.

De tal maneira que termino este pronunciamento fazendo esse agradecimento especial, cumprimentando também a nossa Senadora Marta Suplicy pela sua posse, que aconteceu hoje. Tive a honra de participar com ela no Palácio do Planalto. Tomou posse como Ministra da Cultura e comemorou a aprovação do Sistema Nacional de Cultura, que aprovamos ontem. Foi a primeira matéria aprovada aqui, no Senado, sob a minha Presidência. De tal maneira que estamos completamente solidários também com a Senadora Marta Suplicy, agora Ministra da Cultura, que, certamente, vai dar continuidade a essa política de cultura que faz o Brasil ser conhecido por todos os brasileiros, respeitado por todos os brasileiros e amado por todos os brasileiros, porque o melhor do Brasil é o povo brasileiro, e o povo é quem simboliza melhor a cultura do nosso País.

Sigamos em frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Senador Aníbal Diniz, o Estado de Rondônia se sente representado na Mesa do Senado por V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup>, que é um Senador do nosso vizinho Estado do Acre, honra o Estado do Acre, honra o Norte e honra o Brasil. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANÍBAL DINIZ** (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg pelo prazo regimental.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, subo à Tribuna na tarde de hoje, Sr. Presidente, para registrar o 7º Encontro dos Povos do Cerrado, que está acontecendo em Brasília. Tivemos a abertura formal no dia de ontem, teremos uma audiência pública daqui a pouco, no Auditório Petrônio Portela, onde representantes de todos os Estados brasileiros que detêm parte do bioma Cerrado estarão aqui para este evento.

É um momento de reflexão sobre a importância do Bioma Cerrado – aliás, nós comemoramos na última terça-feira, dia 11, o Dia Nacional do Cerrado – e é uma oportunidade também de mobilização em torno da defesa desse bioma. Tenho dito, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, que defender o Cerrado é uma questão de bom senso, é uma questão de inteligência, é uma questão de compromisso com o futuro, de compromisso com as futuras gerações pelo que o Cerrado representa e pode representar muito mais para o futuro do Brasil e para o futuro do Planeta.

Se formos imaginar, por exemplo, do ponto de vista da biodiversidade – e estamos às vésperas de uma nova reunião da COP, que acontecerá na Índia, sobre biodiversidade – estaremos falando de um dos biomas mais ricos em diversidade do Planeta. Estima-se que o Cerrado brasileiro tenha em torno de 5% da biodiversidade do Planeta. E, se pensarmos em desenvolver a indústria de biotecnologia, uma das áreas consideradas como fronteiras do crescimento, é claro que vamos precisar de toda essa biodiversidade do Cerrado brasileiro.

Se falamos da sustentabilidade da agricultura brasileira, precisamos focar e desenvolver novas tecnologias, novos conhecimentos a respeito do Cerrado; Temos um número enorme de plantas adaptadas ao bioma Cerrado, há milhões de anos, plantas que se adaptaram a grandes períodos de estiagem, a grandes mudanças de temperatura. E temos também um alerta no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas de que estamos vivendo um processo de

aquecimento global. Portanto, muitas das culturas hoje produzidas no Cerrado brasileiro precisarão adaptar-se a esse processo de aquecimento global e, muito provavelmente, os genes dessas plantas existentes há milhões de anos no Cerrado contribuirão para a adaptação, através da biotecnologia, da bioengenharia, garantindo, com isso, a sustentabilidade da agricultura brasileira.

O Cerrado é estratégico para a produção de alimentos, para a produção de agroenergia. É importante perceber que o bom senso, a inteligência e a prudência recomendam que o aumento da produção de alimentos, importante para todo o Planeta, importante para o Brasil, e o aumento da produção de agroenergia se deem nas áreas já antropizadas de cerrado. Algo em torno de 50% da área do Cerrado já foi desmatada, já foi convertida para diversos usos, sendo que uma grande parte dessas áreas – estima-se, segundo a Embrapa, algo em torno de 50 milhões de hectares – são de pastagens degradadas, pastagens que têm uma capacidade muito pequena de unidade animal por hectare. Portanto, o bom senso recomenda que a ampliação, a expansão da produção da agroenergia se dê nessas áreas já antropizadas e não nas áreas preservadas do bioma Cerrado.

O Cerrado também é estratégico para a preservação do bem mais precioso para a vida – confunde-se com a própria vida –, que é a água. E não é à toa que o Cerrado é considerado o berço das águas do Brasil, porque é responsável pelo abastecimento de grande parte das principais bacias hidrográficas brasileiras. Nós estamos falando de um bem essencial para a desidratação das pessoas, para o abastecimento urbano, para a dessedentação de animais, para a geração de energia elétrica, para a sustentabilidade da agricultura, para o lazer, enfim, para diversos usos. E precisamos ter todo o cuidado na preservação do Cerrado como berço das águas brasileiras.

Então, são diversos os motivos que nos permitem afirmar que o Cerrado é, sem dúvida, uma das regiões mais estratégicas do Planeta e, portanto, nós, brasileiros, temos uma responsabilidade muito grande com a preservação do Cerrado brasileiro.

Eventos como esse VII Encontro dos Povos do Cerrado, como a Semana do Cerrado, implementada no Distrito Federal a partir de uma iniciativa do Deputado Distrital Joe Valle, como a audiência pública que nós vamos realizar, daqui a pouco, no Senado, têm este objetivo da mobilização em torno de temas importantes para o bioma.

Por exemplo, hoje, o Brasil e o mundo conseguiram mobilizar-se em torno da defesa da Floresta Amazônica. Essa é uma conquista extraordinária, a

percepção da importância da Floresta Amazônica na regulação do clima, na manutenção dessa biodiversidade e de todos os serviços ambientais que a floresta oferece, mas nós não conseguimos, até hoje, a mesma mobilização em torno do bioma Cerrado.

O Cerrado ainda é visto por muitos de forma completamente equivocada, errada, apenas como um local de expansão da agricultura brasileira. Portanto, nós precisamos nos mobilizar, por exemplo, para aprovarmos a proposta de emenda à Constituição que alça o Cerrado à condição de patrimônio nacional, na Constituição Federal, a exemplo do que já existe com a Caatinga, com a Floresta Amazônica, com a Mata Atlântica, com o Pantanal, com a Serra do Mar e a zona costeira.

É um equívoco que, até hoje, três biomas importantes do País – o Cerrado, a Caatinga e os Pampas – ainda não estejam protegidos pela Constituição Federal como patrimônio nacional.

Eventos, movimentos como esse contribuem para essa mobilização.

Estão em Brasília representantes de diversos povos indígenas.

É importante ressaltar, também, o que o Cerrado representa sob o ponto de vista da diversidade cultural. Quantas populações tradicionais vivem, algumas há centenas, milhares de anos, no Cerrado brasileiro?

Agora há pouco, tive a oportunidade de participar do Kuarup, na comunidade Yawalapiti, em Mato Grosso, no Alto Xingu.

Mais uma vez, fiquei impressionado com a força dessa cultura, da cultura dos povos do Alto Xingu, e com o quanto temos de aprender com essas culturas.

Portanto, é uma alegria muito grande receber essas populações indígenas em Brasília, as populações remanescentes de quilombos, os quilombolas, as quebradeiras de coco do Maranhão, os geraizeiros, os caboclos de todas essas regiões que compõem o Cerrado brasileiro, que vieram aqui mostrar a força de suas culturas, fazer suas reivindicações, manifestar suas preocupações e dizer que querem que o Cerrado brasileiro seja tratado no mesmo *status* de proteção constitucional que já tem a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, a Zona Costeira e o Pantanal.

Buscando contribuir para esse esforço de proteção do Cerrado brasileiro, apresentei projeto de lei que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado, com a pretensão de, no futuro, haver uma Lei do Cerrado, como já existe a Lei da Mata Atlântica.

É claro que nosso objetivo é o de que esse projeto seja amplamente debatido por todos os setores da sociedade. Hoje, teremos a oportunidade de iniciar esse debate. Já houve a apreciação na Comissão de

Desenvolvimento Regional, com a sua aprovação, mas o projeto vai passar pela Comissão de Agricultura do Senado e, depois, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Pretendemos fazer exaustivos debates, ouvir todos os setores, todas as populações que vivem no Cerrado, todos os segmentos econômicos que atuam no Cerrado, para que possamos construir uma legislação que tenha os olhos voltados para o futuro, para a redução das desigualdades sociais, para a promoção do desenvolvimento efetivamente sustentável.

Queremos ouvir o Ministério do Meio Ambiente, queremos ouvir os diversos Ministérios, o da Agricultura, o do Desenvolvimento Agrário, mas queremos, sobretudo, ouvir as comunidades e populações que vivem no Cerrado brasileiro há anos e que muito têm a contribuir na formulação e na tramitação dessa lei.

A proposta que apresentamos, ainda de caráter genérico, constitui uma Política de Desenvolvimento do Cerrado, e algumas de suas diretrizes são o aprofundamento das pesquisas científicas e o respeito às potencialidades e oportunidades, bem como aos problemas e soluções existentes no Cerrado; a valorização dos produtos do Cerrado e o fortalecimento da cadeia produtiva desses produtos, para aumentar seu valor agregado, com vistas ao mercado local, regional, nacional e internacional; a internalização dos custos ambientais aos custos de produção; a recuperação dos passivos ambiental e social e a ocupação prioritária de áreas degradadas – deve ser uma prioridade avançar na produção nas áreas degradadas, poupando as áreas que estão preservadas, pois já existem tecnologias disponíveis para isso –; a adoção de práticas e de sistemas de produção sustentáveis em todos os setores da atividade econômica.

Na agricultura, avançamos com o plantio direto e com as práticas de integração lavoura-pecuária-floresta. Um projeto, que está pronto para ser votado no plenário da Câmara, institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Florestas. É desejo da Embrapa ver aprovado esse projeto, pois vai facilitar a difusão de tecnologias modernas, de tecnologias que garantem o uso sustentável das terras do Cerrado.

Continuando, também são diretrizes da proposta a observância de critérios socioambientais na concepção e na realização de investimentos em infraestrutura; a ampliação gradativa do emprego de técnicas sustentáveis na agricultura familiar e empresarial, como a integração lavoura-pecuária, o manejo adequado de fertilizantes e o plantio direto, entre outras; a substituição das queimadas por soluções tecnológicas mais avançadas e ambientalmente corretas como modo de preparação da terra; a proibição da produção de car-

vão vegetal através da vegetação nativa, garantindo que a produção de carvão vegetal se limite à utilização de florestas plantadas; o fortalecimento institucional dos órgãos e entidades envolvidas na formulação e implementação de políticas públicas; a formulação e implementação de políticas públicas voltadas especificamente para a zona de fronteira agrícola, com o objetivo de ampliar a presença do Estado.

Nós estamos debatendo esse tema, já fizemos algumas audiências públicas para debatê-lo. Como eu disse, queremos ouvir muitos setores e fazer com que esse projeto seja apreciado em caráter terminativo somente quando tivermos esgotado o debate, ouvindo todas as correntes da sociedade, especialmente os povos do Cerrado.

É preciso haver um norte, um início, para trilhar nesse debate, e foi por isso que apresentamos essa proposta, que tem os seguintes objetivos: promover o desenvolvimento sustentável no bioma como mecanismo de compatibilização das atividades produtivas, com a proteção do meio ambiente e a promoção da justiça social; garantir o exercício de atividades econômicas sustentáveis; manter a diversidade cultural, social e ambiental e os processos ecológicos essenciais no Cerrado e nas áreas de transição para outros biomas; garantir a conservação e o uso sustentável da biodiversidade do bioma; contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais; promover a otimização dos processos de irrigação, com redução significativa do consumo e do desperdício de água; possibilitar a ampliação da área destinada à criação das Unidades de Conservação do bioma, tanto de proteção integral como de uso sustentável – esse é um tema muito importante, porque, embora no Cerrado haja hoje os maiores índices de desmatamento do Brasil, há uma pequeníssima área protegida por Unidades de Conservação, algo em torno de 3% de áreas de domínio público e algo em torno de 3% de áreas privadas; portanto, é fundamental ampliar o número de Unidades de Conservação –; contribuir para a regularização fundiária das Unidades de Conservação, das terras indígenas e das áreas de remanescentes de quilombos, outra questão também importante.

Quero aqui saudar o trabalho realizado, há 50 anos, pelos irmãos Villas-Bôas, pela visão generosa que tiveram, pela visão de futuro, ao trabalharem pela demarcação do Parque Nacional do Xingu. Olhem como foi importante a demarcação daquelas áreas, para que as populações indígenas que vivem ali pudessem continuar vivendo bem, em harmonia com suas famílias e em harmonia com a natureza.

Portanto, é absolutamente indispensável a demarcação das terras indígenas, a criação de novas Unidades de Conservação.

A proposta ainda tem o objetivo de incentivar a criação de instrumentos de gestão integrada do território no campo e nas cidades.

Enfim, são objetivos importantes, amplos, que queremos debater, que queremos discutir com o conjunto da sociedade.

Estamos falando de um bioma impressionante. Basta andarmos, hoje, por Brasília, que todos nós ficaremos absolutamente encantados com a beleza dos nossos ipês. Em meio à maior adversidade, no auge da seca, os ipês explodem em flores amarelas, enchendo nossa cidade de beleza, de alegria, de poesia. O ipê é uma das árvores mais representativas do Cerrado brasileiro.

Ainda recentemente, o *Correio Braziliense* fez um concurso, e a cidade se mobilizou, cada um com seu celular ou com seu iPhone na mão, para tirar fotos dos ipês amarelos.

É impressionante como a população incorporou esse carinho, esse amor pelo Cerrado brasileiro.

Confesso, Sr. Presidente, que, hoje pela manhã, logo cedo, quando saí de casa, fui tomado por emoção, aliás, todos esses dias, quando me deparo com ipês cada vez mais bonitos, um mais bonito do que o outro, e me lembrei daquele que é o grande responsável pela arborização de Brasília. Aliás, lançamos, esta semana, como parte do Dia do Cerrado, a reedição do livro coordenado pelo nosso jardineiro do Cerrado, Ozanan Coelho, que fala das árvores do Cerrado que foram utilizadas na arborização de Brasília. Naquele momento de emoção, peguei o telefone, liguei para o Ozanan, para dar-lhe um abraço, porque nós, brasilienses, devemos ao Ozanan e a todas as equipes do Departamento de Parques e Jardins da Novacap, ao longo de todos esses anos, a beleza desses ipês e de outras árvores do Cerrado plantadas. Mas fiquei tão emocionado que, naquele momento, liguei para o Ozanan Coelho, e ele me deu uma notícia fantástica, maravilhosa, uma notícia de que todos vão desfrutar, todos que visitarem Brasília, nos próximos anos, vão desfrutar. Ele me disse que tem 15 mil novos ipês plantados no Distrito Federal nos últimos anos, que ainda não floriram e que vão florir nos próximos anos. Também fiquei sabendo de uma notícia triste: há muitos anos, o governo do Distrito Federal não planta novos ipês.

Portanto, está aqui um apelo ao Presidente da Novacap, às autoridades que hoje controlam o Departamento de Parques e Jardins, para que retomem o plantio dessas árvores do Cerrado, especialmente os ipês, para que, daqui a alguns anos, possamos des-

frutar dessa sensação que senti hoje pela manhã, que todos possam desfrutar ao ver esta cidade encantada com o amarelo dos ipês, como, em determinadas épocas, o Japão fica com suas cerejeiras e outras cidades importantes do mundo, com suas árvores.

Portanto, o meu pronunciamento, hoje, Sr. Presidente, é uma declaração de compromisso com o Cerrado brasileiro e de apelo, de sensibilização, para que as pessoas possam olhar o Cerrado com outros olhos, possam olhar o Cerrado com olhos generosos, possam olhar o Cerrado buscando olhar o amanhã, buscando olhar o futuro, pela importância que esse bioma tem e terá na construção de melhor qualidade de vida para o conjunto da população brasileira.

A luta em defesa do Cerrado não é uma luta apenas daqueles que habitam os Estados cobertos pelo Cerrado brasileiro; a luta em defesa do Cerrado deve ser uma luta de todo o Brasil. E não apenas do Brasil, mas de todo o Planeta, porque temos aqui, no Cerrado, serviços ambientais que contribuem para a harmonia do clima em todo o Planeta. Nós temos, aqui, o berço das águas que vão produzir abundância e generosidade em praticamente todos os Estados, em várias bacias hidrográficas que percorrem várias regiões brasileiras. Portanto, ao defender o Cerrado, nós estamos defendendo o futuro do Brasil e do nosso Planeta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Parabéns, Senador Rodrigo Rollemberg.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – A Srª. Senadora Angela Portela e os Srs. Senadores Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro e Ciro Nogueira enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª's serão atendidos.

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srª's e Srs. Senadores!

A partir de 2013, os consumidores residenciais de energia elétrica de todas as regiões do país serão beneficiados com a redução de 16,2% em sua conta de luz. Já os industriais, terão diminuição entre 19% e 28% nas tarifas.

O anúncio de redução no custo da energia elétrica no país foi feito esta semana, pela presidente Dilma Rousseff, em solenidade realizada no Palácio do Planalto, para marcar a decisão do governo.

Mas estes percentuais poderão ser ainda maiores, após a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) concluir estudos que faz sobre os contratos de distribuição de energia, que vencerão entre 2016 e 2017.

Como anunciou a presidente, no caso do setor produtivo, que opera na alta tensão, a redução propiciará, de um lado, que este setor da economia torne-se ainda mais competitivo e, de outro, que as indústrias, ora em dificuldade, evitem demitir seus empregados.

Já para os consumidores residenciais brasileiros, a redução média na tarifa de energia elétrica será de 16,2%. Em termos proporcionais, serão milhões de consumidores beneficiados em todas as regiões do país.

No meu Estado, por exemplo, onde a temperatura é sempre muito alta, e o consumo de energia mais intenso, a redução anunciada por Dilma Rousseff, beneficiará 113 mil e 320 consumidores residenciais, sendo 91 mil e 201 só na capital e 22 mil e 119, espalhados pelos 14 municípios do interior do Estado.

Destaco, por oportuno, que a luta pela redução em taxas de energia elétrica tem sido uma marca de minha presença nesta Casa Parlamentar. Na condição de deputada federal, priorizei uma ação junto à ANEEL, pedindo uma revisão tarifária nos índices aplicados pelas distribuidoras de energia no meu Estado. Queria transparência sobre os critérios que levaram estas distribuidoras a aplicar um aumento sem precedentes na tarifa de energia em Roraima.

Para os senhores terem ideia, o reajuste nas tarifas deste serviço essencial chegou a 17% para os consumidores da capital, e a 24% para aqueles que vivem no interior do Estado. Tal exorbitância obrigou as empresas do setor a rever suas políticas de preço, prejudicando, diretamente, a parcela mais carente da nossa população.

Acompanhei cada etapa deste processo em que, felizmente, fomos atendidos. A ANEEL aprovou a homologação de uma revisão tarifária periódica da Boa Vista Energia e o reajuste anual concedido à Companhia Energética de Roraima (CER).

Assim, a redução nas tarifas foi da ordem de 10,33% para os consumidores residenciais e de 12,33% para as empresas. A propósito, confirmando o índice que havíamos antecipado os consumidores residenciais, ou seja, em torno de 10%.

Esta vitória histórica, só foi possível pela atuação da população que participou ativamente das audiências públicas da ANEEL. Desta forma, os valores passaram a fazer uma grande diferença no orçamento das famílias roraimenses.

Voltando ao cenário nacional, a redução na tarifa de energia elétrica para baixar os custos desse produto tanto para as indústrias do país como para os consumidores domésticos em geral, é a mais significativa de que se tem notícia no país.

A intenção do governo, com a adoção desta medida é baixar o custo da energia e do transporte, e

reforçar a capacidade de investimento do país, criando condições para baixar juros, diminuir impostos e equilibrar o câmbio.

Esta importante decisão republicana, que deverá entrar em vigor, a partir de 2013, visa restituir à nação brasileira os investimentos feitos por ela, no sistema elétrico do país ao longo dos anos, como destacou a presidente.

Referia-se Dilma Rousseff, à prorrogação de 20 contratos de concessões públicas existentes no setor, para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Medida Provisória (MP), que dispõe sobre estas concessões, foi assinada no ato solene, pela presidente, que destacou seu compromisso em manter os contratos. Porém, a presidente Dilma fez questão de ressaltar sua determinação de tornar o Estado brasileiro mais vigilante, sobre estas concessões, como forma de garantir a qualidade dos serviços ofertados aos cidadãos-consumidores.

Mas não são somente o governo e seus aliados que fazem uma avaliação positiva do pacote de desoneração da energia elétrica. Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a medida anunciada pela presidente Dilma, é muito positiva, na medida em que vai alterar a estrutura de custos das empresas, podendo fazer com que a energia elétrica volte a ser uma vantagem competitiva do setor produtivo. Aliás, vale destacar que competitividade é mais uma palavra incorporada ao tripé do desenvolvimento do governo Dilma Rousseff.

Por oportuno, falando em competitividade, vale destacar dados extraoficiais, que mostram que o Brasil tem a energia mais cara que a dos Estados Unidos e do México.

Levantamento do pesquisador da Trevisan Escola de Negócios, Alcides Leite, mostra que a tarifa media de energia do Brasil – que é de R\$ 0,333/Kwh hora – fica abaixo apenas daquelas dos países europeus e do Japão.

A medida de redução hoje adotada, é uma demonstração de que o governo da presidente Dilma, dá continuidade ao modelo de desenvolvimento adotado pelo ex-presidente Lula. Este modelo, senhores parlamentares, reúne, a um só tempo, garantia do emprego, ganho salarial dos trabalhadores brasileiros e melhoria das condições de vida e consumo da população de modo geral.

Em outras palavras, esta é, sem sombra de dúvidas, a consequência de uma herança bendita que, como disse a presidente em seu pronunciamento alusivo ao Dia da Independência, conseguiu retirar 40 milhões de brasileiros da pobreza. E mais: elevar o Brasil à condição de sexta maior economia do mundo.

O governo brasileiro, nobres colegas, optou por adotar um modelo de desenvolvimento inédito, baseado no crescimento com estabilidade, no equilíbrio fiscal e na distribuição de renda, que tem produzido impactos sem precedentes na economia, com efeitos diretos na vida de milhões de pessoas.

Ancorado em estratégias de estabilidade, crescimento e inclusão, o modelo de desenvolvimento adotado há nove anos, tem conseguido algo indispensável para um país quer sair da miséria: crescer e, ao mesmo tempo, distribuir renda, reduzindo, assim, a desigualdade entre as pessoas e as regiões.

Penso que, com a medida hoje anunciada, o governo brasileiro lança as bases concretas para fazer com que, no médio e no longo prazo, o Brasil seja um dos países com melhor infraestrutura, com melhor tecnologia industrial, com melhor eficiência produtiva e com menor custo de produção.

Portanto, esta medida que venho aqui reconhecer e destacar, tem efeito sistêmico; ou seja, atinge todos os setores da economia e em todas as regiões do país, com o fim de dar continuidade ao desenvolvimento. Desta feita, dando perspectiva de um futuro melhor para todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco/PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “Defendendo o indefensável”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 15 de julho de 2012.

O editorial destaca que o chanceler, Antonio Patriota, tentou defender o indefensável: explicar e justificar o escandaloso golpe de Mendoza (a suspensão do Paraguai e a admissão da Venezuela no Mercosul).

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

#### **DEFENDENDO O INDEFENSÁVEL**

15 de julho de 2012  
*O Estado de S. Paulo*

O chanceler Antonio Patriota, atual porta-bandeira do terceiro-mundismo implantado no Itamaraty, revela pouco talento para uma das tarefas menos gratificantes

da diplomacia: a tentativa de defender o indefensável. Seu esforço para explicar e justificar o escandaloso golpe de Mendoza - a suspensão do Paraguai e a admissão da Venezuela no Mercosul - tem servido apenas para comprovar um fato evidente desde o primeiro momento: os governantes de Brasil, Argentina e Uruguai agiram com truculência contra um sócio do bloco, desprezaram sua soberania e violaram as regras da união aduaneira para favorecer o caudilho Hugo Chávez. Em seu depoimento perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, na quarta-feira, o ministro limitou-se a repetir os toscos argumentos já expostos pelo governo e mostrou-se incapaz de responder convincentemente às interpelações de vários senadores.

O ministro insistiu no caráter unânime das decisões a favor do governo bolivariano e contra o Paraguai, como se a convergência de opiniões de três presidentes bastasse para transformar um erro em acerto. Insistiu, igualmente, em citar a cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia, mas sem mencionar um detalhe apontado pelo embaixador paraguaio no Brasil, Edélio F. Arévalos, em carta enviada à Comissão: se houver suspeita razoável de ruptura da ordem democrática em algum dos países-membros, os demais Estados-partes promoverão consultas entre si e com o Estado afetado. Esse procedimento, indicado pelo artigo 4.º, foi ignorado. A presidente argentina, Cristina Kirchner, e a brasileira, Dilma Rousseff, decidiram, simplesmente, condenar o Parlamento e o Judiciário paraguaios como violadores da cláusula democrática e impor uma penalidade ao país. O presidente uruguai, José Mujica, induzido pelas duas colegas, acabou apoiando a tramoia. Foi o único, no entanto, bastante sincero para reconhecer um detalhe escandaloso: as razões políticas prevaleceram sobre as jurídicas. Como o Paraguai foi suspenso, sem ser excluído, nenhum novo sócio poderia ser admitido sem a sua manifestação.

Isso já havia sido apontado pelo vice-presidente uruguai, Danilo Astori. Ele reafirmou essa opinião em artigo publicado nesta semana. A decisão, segundo Astori, feriu as instituições do Mercosul e pôs em grave risco o futuro da associação. Com isso, acrescentou o vice-presidente uruguai, a institucionalidade válida não é mais a das regras, a dos tratados, mas a da vontade dos presidentes.

Pode-se discordar da rapidez do impeachment do presidente Fernando Lugo, mas nem por isso o Brasil e outros países podem "ignorar o fato de que tudo se deu dentro da conformidade constitucional do Paraguai", disse o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ao

chanceler Patriota. Em outro cenário, o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza, expressou o mesmo ponto de vista: todo o processo contra o presidente Lugo seguiu as normas constitucionais. Não houve ruptura da lei nem das condições de vida normal dos cidadãos. Essa é também a posição do governo americano, segundo a subsecretaria de Estado para as Américas, Roberta Jacobson. Os Estados Unidos, disse Jacobson, dão "forte apoio" à recomendação de Insulza a favor de uma posição "construtiva" da OEA em relação ao Paraguai. Mas Insulza não fala pela OEA, disse o chanceler brasileiro, respondendo, em mais um lance errado, a uma afirmação que ninguém havia feito.

Patriota insistiu, de modo igualmente inútil, em descrever a suspensão do Paraguai como um aviso: toda iniciativa antidemocrática será repelida pelo Mercosul e pela Unasul. Qual a autoridade do governo brasileiro para se apresentar como defensor da democracia na região?

Segundo o senador Francisco Dornelles, a mensagem lançada pelo governo brasileiro foi outra: "Senhores presidentes da Argentina, da Venezuela, da Bolívia, do Equador, podem continuar com suas políticas de desrespeito à liberdade de imprensa; podem desrespeitar o Congresso e o Judiciário, pois, se os Congressos desses países tomarem alguma medida para defesa constitucional, o Brasil vai intervir e fazer exercer o seu poder".

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, "O elo entre Dirceu e Valério", publicado pela revista *IstoÉ* em sua edição de 15 de agosto de 2012.

A matéria destaca a ligação em José Dirceu e Marcos Valério por meio da ex-mulher de Dirceu, Maria Ângela Saragoça, que mora em um apartamento em São Paulo que foi adquirido depois que Valério, para agradar Dirceu, negociou um empréstimo junto ao Banco Rural.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.  
SENAJOR ALOYSIO NUNES FERREIRA  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

# O ELO ENTRE DIRCEU E VALÉRIO

por Izabelle Torres

**Como vive a ex-mulher de José Dirceu Maria Ângela Saragoça, o ex-ministro da Casa Civil e o publicitário Marcos Valério no apartamento comprado em 2003 graças a um finanziamento do Banco Rural articulado pelo operador do mensalão**

**O**s argumentos apresentados pela defesa dos réus no processo do mensalão na semana passada fizeram ressurgir uma personagem esquecida nos últimos anos, cuja importância no caso vinha sendo subestimada por advogados e pelo próprio Ministério Pùblico Federal. A psicóloga Maria Ângela da Silva Saragoça é uma das três ex-mulheres de José Dirceu e o principal elo entre ele, o publicitário Marcos Valério e o núcleo operacional do esquema. É com base nas relações que ela manteve com alguns dos acusados que o procurador geral da República, Roberto Gurgel, sustenta a tese de que o ex-ministro da Casa Civil comandava a quadrilha de mensaleiros e tirava vantagens pessoais. Foi

que, segundo o Ministério Pùblico, representa a ligação entre Conforme verificou a reportagem de ISTOÉ, ela mora até hoje para Maria Ângela Saragoça que Marcos Valério articulou, em 2003, um empréstimo bastante vantajoso junto ao Banco Rural para que ela pudesse comprar um apartamento no bairro de Perdizes, em São Paulo. Os termos do financiamento foram negociados por Valério com a cúpula da instituição, cujos dirigentes também são réus no processo. Usando sua influência, o publicitário ministro ainda arrumou um emprego no banco BMG para ajudá-la a pagar as prestações do imóvel. Para mostrar como e em que circunstâncias essa personagem central da acusação vive hoje, a reportagem de ISTOÉ reconstitui os passos de Maria Ângela desde que ela foi levada para o epicentro do escândalo.

**LIGAÇÃO**  
Apartamento de  
Maria Ângela  
Saragoça, em São  
Paulo, foi adquirido  
depois que Marcos  
Valério, para agradar  
a José Dirceu,  
negociou um  
emprestimo junto ao  
Banco Rural

## Brasil

Embora seja discreta, avessa a badalações e aparições públicas, a ex-mulher de Dirceu não se preocupou em se livrar do imóvel que, na avaliação do Ministério Pùblico, representa a principal ligação de Dirceu com Valério. Conforme verificou ISTOÉ, Maria Ângela mora até hoje no apartamento de Perdizes, na capital paulista, de 110 metros quadrados. O Banco Rural afirma que o financiamento de R\$ 42 mil em 36 parcelas foi quitado em 18 de dezembro de 2006. No entanto, de acordo com a escritura do imóvel, a quitação teria ocorrido apenas em maio deste ano. Até 2008, ela amortizava as prestações com o salário de R\$ 3,2 mil que recebia no BMG como funcionária do setor de recursos humanos.

Demitida do banco naquele ano, Maria Ângela teve que voltar a atender como psicóloga para garantir o seu sustento. Retornou também ao emprego na Universidade Federal de São Paulo, onde faz parte do quadro de funcionários desde a década de 80. De acordo com um funcionário do BMG em São Paulo, a saída de Maria Ângela começou a ser desenhada logo depois que o Supremo recebeu a denúncia do mensalão, em agosto de 2007. Segundo o ex-colega, a presença da psicóloga tornou o ambiente de trabalho insustentável e dificultava o distanciamento do BMG do escândalo. "Todo mundo concordava que ela não poderia mais ser funcionária da instituição. Até porque ela raramente trabalhava", relata o bancário.

**Na Universidade Federal de São Paulo, a ex-mulher de Dirceu recebe atualmente salário bruto de R\$ 8,9 mil, mas não aparece para dar expediente. No setor de recursos humanos e treinamento, onde oficialmente está lotada, ninguém a conhece ou consegue localizá-la na lista de servidores.** Maria Ângela diz que está licenciada, e agora trabalha em um centro de saúde no bairro de Pinheiros, em São Paulo, onde atende como

### LIVRO N° 2 - REGISTRO GERAL

### 10º REGISTRO DE IMÓVEIS de São Paulo

matricula **16737** ficha **2**

São Paulo,

10-1997

R.E em 20 de novembro de 2003

#### VENDA E COMPRA

Pela escritura de 10 de novembro de 2003 lavrada no Cartório do 25º Tabelão de Notas do Capitol (lote 3.548, fls. 215), MARIA ÂNGELA DA SILVA SARAGOÇA, 16 qualificada, vendeu o imóvel pelo valor de R\$115.000,00 a ROGÉRIO LANZA TOLENTINO (OAB/MG 21.092 e CPF 078.496.726-15), advogado, casado no regime da comunhão parcial de bens em 7 de abril de 1978 com VERA MARIA SOARES TOLENTINO (RG N-546936-MG e CPF 373.170.756-04), do lar, brasileiros, domiciliados em Belo Horizonte, MG, à Rua Sergipe nº 925, 6º andar.

A escriturante autorizada:

**NEGOCIAÇÃO SUSPEITA** Documentos mostram que Maria Ângela Saragoça vendeu um apartamento por R\$ 115 mil para Rogério Tolentino, sócio de Marcos Valério, antes de adquirir imóvel em Perdizes

psicóloga portadores de HIV. O salário de funcionária pública dá a ela um padrão de vida de classe média, mas não atende a todos os seus desejos. Há três anos, José Dirceu precisou ajudá-la a trocar de carro e frequentemente contribui no pagamento das suas contas.

Amigos próximos informam que o ex-ministro da Casa Civil ainda nutre um grande carinho pela ex-mulher. Ela foi casada com José Dirceu na década de 80 e estava com ele em plena campanha da Constituinte. Apesar da

temperatura política da época, poucos companheiros de partido do ex-ministro a conhecem de fato. Segundo um deles, ela evitava comparecer às atividades partidárias e passou muito tempo se dedicando a um tratamento de fertilização realizado em Cuba. Logo depois do nascimento da filha, Joana, o casal se separou. Mesmo depois da separação, no entanto, os dois ainda mantiveram uma relação de proximidade e amizade. Quando foi procurada pela reportagem, ela

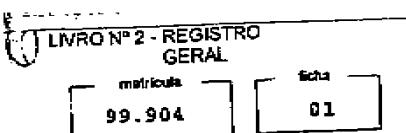
## PASSO A PASSO DO CASO

1

2

**A participação da psicóloga Maria Ângela Saragoça nas operações ligadas ao mensalão teve início em 2003. Na época, a ex-mulher de José Dirceu, então ministro da Casa Civil, procurou o ex-companheiro pedindo ajuda para comprar um apartamento maior, onde viveria com a única filha do casal, Joana**

**Dirceu teria dito que não poderia contribuir, mas dias depois ela foi procurada por Marcos Valério. O publicitário lhe ofereceu ajuda para conseguir um empréstimo junto ao Banco Rural em condições vantajosas e ainda anunciou que seu sócio Rogério Tolentino seria o comprador do apartamento usado. Para ajudá-la a pagar as prestações, Valério também conseguiu para ela um emprego no Banco BMG, onde receberia R\$ 3,2 mil para trabalhar meio expediente**



São Paulo, 18 de dezembro de 2003



ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE COISA IMÓVEL  
Pelo instrumento particular de 18 de dezembro de 2003,  
**MARIA ÂNGELA DA SILVA SARAGOÇA**, solteira, já qualificada,  
TRANSFERIU A POSSE INDIRETA do imóvel desta matrícula e das  
matrículas nºs 99.921 e 99.922, EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA ao  
credor **BANCO RURAL S/A.**, inscrito no CNPJ/MF, sob nº

**EMPRÉSTIMO** Registro do imóvel em Perdizes, onde mora até hoje a ex-mulher de Dirceu, revela que, para conseguir comprá-lo, Maria Ângela Saragoça recorreu a um empréstimo junto ao Banco Rural

recorreu imediatamente ao ex-marido para perguntar sobre como deveria se comportar. Foi orientada então a manter-se em silêncio para não causar transtornos e atrapalhar a atuação dos seus advogados. Mas, diferentemente do seu comportamento atual, em 2006, Maria Ângela não se calou. E suas declarações levaram à demissão de Dirceu da Casa Civil.

Em depoimento dado à Polícia Federal em 2006, Maria Ângela contou que foi procurada pelo publicitário Marcos Valério alguns dias depois de ouvir do ex-marido que não poderia ajudá-la na aquisição de um imóvel maior. Foi então que Valério não apenas ofereceu-lhe o empréstimo como apresentou o sócio



**ELE NEGA** Advogado de Dirceu, José Luiz de Oliveira diz que seu cliente não sabia do empréstimo

Rogério Tolentino como o comprador do seu apartamento por R\$ 115 mil. Tolentino adquiriu o bem sem nunca tê-lo visitado e, mais tarde, disse que o fez para agradar a José Dirceu. Ao longo das diligências e depoimentos, descobriu-se também que o verdadeiro

**3**

As investigações mostraram que o apartamento comprado por Tolentino era, na verdade, para o então presidente do Banco Popular, Ivan Guimarães, ligado a Delúbio Soares

**4**

Em depoimento, Tolentino admitiu que as facilidades foram oferecidas a ela como forma de agradar e ajudar o então homem forte do governo Lula, José Dirceu

ro comprador do imóvel de Maria Ângela era o então presidente do Banco Popular, Ivan Guimarães, que não queria aparecer nas negociações.

Apesar de insistir em que tudo foi feito sem o conhecimento do seu ex-marido, tem sido difícil para a defesa de Dirceu convencer a acusação e alguns ministros. Para o relator, Joaquim Barbosa, os favores oferecidos a ela mostram a preocupação que os integrantes do esquema tinham em agradar e beneficiar o então poderoso ministro do governo Lula. As evidências dessas relações são tão inquestionáveis que o experiente advogado de Dirceu, José Luiz de Oliveira, dedicou menos de um minuto para falar do assunto durante a sustentação oral de uma hora que fez no Supremo Tribunal Federal na semana passada. Ao apresentar os argumentos da defesa aos ministros, ele apenas lembrou o depoimento dado por Maria Ângela como testemunha do ex-marido e disse que, como as provas do processo são todas com base em depoimentos, o dela também precisa ser considerado. "Dirceu não tinha conhecimento nenhum deste fato. A grande prova da ação penal são os depoimentos. E a prova testemunhal é toda no sentido da absolvição", disse ele.

A expectativa de Dirceu é com as próximas fases do julgamento, que na quarta-feira entra na etapa decisiva com o início dos votos dos ministros. A preocupação do ex-homem forte do governo Lula é que a volta dos holofotes à sua ex-companheira deteriore o cenário que ele acredita estar favorável por conta da boa atuação da sua defesa. Dirceu sabe que as negociações entre Maria Ângela e os operadores do mensalão são um obstáculo à sua tentativa de provar que não era o comandante do maior caso de corrupção da história recente do País. ■

Colaborou Pedro Marcondes de Moura

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “O que o STF vai julgar”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 31 de julho de 2012.

O editorial destaca que o julgamento moral da era Lula não compete à toga, seja qual for sua decisão, pertence à opinião pública.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CYRO MIRANDA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

#### **O que o STF vai julgar**

#### **O Estado de S. Paulo - 31-7-2012**

Este jornal compartilha da convicção da Procuradoria-Geral da República, expressa em 2006 pelo seu então titular Antonio Fernando de Souza, acatada no ano seguinte pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e reiterada em pelo menos duas ocasiões pelo atual chefe do Ministério Público, Roberto Gurgel: no primeiro governo Lula, sob o comando do seu chefe da Casa Civil e ex-presidente do PT, José Dirceu, a cúpula do partido montou um esquema de uso de recursos públicos para a compra sistemática de apoio de deputados federais ao Planalto, em parceria com o publicitário mineiro Marcos Valério e os principais dirigentes do Banco Rural. Nada, rigorosamente nada do que se passou desde a eclosão do escândalo, com a entrevista do então deputado Roberto Jefferson à Folha de S.Paulo, em junho de 2005, na qual ele cunhou o termo “mensalão”, se contrapôs à certeza de que a enormidade existiu, para os fins que foram apontados e com meios subtraídos ao Tesouro Nacional.

Se algo substantivo ocorreu ao longo desse período, foi para consolidar o entendimento de que a denúncia acolhida pelo Supremo - que deu origem ao maior, mais complexo e mais abrangente processo já instaurado em 122 anos de existência da Corte - tem plena fundamentação. Vale por um autoinflictedo libelo, especialmente, a guinada de 180 graus na atitude do beneficiário por excelência da formidável operação engendrada por seus companheiros mais próximos. Primeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o PT, do ponto de vista eleitoral, fez apenas “o que é feito no Brasil sistematicamente”, o uso de caixa 2 em

campanhas políticas. Pouco depois, declarou-se “traído por práticas inaceitáveis”, pediu desculpas aos brasileiros e instou o PT a fazer o mesmo. (Conforme relatos, à época ele pensou em renunciar ao mandato.) Por fim, acusou a oposição e a imprensa de conspirarem para derrubá-lo, propagando um escândalo fictício. O passo a passo das reações do presidente deixa claro o seu desespero para abafar a verdade que só se tornaria mais densa graças às investigações do Congresso.

De nada serviram também as suas tentativas de travar o curso da ação penal no STF. Ao contrário, o iminente início do julgamento do mensalão assinala o triunfo das instituições do Estado Democrático de Direito sobre a vontade dos detentores eventuais do poder político, ainda quando bafejados por níveis estelares de aprovação popular. Mas, a partir do momento em que, depois de amanhã, o ministro Joaquim Barbosa começar a ler perante os seus 10 colegas o resumo de seu relatório sobre o processo de 50 mil páginas, o Supremo não estará julgando nem a corrupção no País, nem os desmandos éticos do partido que se arrogava o monopólio da ética, nem tampouco um presidente. Quem ocupa o banco dos réus são os 38 acusados de crimes como formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, peculato, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta de instituição financeira. Com base no que consta nos autos e em nada mais, o tribunal se pronunciará sobre a participação de cada um deles no esquema denunciado.

“Juiz não é ácaro de gabinete”, diz o presidente do STF, Carlos Ayres Brito, para indicar que a Justiça não pode dar as costas ao ambiente que cerca os seus veredictos. Isso, no entanto, se aplica antes às causas carregadas pelos ventos do tempo e o alarido das ruas - como o aborto de fetos anencéfalos, as cotas raciais nas universidades, a lei da ficha limpa ou as pesquisas com células-tronco - do que a uma ação criminal. Nesta, a culpa ou a inocência de cada réu há de resultar da convicção do juiz lastreada nos fatos, testemunhos e alegações contidas nos autos. “O juiz é um técnico”, argumenta o ministro Luiz Fux. “Não pode se deixar levar pelo clamor social.” Nos dois últimos anos, o exame das provas e o princípio da aplicação do direito já levaram a Justiça Federal em Minas Gerais a condenar, em três decisões, Marcos Valério, dois de seus antigos sócios e o seu advogado. As penas do chefe do “núcleo operacional” do mensalão somam 15 anos e 10 meses.

O julgamento moral da era Lula não compete à toga: seja qual for sua decisão, pertence à opinião pública.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e

Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Não foi por falta de aviso”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 06 de junho de 2012.

O editorial destaca que a presidente teve coragem de enfrentar a barreira dos juros altos e, para isso, mexer na poupança. Agora ela tem que ter força para pôr o governo para trabalhar.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

### **NÃO FOI POR FALTA DE AVISO**

6 de junho de 2012 | 6h 38

**O Estado de S.Paulo – 6-6-2012**

O ditado “quem sabe faz, quem não sabe ensina” é cruel com os professores, mas parece aplicar-se à presidente Dilma Rousseff. Ao receber o rei Juan Carlos da Espanha, anteontem, ela receitou uma “ação coordenada e solidária” para a superação da crise que sufoca as economias europeias. No entanto, a sua receita para a contração da economia brasileira - centrada no estímulo ao consumo - revelou-se um equívoco. A reprodução da bem-sucedida fórmula do então presidente Lula contra a contaminação do Brasil pelo colapso do sistema financeiro dos Estados Unidos, a partir da quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, em 2008, ignorou o óbvio: a impossibilidade de promover o crescimento duradouro da economia com medidas puramente paliativas.

Incentivar o gasto das famílias mediante uma política agressiva de expansão do crédito e de retração das taxas de juros, e ainda recorrendo a incentivos fiscais para reativar as compras de carros, é um pobre substituto para o desatamento dos nós estruturais que bloqueiam o desenvolvimento do sistema produtivo, em particular da indústria, e inibem o investimento privado.

A prova está nos acabrunhantes números do desempenho da economia no primeiro semestre: crescimento do PIB próximo da estagnação, com acréscimo de 0,2% em relação aos três meses anteriores e de 0,8% em relação ao mesmo período de 2011. A realidade não só mandou para a proverbial lata de lixo da história a fantasiosa meta original do governo para este ano (4,5%), como também deixou em xeque a

expectativa oficial, significativamente mais modesta, de repetir os 2,7% do ano passado.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, pode até ficar rouco de tanto repetir que fixar-se naqueles números equivale a “olhar pelo retrovisor”, mas parece ignorar que o ritmo da atividade depende em larga medida das expectativas dos agentes econômicos. E elas descem a ladeira.

No mesmo dia em que a presidente dizia ao rei como os governos europeus devem lidar com a crise, o Banco Central divulgou o seu mais recente levantamento das projeções de uma centena de instituições financeiras sobre o comportamento da economia no ano. O prognóstico médio caiu de 2,99% para 2,72% (e, pior ainda, de 1,58% para 1,15% no caso da indústria). Mais soturnas são as previsões de empresas de grande porte citadas pelo jornal Valor. Entre essas, fala-se em ominosos 2%, com um décimo de ponto porcentual para cima ou para baixo.

É pedir demais ao consumidor brasileiro que reverta essa tendência. Mesmo com nível de emprego em patamar satisfatório, o endividamento familiar é um limite intransponível à capacidade aquisitiva da população, sobre a qual paira já a ameaça da inadimplência.

Em maio, o indicador de dívidas não pagas cresceu 4,3% em comparação com o mesmo mês de 2011. É a 15.ª elevação em 16 meses. Some-se a isso a dificuldade do setor produtivo - por falta de inovação e por baixa produtividade, entre outros fatores - de competir com o exterior na oferta de bens à altura das novas exigências do público.

A presidente pode dizer o que quiser, menos que não foi avisada a tempo. Não é de agora que vozes credenciadas apontam para os pés de barro do monumento emergente brasileiro: a infraestrutura desesperadamente necessitada de modernização, a insuficiência de investimentos e a perversidade do sistema tributário.

Para promover a titular da Casa Civil que escolherá para lhe suceder, o presidente Lula fabricou o pretensioso PAC, cujas pífias realizações atestam a cada dia a continuada incompetência gerencial dos dois governos. Tentando superar o problema que ela permitiu que se eternizasse, Dilma convocou na segunda-feira uma reunião de emergência com 9 de seus 39 ministros e outras autoridades. Cobrou deles “um choque de gestão” para acelerar a execução dos projetos prioritários de sua alçada. De março para abril, os investimentos públicos totais caíram 8,5% - já não bastasse que a parte do leão do desembolso estatal corresponda aos subsídios ao programa Minha Casa, Minha Vida.

A presidente teve a coragem de enfrentar a barreira dos juros altos e, para isso, mexer na poupança. Tenha agora a força de pôr o governo a trabalhar.

**O SR. CIRO NOGUEIRA** (Bloco/PP – PI – Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o dia 08 de setembro foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o “Dia Internacional da Alfabetização”. Ao estabelecer a data, em 1967, a ONU enfatizou a necessidade de despertar a consciência da comunidade mundial para a importância do desenvolvimento da educação.

O tema da celebração de 2012, “Alfabetização e a Paz”, adotado pela “Década das Nações Unidas para a Alfabetização (UNLD)”, procura demonstrar os múltiplos benefícios e os valores que a alfabetização traz para as pessoas.

A Resolução nº 56/116, de dezembro de 2001, aprovada em Assembléia Geral daquela entidade, proclamou oficialmente o período de 2003-2012 como a “Década da Alfabetização”. Por decisão do Plenário, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) foi designada como responsável pela coordenação global de todo o processo, com o slogan: “Alfabetização e Liberdade”.

Na opinião da Embaixadora Irina Bokova, atual Diretora Geral da Unesco, a educação contribui para a paz, promove as liberdades individuais, a compreensão do mundo, a resolução dos conflitos e fortalece todos os objetivos do desenvolvimento. Ela proporciona aos indivíduos as habilidades para entender o mundo e dar-lhe forma, para participar dos processos democráticos, para manifestar opiniões e fortalecer as suas identidades culturais.

Nobres colegas Senadoras e Senadores, a alfabetização é o fundamento de toda aprendizagem. Deve ser vista como um direito humano, um instrumento de autonomia pessoal e um meio para alcançar o desenvolvimento individual e social. O grande educador e pedagogo brasileiro, Paulo Freire, definia a alfabetização da seguinte maneira: “A alfabetização é mais, muito mais, que ler e escrever. É a habilidade de ler o mundo, é a habilidade de continuar aprendendo e é a chave da porta do conhecimento”.

Sabemos que as oportunidades educativas dependem da alfabetização e são essenciais para a erradicação da pobreza, a diminuição da mortalidade infantil, para frear o crescimento demográfico desordenado, estabelecer a igualdade de gênero, garantir o desenvolvimento sustentável, a paz e a democracia.

Todavia, quando falamos em alfabetização, não podemos deixar de distinguir a alfabetização de crianças e de adultos. Em relação às crianças, o grau de desafio que se coloca para o nosso País e para muitos

outros é o de incluir a educação infantil em primeiro lugar, na pauta de todas as prioridades. E de 0 a 6 anos que a criança constrói sua estrutura cognitiva, a personalidade e a capacidade de integração social.

Por outro lado, no que se refere à luta contra o analfabetismo adulto, não podemos nos esquecer que o combate não pode ter trégua e precisa ser igualmente acelerado. Para isto, necessitamos de grande mobilização governamental, política, social e econômica para podermos definir os projetos, os programas e as campanhas que precisam ser permanentes, efetivas, eficientes e objetivas. Assim, a vontade política dos governantes precisa ser decisiva, juntamente com o engajamento das instituições mais importantes da sociedade, notadamente: as universidades, as organizações mais representativas da sociedade civil, os veículos de comunicação de massa e a opinião pública.

Sem dúvida alguma, a educação básica de qualidade prepara os alunos para a leitura, para a escrita, para os primeiros passos da matemática, que os acompanharão por toda vida e propiciará uma formação mais avançada. As pessoas mais bem preparadas são as que reúnem as melhores condições de ascensão social e estão sempre prontas para assumir as urgências do desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mais uma vez, o “Dia Internacional da Alfabetização” ganhou destaque no Brasil e em muitos países do Terceiro Mundo. A luta contra o analfabetismo continua a desafiar governos, na América Latina, na Ásia e na África, regiões que abrigam a grande maioria dos quase 900 milhões de iletrados.

De acordo com o documento: “Síntese dos Indicadores Sociais 2007 – Uma análise das Condições de Vida da População Brasileira”, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), naquele ano, 14 milhões e 400 mil brasileiros, com 15 anos ou mais, não dominavam a leitura e a escrita. A partir desse dado estatístico humilhante, a Unesco estimou que 1,9% das pessoas analfabetas do planeta viviam no Brasil.

Além dos chamados analfabetos absolutos, ou seja, aqueles que simplesmente não sabem ler e escrever, no Brasil, milhões de indivíduos são analfabetos funcionais. A Unesco define como analfabeto funcional toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém, é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, o que impossibilita o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Dessa maneira, o analfabeto funcional não consegue extrair o sentido das palavras; colocar idéias no papel, por

meio da escrita; nem efetuar operações matemáticas mais elaboradas.

Basicamente, o índice de analfabetismo funcional no Brasil envolve as pessoas que não completaram quatro anos de estudos formais e, também, os que têm formação universitária, mas são igualmente incapazes de expressar habilidades educacionais consideradas básicas. Estima-se que, em nosso País, mais de 70% da chamada população economicamente ativa faça parte dessa triste realidade.

Os resultados da última edição do “Indicador do Analfabetismo Funcional (Inaf)”, que ocorreu entre dezembro de 2011 e abril de 2012, mostrou que apenas 26% da população brasileira podem ser consideradas plenamente alfabetizadas. Por sua vez, só 35% dos que concluíram o ensino médio podem ser considerados plenamente alfabetizadas e 38% dos brasileiros com formação superior têm nível insuficiente em leitura e escrita.

O “Inaf Brasil” foi criado em 2001, é uma pesquisa produzida pelo Instituto Montenegro, ligado ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), e pela Organização Não Governamental Ação Educativa. Desde 2007, o levantamento é realizado a cada dois anos. As entrevistas são feitas com brasileiros de 15 a 64 anos de idade, residentes em zonas urbanas e rurais, de todas as regiões do País, que respondem a dois mil questionários.

Apesar de ostentar a sexta produção econômica mundial, o Brasil não consegue superar suas desigualdades sociais chocantes, sair do Terceiro Mundo e se tornar um país desenvolvido. No final de agosto passado, um relatório sobre as cidades latino-americanas, preparado pelo “Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU Habitat)”, mostrou que somos a quarta nação mais desigual da América Latina, em distribuição de renda, atrás somente de Guatemala, Honduras e Colômbia.

No País, 26% da população moram em favelas, 28% em comunidades com infraestrutura precária, a grande maioria das crianças está fora das salas de aula, as escolas são improvisadas e o atendimento em educação é um dos piores do continente.

Na última quarta-feira, o Fórum Econômico Mundial divulgou novos dados impressionantes sobre as nossas deficiências. No “Relatório Global de Competitividade”, que analisa a situação econômica, política e social de 144 países, o Brasil aparece mal em vários quesitos importantes. A título de exemplo, ficamos na 116a posição em qualidade da educação e em 49º lugar em inovação, que está ligada à falta de mão de obra qualificada, ou seja, falta de educação para o trabalho que exige maior conhecimento.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apesar do cenário pouco animador do nível da educação brasileira, o Município de Cocai dos Alves, no Estado do Piauí, foge à regra e aparece na mídia nacional como um verdadeiro fenômeno em educação.

A modesta cidade de Cocai dos Alves, com menos de 6 mil habitantes, pequena economia que depende basicamente da agricultura e com suas 20 escolas, a maioria do ensino fundamental, em meados de 2011, com suas glórias educacionais, ganhou espaço nobre na mídia nacional, surpreendeu o Brasil e encheu de orgulho os cocalavenses e todo o povo do Piauí.

Recentemente, o jovem Izael Francisco de Araújo ganhou o concurso “Soletrando”, do programa de televisão apresentado por Luciano Huck. Outros estudantes da cidade receberam quatro medalhas de ouro, três de prata e cinco de bronze nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), da qual participaram cerca de 20 milhões de alunos, de todo o País. Além desses prêmios valiosos, nos últimos três anos outras medalhas foram também conquistadas pelos jovens estudantes de Cocai dos Alves na Olimpíada Estadual de Química e na Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa.

Os grandes heróis da difícil maratona nacional de matemática, alunos das escolas Augustinho Brandão e Unidade Escolar Ferreira Brandão, foram os jovens estudantes: Sandoel Vieira, 16 anos; Clara Mariane Oliveira, 13 anos; Antônio Wesley Vieira, 13 anos e José Márcio Brito, 15 anos. Vale dizer que, naquela disputa, Cocai dos Alves recebeu mais medalhas de ouro do que 11 Estados do País.

Nas escolas campeãs, os troféus não estão expostos. Há falta de lugar e estrutura. Todas as salas são usadas para as aulas. Nos estabelecimentos, não existe espaço de conveniência, quadra de esportes, laboratório e biblioteca. Existe apenas a vontade de aprender dos seus alunos e o zelo pelos estudos.

Na opinião do professor João Xavier da Cruz Neto, da cadeira de Matemática da Universidade Federal do Piauí e coordenador estadual da Olimpíada, o que faz os alunos de Cocal dos Alves terem mais paixão pelos livros do que pela bola é a qualidade e a dedicação dos professores, verdadeiros heróis brasileiros.

Aliás, dois deles merecem as maiores homenagens: os professores Antônio Cardoso Amaral e Raimundo Brito. Igual reconhecimento deve ser creditado, também, a outros professores de matemática da Universidade Federal do Piauí, que, a cada duas semanas, sem nenhuma obrigação, viajavam até Cocai dos Alves e treinavam os estudantes que iriam participar do certame.

O desempenho do Professor de matemática Antônio Cardoso do Amaral, natural de Cocai dos Alves, é um exemplo que merece ser comentado. Desde que a OBMEP começou, em 2005, ele teve alunos premiados em todas as edições: 2 medalhas de prata e 1 de bronze, em 2005; 1 ouro, 3 pratas e 2 bronzes, em 2006; 2 ouros, 1 prata e 5 bronzes, em 2007; 6 bronzes, em 2008; 1 ouro, 1 prata e 8 bronzes, em 2009 e o último resultado, que foi fantástico, anunciado em 2011.

É igualmente importante destacar que, em 2008, a cidade participou de um campeonato de história e geografia, em comemoração aos 250 anos do Estado do Piauí e sagrou-se campeã. Em 2009, em novo campeonato sobre as duas matérias, a cidade disputou a final com a representação de Teresina e respondeu positivamente a todas as questões.

Gostaria de dizer, ainda, que os últimos resultados educacionais alcançados pelos estudantes de Cocal dos Alves mudaram significativamente a vida da cidade. O Governo Federal passou a prestar mais atenção às escolas locais, fez doações de computadores, construiu uma instituição de ensino modelo, com prédios modernos, espaços para biblioteca, laboratório, salas de informática e outras instalações.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, devo destacar também que o Piauí é o estado que tem o maior número de crianças matriculadas na escola, segundo classificação recente do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 95% dos municípios atingiram a média do IDEB, índices que devem ser comemorados.

Nobres Senadoras e Senadores, encerro lembrando que a educação é meio para se chegar ao desenvolvimento e transformar as injustas realidades sociais. Portanto, a educação deve ser vista como

uma das maiores conquistas de uma sociedade, porque, sem ela, as pessoas continuarão exploradas e marginalizadas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)*

## AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

13-9-2012  
quinta-feira

**9h30 – Assinatura do Convênio de mútua cooperação entre o Senado e a Caixa Econômica Federal, destinado à execução e ao aprimoramento dos respectivos planos de saúde.**

Sala de Audiências

**10h – Recebe o Senhor João Jorge Amado**  
Sala de Audiências

**10h30 – Cerimônia de posse da Senadora Marta Suplicy no cargo de Ministra de Estado da Cultura**  
Salão Oeste, 2º andar do Palácio do Planalto

**12h30 – Recebe o Senhor Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Neto, Presidente da Associação Nacional de Jornais – ANJ acompanhado do Senhor Paulo Tonet Camargo, Diretor do Comitê de Relações Governamentais da ANJ e Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo e o Senhor Ricardo Pedreira, Diretor-Executivo da ANJ.**  
Sala de Audiências

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

**Bahia**

- Bloco-PDT - João Durval\*  
 Bloco-PSB - Lídice da Mata\*\*  
 Bloco-PT - Walter Pinheiro\*\*

**Rio de Janeiro**

- Bloco-PP - Francisco Dornelles\*  
 Bloco-PRB - Eduardo Lopes\*\* (S)  
 Bloco-PT - Lindbergh Farias\*\*

**Maranhão**

- Bloco-PTB - Eptácio Cafeteira\*  
 Bloco-DEM - Clovis Fecury\*\* (S)  
 Bloco-PMDB - Lobão Filho\*\* (S)

**Pará**

- Bloco-PSDB - Mário Couto\*  
 Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro\*\*  
 Bloco-PMDB - Jader Barbalho\*\*

**Pernambuco**

- Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos\*  
 Bloco-PTB - Armando Monteiro\*\*  
 Bloco-PT - Humberto Costa\*\*

**São Paulo**

- Bloco-PT - Eduardo Suplicy\*  
 Bloco-PSDB - Aloisio Nunes Ferreira\*\*  
 Bloco-PT - Marta Suplicy\*\*

**Minas Gerais**

- Bloco-PMDB - Clésio Andrade\* (S)  
 Bloco-PSDB - Aécio Neves\*\*  
 Bloco-PDT - Zeze Perrella\*\* (S)

**Goiás**

- Bloco-PSDB - Cyro Miranda\* (S)  
 Bloco-PSDB - Lúcia Vânia\*\*  
 Bloco-DEM - Wilder Moraes\*\* (S)

**Mato Grosso**

- Bloco-DEM - Jayme Campos\*  
 Bloco-PR - Cidinho Santos\*\* (S)  
 Bloco-PDT - Pedro Taques\*\*

**Rio Grande do Sul**

- Bloco-PMDB - Pedro Simon\*  
 Bloco-PP - Ana Amélia\*\*  
 Bloco-PT - Paulo Paim\*\*

**Ceará**

- Bloco-PC DO B - Inácio Aruanda\*  
 Bloco-PMDB - Eunício Oliveira\*\*  
 Bloco-PT - José Pimentel\*\*

**Paraíba**

- Bloco-PSDB - Cícero Lucena\*  
 Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima\*\*  
 Bloco-PMDB - Vital do Rêgo\*\*

**Espírito Santo**

- Bloco-PT - Ana Rita\* (S)  
 Bloco-PR - Magno Malta\*\*  
 Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira\*\*

**Piauí**

- Bloco-PTB - João Vicente Claudino\*  
 Bloco-PP - Ciro Nogueira\*\*  
 Bloco-PT - Wellington Dias\*\*

**Rio Grande do Norte**

- Bloco-PMDB - Garibaldi Alves\* (S)  
 Bloco-DEM - José Agripino\*\*  
 Bloco-PV - Paulo Davim\*\* (S)

**Santa Catarina**

- Bloco-PMDB - Casildo Maldaner\* (S)  
 Bloco-PMDB - Luiz Henrique\*\*  
 Bloco-PSDB - Paulo Bauer\*\*

**Alagoas**

- Bloco-PTB - Fernando Collor\*  
 Bloco-PP - Benedito de Lira\*\*  
 Bloco-PMDB - Renan Calheiros\*\*

**Sergipe**

- Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves\*  
 Bloco-PSB - Antônio Carlos Valadares\*\*  
 Bloco-PSC - Eduardo Amorim\*\*

**Mandatos**

\*: Período 2007/2015 \*\*: Período 2011/2019

**Amazonas**

- Bloco-PR - Alfredo Nascimento\*  
 Bloco-PMDB - Eduardo Braga\*\*  
 Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin\*\*

**Paraná**

- Bloco-PSDB - Alvaro Dias\*  
 Bloco-PMDB - Roberto Requião\*\*  
 Bloco-PMDB - Sérgio Souza\*\* (S)

**Acre**

- Bloco-PT - Aníbal Diniz\* (S)  
 Bloco-PT - Jorge Viana\*\*  
 PSD - Sérgio Petecão\*\*

**Mato Grosso do Sul**

- Bloco-PR - Antônio Russo\* (S)  
 Bloco-PT - Delcicio do Amaral\*\*  
 Bloco-PMDB - Waldemir Moka\*\*

**Distrito Federal**

- Bloco-PTB - Gim Argello\* (S)  
 Bloco-PDT - Cristovam Buarque\*\*  
 Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg\*\*

**Rondônia**

- Bloco-PDT - Assis Gurgacz\* (S)  
 Bloco-PP - Ivo Cassol\*\*  
 Bloco-PMDB - Tomás Correia\*\* (S)

**Tocantins**

- PSD - Kátia Abreu\*  
 Bloco-PR - João Ribeiro\*\*  
 Bloco-PR - Vicentinho Alves\*\*

**Amapá**

- Bloco-PMDB - José Sarney\*  
 Bloco-PSB - João Capiberibe\*\*  
 PSOL - Randolfe Rodrigues\*\*

**Roraima**

- Bloco-PTB - Moarildo Cavalcanti\*  
 Bloco-PT - Angela Portela\*\*  
 Bloco-PMDB - Romero Jucá\*\*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

**Bloco Parlamentar da Maioria - 25**

PMDB-19 / PP-5 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
José Samey.	PMDB/AP
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraz.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Tomás Correia.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

**Bloco de Apoio ao Governo - 25**PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2  
PRB-1

Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antônio Carlos Valadares.	PSB/SE
Assis Gurgacz.	PDT/RO
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Maria Suplicy.	PT/SP
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM

Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

**Bloco Parlamentar Minoria - 15**

PSDB-10 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cleóvis Fecury.	DEM/MA
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Wilder Moraes.	DEM/GO

**Bloco Parlamentar União e Força - 13**

PTB-6 / PR-6 / PSC-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Russo.	PR/MS
Armando Monteiro.	PTB/PE
Cidinho Santos.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim Argello.	PTB/DF
João Ribeiro.	PR/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavaleanti.	PTB/RR
Vicentinho Alves.	PR/TO

**PSD - 2**

Kátia Abreu.	TO
Sérgio Petecão.	AC

**PSOL - 1**

Randolfe Rodrigues.	AP
---------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	25
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	13
PSD.	2
PSOL.	1
<b>TOTAL.</b>	<b>81</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA (por ordem alfabética)

Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Marta Suplicy** (Bloco-PT-SP)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Gim Argello* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davi III** (Bloco-PV-RN)
Aníbal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Simón* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Russo* (Bloco-PR-MS)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)
Assis Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Ribeiro** (Bloco-PR-TU)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PD)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Tomás Correia** (Bloco-PMDB-RO)
Clovis Fecury** (Bloco-DEM-MA)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (PSD-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MB)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

### Mandatos

\*: Período 2007/2015 \*\*: Período 2011/2019

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

### **PRESIDENTE**

José Sarney - (PMDB-AP)

### **1º VICE-PRESIDENTE**

Aníbal Diniz - (PT-AC)<sup>(3,9)</sup>

### **2º VICE-PRESIDENTE**

Waldemir Moka - (PMDB-MS)<sup>(3,4)</sup>

### **1º SECRETÁRIO**

Cícero Lucena - (PSDB-PB)

### **2º SECRETÁRIO**

João Ribeiro - (PR-TO)<sup>(2)</sup>

### **3º SECRETÁRIO**

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

### **4º SECRETÁRIO**

Ciro Nogueira - (PP-PI)

## SUPLENTES DE SECRETÁRIO

**1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)<sup>(1,5,6,7)</sup>**

**2º - João Durval - (PDT-BA)**

**3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)**

**4º - Vanessa Grazzotin - (PC DO B-AM)**

**Notas:**

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude do Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.
8. Em 12.09.2012, lido ofício da Senadora Marta Suplicy comunicando que deixa o cargo de Primeira Vice-Presidente do Senado, para assumir o cargo de Ministra de Estado da Cultura (OF. 199/2012-PRVIPRE).
9. O Senador Aníbal Diniz foi eleito 1º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 12.09.2012.

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25</b></p> <p><b>Líder</b> Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 19</b></p> <p><b>Renan Calheiros</b></p> <p><b>Vice-Líderes do PMDB</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Vital do Rêgo</li> <li>Romero Jucá (10)</li> <li>Sérgio Souza (10)</li> <li>Waldemir Moka</li> <li>Ricardo Ferraço</li> <li>Casildo Maldaner</li> </ul> <p><b>Líder do PP - 5</b></p> <p><b>Francisco Dornelles</b></p> <p><b>Vice-Líder do PP</b> Ana Amélia (12)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b></p> <p><b>Paulo Davim</b></p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25</b></p> <p><b>Líder</b> Walter Pinheiro - PT (22,24)</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Acir Gurgacz (49)</li> <li>Lidice da Mata (23,38)</li> <li>Inácio Arruda</li> <li>Eduardo Lopes (37,44)</li> </ul> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b></p> <p><b>Walter Pinheiro</b> (22,24)</p> <p><b>Vice-Líderes do PT</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Wellington Dias (27)</li> <li>Lindbergh Farias (25)</li> <li>Ana Rita (26)</li> <li>Aníbal Diniz (25)</li> </ul> <p><b>Líder do PDT - 5</b></p> <p><b>Adir Gurgacz</b> (49)</p> <p><b>Vice-Líder do PDT</b> Pedro Taques (21)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b></p> <p><b>Lidice da Mata</b> (23,38)</p> <p><b>Vice-Líder do PSB</b> Antônio Carlos Valadares (10)</p> <p><b>Líder do PC DO B - 2</b></p> <p><b>Inácio Arruda</b></p> <p><b>Líder do PRB - 1</b></p> <p><b>Eduardo Lopes</b> (37,44)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</b></p> <p><b>Líder</b> Jayme Campos - DEM (20)</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cyro Miranda (31)</li> <li>Flexa Ribeiro (7,33)</li> <li>Lúcia Vânia (33)</li> <li>Mário Covas (24)</li> <li>Paulo Bauer (6,21)</li> </ul> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 10</b></p> <p><b>Alvaro Dias</b></p> <p><b>Vice-Líderes do PSDB</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aloysio Nunes Ferreira (2)</li> <li>Paulo Bauer (6,21)</li> <li>Flexa Ribeiro (7,33)</li> </ul> <p><b>Líder do DEM - 5</b></p> <p><b>José Agripino</b> (2,10,14,45,46)</p> <p><b>Vice-Líder do DEM</b> Jayme Campos (20)</p> <p><b>PSD - 2</b></p> <p><b>Líder</b> Kátia Abreu - PSD (11,12)</p> <p><b>Vice-Líder</b> Sérgio Petecão</p> <p><b>PSOL - 1</b></p> <p><b>Líder</b> Randolfe Rodrigues - PSOL (10)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13</b></p> <p><b>Líder</b> Gilm Argello - PTB</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Blairo Maggi (19,51)</li> <li>Alfredo Nascimento (41)</li> <li>João Vicente Claudino</li> <li>Eduardo Amorim (17,47,48)</li> </ul> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 6</b></p> <p><b>Gilm Argello</b></p> <p><b>Vice-Líderes do PTB</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>João Vicente Claudino</li> <li>Mozanildo Cavaleanti</li> </ul> <p><b>Líder do PR - 6</b></p> <p><b>Blairo Maggi</b> (19,51)</p> <p><b>Vice-Líderes do PR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alfredo Nascimento (41)</li> <li>Vicentinho Alves (42)</li> </ul> <p><b>Líder do PSC - 1</b></p> <p><b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> Eduardo Braga - PMDB (38)</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Gilm Argello</li> <li>Benedicto de Lira</li> </ul> <p><b>Lidice da Mata</b> (23,38)</p> <p><b>Jorge Viana</b></p> <p><b>Vital do Rêgo</b></p>	

**Notas:**

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o Of. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme Of. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme Of. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme Of. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exerceu a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o Of. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilhou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (Of. n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o Of. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o Of. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado Líder do PSOL, conforme Of. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme Of. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme Of. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme Of. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme Of. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme Of. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pescas e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. n°s 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, aditado pelo Requerimento nº 824, de 2012, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(8,12)</sup>

**RELATORA:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4,16)</sup>

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b> <sup>(10)</sup>	
Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2,4,7)</sup>	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(2,6,9)</sup>
Angela Portela (PT-RR) <sup>(2)</sup>	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b> <sup>(11)</sup>	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(8,15)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b> <sup>(12)</sup>	
(3,11)	

**Notas:**

\*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

\*\*. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- \*\*\*\*\*. Em 12.09.2012, lido e aprovado o Requerimento nº 824, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2012.
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marizor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).
  2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
  3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nº's 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
  4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
  5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marizor Brito.
  6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
  7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
  8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldeir Mota da Comissão (Of. GLPMDB nº 182/2011).
  9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
  10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
  12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
  13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
  14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marizor Brito ter deixado o mandato.
  15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marizor Brito ter deixado o mandato.
  16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
  17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley  
**Telefone(s):** 061 33033514  
**Fax:** 061 33031176  
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

**Aprovação do Requerimento:** 05/03/2008

**Aprovação do Requerimento de Aditamento:** 10/12/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo prorrogado:** 17/07/2010

**Prazo prorrogado:** 22/12/2010

### MEMBROS

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )<sup>(3)</sup>**

Senador José Pimentel (PT)<sup>(1)</sup>

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)<sup>(1)</sup>

#### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )<sup>(4)</sup>**

Senador Vital do Rêgo (PMDB)<sup>(2)</sup>

Senador Ricardo Ferraço (PMDB)<sup>(2)</sup>

#### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

#### **Membro da Comissão Diretora**

**Notas:**

<sup>(1)</sup>. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

<sup>(2)</sup>. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

<sup>(3)</sup>. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

<sup>(4)</sup>. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

<sup>(5)</sup>. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

<sup>(6)</sup>. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Fernão foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio  
**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antioscio@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

**Finalidade:** Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

**Número de membros:** 5

**Aprovação do Requerimento:** 14/02/2012

**Designação:** 28/02/2012

**Instalação:** 28/02/2012

### MEMBROS

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )

Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)

Senador Paulo Paim (PT) (6)

#### Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) (5)

Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)

Senadora Ana Amélia (PP) (4)

#### Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )

Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

**Notas:**

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**3) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR  
O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20**

**Finalidade:** Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 29/02/2012

**Designação:** 07/03/2012

**Instalação:** 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT) <sup>(1)</sup>	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1), (2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) <sup>(7)</sup>
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) <sup>(9)</sup>
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) <sup>(7)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(1)</sup>
Senador José Agripino (DEM) <sup>(3), (6)</sup>	2. Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(5)</sup></b>	
Senador Fernando Collor (PTB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Gim Argello (PTB) <sup>(2)</sup>
Senador Cidinho Santos (PR) <sup>(4), (14), (15)</sup>	2. Senador Vicentinho Alves (PR) <sup>(4)</sup>
<b>PSD</b>	
	1. Senadora Kátia Abreu <sup>(8), (9)</sup>

**Notas:**

\*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

\*\*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)
2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. N° 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (OF. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (OF. N° 027/2012-GLPSD) em vaga cedida no PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Isácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
13. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
15. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 090/2012/BLUFOR/SF).

#### **4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 21/03/2012

**Designação:** 04/04/2012

**Instalação:** 04/04/2012

**Prazo final:** 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Humberto Costa (PT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(1)</sup>	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Davim (PV) <sup>(4)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cícero Lucena (PSDB) <sup>(1)</sup>	1.

**Notas:**

- Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBFUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).
- Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

## **COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS**

**Finalidade:** Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)  
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

**Número de membros: 14**

**PRESIDENTE:** Nelson Jobim

**Ato do Presidente do Senado Federal:** 15/03/2012

**Designação:** 15/03/2012

**Instalação:** 12/04/2012

**Prazo final:** 10/06/2012

**Prazo prorrogado:** 22/09/2012

---

### **MEMBROS**

---

Nelson Jobim  
Bernardo Appy  
João Paulo dos Reis Velloso  
Everardo Maciel  
Ives Gandra da Silva Martins  
VAGO (1)  
Luis Roberto Barroso  
Michal Gartenkraut  
Paulo de Barros Carvalho  
Bolívar Lamounier  
Fernando Rezende  
Sérgio Prado  
Manoel Felipe do Rêgo Brandão  
Marco Aurélio Marrafon

---

**Notas:**

\* Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

1. Em 09.08.2012, foram lidos expedientes dos Senhores Adib Jatene e Mailson da Nóbrega comunicando a impossibilidade de participarem da Comissão.

**Secretário(a):** Keny Cristina Rodrigues Martins  
**Telefone(s):** 061 33033501  
**Fax:** 061 33031176  
**E-mail:** [sscepi@senado.gov.br](mailto:sscepi@senado.gov.br)

**6) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 17/07/2012

**Instalação:** 08/08/2012

**Apresentação de Emendas - prazo final:** 04/10/2012

**Relatórios Parciais - prazo final:** 05/11/2012

**Relatório do Relator-Geral - prazo final:** 20/11/2012

**Parecer Final da Comissão - prazo até:** 04/12/2012

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lidice da Mata (PSB) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Ana Rita (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senador Tomás Correia (PMDB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Clovis Fecury (DEM)	
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Gim Argello (PTB)

**Notas:**

\*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17/07/2012 a designação dos membros da Comissão.

\*\*. Em 15/08/2012, a Presidência fixou o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

\*\*\*. Em 29/08/2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

1. Em 08/08/2012, a Comissão reuniu-se elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14/08/2012, a Senadora Lidice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04/09/2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

**7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL**

**Finalidade:** Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 28/03/2012

**Designação:** 17/04/2012

**Instalação:** 17/04/2012

**Prazo final:** 16/07/2012

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Humberto Costa (PT) <small>(2)</small>	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <small>(2)</small>	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <small>(2)</small>	1. Senador Paulo Davim (PV) <small>(2)</small>
Senador Luiz Henrique (PMDB) <small>(2)</small>	2. Senador Ciro Nogueira (PP) <small>(2)</small>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) <small>(1)</small>

**Notas:**

\* Em 17/04/2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25/04/2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27/04/2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

**8) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

**Designação:** 15/08/2012

**Instalação:** 30/08/2012

**Apresentação de Emendas - prazo final:** 29/10/2012

**Relatórios Parciais - prazo final:** 28/11/2012

**Relatório do Relator-Geral - prazo final:** 12/12/2012

**Parecer Final da Comissão - prazo até:** 05/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b>	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Tomás Correia (PMDB)
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	2. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Cleóvis Fecury (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim Argello (PTB)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB)

**Notas:**

\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

\*\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

\*\*\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

\*\*\*\*. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Cleóvis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

\*\*\*\*\*. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

\*\*\*\*\*. Em 30/08/2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

\*\*\*\*\*. Em 04/09/2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

\*\*\*\*\*. Em 12/09/2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que dispõe o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(16)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) (11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (34)
José Pimentel (PT) (10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Assis Gurgacz (PDT) (35,36)	6. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antônio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(36)</sup></b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) (18,23)
Tomás Correia (PMDB) (31,38)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Motta (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) (4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (9)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (31,32,33)
Jayme Campos (DEM) (31)	5. Wilder Moraes (DEM) (5,16,41)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(38)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antônio Russo (PR) (37,38,39)	3. Cidinho Santos (PR) (38,40)
João Ribeiro (PR) (7)	4. Alfredo Nascimento (PR) (32)

**PSD PSOL <sup>(26)</sup>**

Kátia Abreu (PSD) (34,35)

1. Randolph Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marizor Britto como membro titular; e o Senador Randolph Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gilm Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldonado, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lima e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcicio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Airton Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antônio Carlos Valadares e Inácio Arnsa como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reuniu eleger os Senadores Delcicio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferrão é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Redirito Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redirito Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassel é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011-GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6<sup>a</sup> para a 2<sup>a</sup> suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o OF. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
41. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### **1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE)

**Instalação:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(2)</sup>
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLB UP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

\*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAB, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

**Instalação:** 18/05/2011

**Prazo prorrogado:** 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(*)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT) <sup>(*)</sup>	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) <sup>(*)</sup>	2. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(*)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(*)</sup></b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(*)</sup>	2. Waldemir Moka (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(*)</sup>	1. Armando Monteiro (PTB) <sup>(*)</sup>

**Notas:**

- Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
- Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
- Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
- Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)<sup>(\*)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC)<sup>(\*)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )<sup>(*)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) <sup>(*)</sup>
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lidice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )<sup>(*)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(*)</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(7,18,24)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(2,24)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB) <sup>(24)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,5,24)</sup>	3. Lobão Filho (PMDB) <sup>(24)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(24)</sup>	4. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(24)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(24)</sup>	5. Roberto Requião (PMDB) <sup>(24)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(15,16,17,21,24)</sup>	6. Benedito de Lira (PP) <sup>(1,12,24)</sup>
Renan Calheiros (PMDB) <sup>(24,26)</sup>	7. VAGO <sup>(24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(10,12,14)</sup>
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(6,10)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )<sup>(*)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) <sup>(1,6)</sup>	2. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(6,5)</sup>
Vicentinho Alves (PR)	3. Antônio Russo (PR) <sup>(10,31)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lidice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvan Borges, Jairinho Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferrão, Eudaldo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvan Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vaga em virtude de o Senador Jairinho Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMNPV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador Jólio Vicente Cândido é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Álvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nas termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Álvaro Dias. (OF. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferrão e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. N° 024/2012/GLBUF/SF).

26. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

**Secretário(a):** Dulcidi Ramos Calhão

**Reuniões:** quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)<sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO<sup>(2)</sup>

**Instalação:** 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )<sup>(3)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lidice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )<sup>(4)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(6)</sup>	1. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(7)</sup>

**Notas:**

- Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
- Vago, em virtude da Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- Vago, em virtude da Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lidice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcídia Ramos Calhão

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE)<sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** <sup>(2,5,6)</sup>

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )<sup>(4)</sup></b>	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) <sup>(1)</sup>	2. Wellington Dias (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )<sup>(5)</sup></b>	
VAGO <sup>(5,6)</sup>	1. VAGO <sup>(6)</sup>
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

**Notas:**

- Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
- Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
- Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- \* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\* Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcídia Ramos Calhão

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

### 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (2)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(4)</sup></b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (5)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (4)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

**Notas:**

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação de bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcidia Ramos Calhão

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)<sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)<sup>(1)</sup>

**RELATORA:** Senadora Marta Suplicy (PT-SP)<sup>(1)</sup>

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )<sup>(3)</sup></b>	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

**Notas:**

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao falecimento do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. nº 004/2012-GLB UF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\* Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcídia Ramos Calhão

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(24)</sup></b>	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(6)</sup>
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) <sup>(6)</sup>
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) <sup>(6,10)</sup>
Jorge Viana (PT) <sup>(6)</sup>	4. Assis Gurgacz (PDT) <sup>(25,26,30,32)</sup>
Antônio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) <sup>(7)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) <sup>(33,34)</sup>	7. Humberto Costa (PT) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(39)</sup></b>	
Ricardo Ferreira (PMDB) <sup>(40,51)</sup>	1. Renan Calheiros (PMDB) <sup>(2,4,16,21,28,40,51)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(3,17,40,51)</sup>	2. Roberto Requião (PMDB) <sup>(3,16,37,40,47,51)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(40,51)</sup>	3. Tomás Correia (PMDB) <sup>(14,16,40,51,53,54)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(40,51)</sup>	4. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(15,16,40,51)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(21,40,51)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB) <sup>(40)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(27,40)</sup>	6. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(40)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(40)</sup>	7. Benedito de Lira (PP) <sup>(40)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(23)</sup>
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(9)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(16,44)</sup>	4. Paulo Bauer (PSDB) <sup>(19,44,45)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(39)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(12,46)</sup>
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) <sup>(11,46)</sup>
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) <sup>(6,22,35,36)</sup>
	4. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(46,49)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	
<b>PSD</b>	
Sérgio Petecão <sup>(41,42,43)</sup>	1. Kátia Abreu <sup>(9,31,32,38,41,42,43)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgrírio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flávio Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvan Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marina Britto como membro suplente, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reuniu eleger os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.N° 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. N° 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mocarillo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Fernão é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvan Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (OF. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio no Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro do Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferrão, Lobão Filho, Waldemir Motta e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Basser é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Moacir Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OE. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. N° 009/2012-GLBUF/SF).
50. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
51. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferrão, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
52. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).

53. Senador Valdir Raupp licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

54. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Pedro Taques (PDT-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

**RELATOR:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

**Designação:** 19/10/2011

**Instalação:** 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(1)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferreira (PMDB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO <sup>(3)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(4)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	

**Notas:**

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. n° 56/2012-CCJ).

4. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(3,15,17)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(16)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (41)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antônio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lidice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (19)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (39)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(44)</sup></b>	
Roberto Requião (PMDB) (46)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,22,45,49)
Pedro Simon (PMDB) (29,30,31,42,46)	2. VAGO (46,49)
Ricardo Ferreiro (PMDB) (7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) (46)
Benedito de Lira (PP) (32,34,43,46)	4. VAGO (46,49)
Ana Amélia (PP) (20,46)	5. VAGO (46,49)
Roemer Jucá (PMDB) (46,49)	6. VAGO (23,46,49)
Tomás Correia (PMDB) (46,49,56,51)	7. VAGO (11,46)
Waldemir Moka (PMDB) (46,49)	8. (46)
Ciro Nogueira (PP) (46,49)	9. (46)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) (6)	1. Cícero Lucena (PSDB) (36)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (5)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clevio Fecury (DEM) (21)
José Agripino (DEM) (9)	5. Alvaro Dias (PSDB) (8,47,48)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(46)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) (6,45)
Magno Malta (PR) (12,26)	3. Antônio Russo (PR) (29,40)
João Ribeiro (PR) (26)	4. Vicentinho Alves (PR)
<b>PSD PSOL <sup>(37)</sup></b>	
Kátia Abreu (PSD) (35,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marisol Britto como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares, e o Senador Moacirito Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Álvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Pmilo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lidice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amorim, Antônio Diniz, Maura Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Azeredo, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferragó, Benedito de Lira e a Senadora Anna Amélia como membros titulares; e os Senadores Jairzinho Vasconcelos, Valdir Rupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Domellos como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jairzinho Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 23.03.2011, o Senador Aloisio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 062/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (OF. nº 061/11-GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (OF. nº 060/11-GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (OF. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (OF. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

10. Em 13.04.2011, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (OF. nº 048/2011 - GLDBAG)

11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSCP/MN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domellos (Ofício nº 123/2011-GLPMDB).

12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Regulamento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSCP/MN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. nº 141/2011-GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 72/2011-CE).

18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

19. Em 31.08.2011, o Senador Zézé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 114/2011-GLDBAG).

20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Facy é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(OF. nº 060/2011-GLDEM).

22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. nº 274/11-GLPMDB).

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 917/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vaga em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvan Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude da Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Álvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o OF. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
40. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Fernão, Benedito de Lima e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Álvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. OLPMDB nº 181/2012).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** juloric@senado.gov.br

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

\*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redação do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** juloric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**  
**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(3)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(3,19)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b> <sup>(15)</sup>	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Assis Gurgacz (PDT) (12,16,41,42)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b> <sup>(39)</sup>	
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(17)</sup>	1. Tomás Correia (PMDB) (43,44)
VAGO (31,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) (22,23)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO (33,34,38)
Ivo Cassol (PP) (13,14,24,27)	6. VAGO (9,30,31,32,37)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) (20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) (28)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b> <sup>(39)</sup>	
Gim Argello (PTB) (4,25)	1. João Vicente Claudino (PTB) (2)
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR) (45)
<b>PSD PSOL</b> <sup>(35)</sup>	
Randolfe Rodrigues (PSOL) (3)	1. Kátia Abreu (PSD) (3,6,10,36)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marilza Britto como membro suplente, para compor a CMA.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgrão e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elege os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marina Brício deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).

6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude da a Senadora Manoela Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassessão do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Redentário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixa de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 235/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 059/2011-GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentário Cassol, em face da reassessão do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

25. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).

26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF.º 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o OF. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
41. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
42. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
43. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
44. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. OLPMDb nº 181/2012).
45. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hidricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) <sup>(1,3,6,8,14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(1,6)</sup>

**RELATOR:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(16)</sup>

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Aníbal Diniz (PT) <sup>(4,12)</sup>	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(15)</sup></b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(11)</sup>	2. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(7,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2,10)</sup>	1. Kátia Abreu (PSD)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(16)</sup></b>	
(9)	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

- Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à renúncia do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.212, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Júlio Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares, e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT)<sup>(2,10)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)<sup>(2)</sup>

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )<sup>(3)</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (7)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (1,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) (7,8)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )<sup>(6)</sup></b>	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (9)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )<sup>(6)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) (4,7,11)	1. Vicentinho Alves (PR) (7)

**Notas:**

1. Vago em virtude do Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Minoria - Sérgio Souza, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
9. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
10. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

11. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação de bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flávio Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)<sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO<sup>(2,3)</sup>

**RELATOR:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)<sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )<sup>(4)</sup></b>	
Jorge Viana (PT) (8)	1. Antônio Diniz (PT) (8,12)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (12)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )<sup>(5)</sup></b>	
Sérgio Souza (PMDB) (2,3,5,6,9)	1. Ivo Cassol (PP) (11)
Valdir Raupp (PMDB) (3)	2. Eduardo Braga (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloizio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )<sup>(6)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) (7,12,14)	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

- Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (OF. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, os Senadores Antônio Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

13. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassel, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares, e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
- \*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

#### **5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20**

**Finalidade:** Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cicero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Vicentinho Alves (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- \*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(\*)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(\*)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(**)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Aníbal Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (12,38,40)	6. Lidice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(**)</sup></b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,16,26,33)
VAGO (2,13,28,29,31,41)	2. VAGO (39)
VAGO (30,34,42)	3. Ricardo Ferreiro (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) (18,32)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) (20)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,23)
VAGO (7)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) (19,37,45)	3. Wilder Moraes (DEM) (48)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(**)</sup></b>	
Mozarildo Cavaleanti (PTB) (6)	1. Gim Argello (PTB) (47)
Eduardo Amorim (PSC) (11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
<b>PSOL</b>	
VAGO (25)	1. Randolfe Rodrigues (4)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marisa Britto como membro titular para compor a CDH.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cleber Luiz e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferreiro, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Moacirito Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

\*\*\*\*\*. Os Lideres do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Moacirito Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (OF. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jairzinho Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (OF. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (OF. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (OF.º 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão. (OF. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Arinaldo Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

32. Em 07.12.2011, o Senador Caetano Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (OF. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (OF. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinal Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
42. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
47. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012-BLUFOR).
48. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomedh@senado.gov.br

## 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b> <sup>(2)</sup>	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b> <sup>(3)</sup>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
VAGO <sup>(4)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(4,6)</sup>	1.

**Notas:**

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBFUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. n° 16/2012-GLDEM).
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ángela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ángela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

**Notas:**

- Em 18.05.2011, a Subcomissão reuniu elegiu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ángela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005  
**Fax:** 3303-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 02/06/2011

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomedh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 29/03/2012

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomedh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(3)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(6)</sup></b>	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(5,7)</sup>	3. Lindbergh Farias (PT) <sup>(4)</sup>
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(6,9,10)</sup>	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(18,19)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) <sup>(17)</sup>
Antônio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) <sup>(16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(23)</sup></b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB) <sup>(24,25,29)</sup>	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferreira (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Tomás Correia (PMDB) <sup>(13,14,15,22,26)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(3)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Cleóvis Fecury (DEM) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(28)</sup></b>	
Fernando Collor (PTB)	1. Moacirildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(4)</sup>
Cidinho Santos (PR) <sup>(26,27)</sup>	3. João Ribeiro (PR) <sup>(20,21)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Moacirildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lélio Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Fernanç e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Antônio Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadure como membros titulares; e os Senadores Delcicio Amâncio, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arns é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reúne os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Viana.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (OF. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (OF. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (OF. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (OF. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Maioria na Comissão (OF. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do OF. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (OF. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (OF. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (OF.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude do Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Antônio comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

25. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. OLPMDB nº 181/2012).

26. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

27. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).

29. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbólho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação de bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. VAGO <sup>(9,10)</sup>
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(8)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(6,7)</sup>
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(0)</sup>

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Edílio Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
10. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Domílles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

\*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

\*\*\*\*. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
VAGO (4)	1. Jorge Viana (PT)
Delcicio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (4,5)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

**Notas:**

- Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012-BLUFOR/SF).
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação de bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcicio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcicio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

## 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b> <sup>(3)</sup>	
VAGO (16,18)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (11)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) (3,6,10)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b> <sup>(4)</sup>	
Tomás Correia (PMDB) (15,17)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1)	1. VAGO (3,5)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b> <sup>(5)</sup>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
15. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
16. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012-BLUFOR/SF).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza  
**Telefone(s):** 3303-3496  
**Fax:** 3303-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)<sup>(\*)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT)<sup>(\*\*)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )<sup>(*)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (21,22)
Assis Gurgacz (PDT) (21,22)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (19)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )<sup>(*)</sup></b>	
Tomás Correia (PMDB) (21,34,35)	1. Romero Jucá (PMDB) (27)
Waldemir Moka (PMDB) (27)	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) (27)	3. Roberto Requião (PMDB) (27)
Vital do Rêgo (PMDB) (27)	4. Francisco Dornelles (PP) (10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) (27)	5. Clésio Andrade (PMDB) (12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) (27)	6. Casildo Maldaner (PMDB) (27)
Ciro Nogueira (PP) (27)	7. Ivo Cassol (PP) (6,17,18,25,27)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) (3,4)	3. Alvaro Dias (PSDB) (3,4)
Wilder Morais (DEM) (39,39)	4. Jayme Campos (DEM) (39,40)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )<sup>(*)</sup></b>	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Gim Argello (PTB) (38)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) (36)	3. Vicentinho Alves (PR)
<b>PSOL</b>	
(30)	1. (30)
<b>PSD</b>	
Kátia Abreu (28,31)	1. Sérgio Petecão (6,7,13,15,28,29,31)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Adélio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alívio Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GS/ALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-OSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraz, Eduardo Bragu e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Domílles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demostenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Aécio Neves é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
34. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
35. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
36. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
37. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
38. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mocinha Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
39. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
40. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** sccmci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** sccmci@senado.gov.br

### 8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4,5,7)</sup>

**RELATOR:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(3,5)</sup>

**Instalação:** 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) <sup>(1)</sup>	2. Delcídio do Amaral (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Tomás Correia (PMDB) <sup>(3,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSD, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CL, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CL, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CL comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CL comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLB UP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CL, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
9. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
10. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nº's 111, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** [secomci@senado.gov.br](mailto:secomci@senado.gov.br)

#### **8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO)<sup>1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)<sup>2)</sup>

**RELATOR:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)<sup>3)</sup>

**Aprovação do Requerimento:** 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b>	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) <sup>4)</sup>	2. Tomás Correia (PMDB) <sup>5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
	1. Vicentinho Alves (PR) <sup>6)</sup>

**Notas:**

- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 058/2012 - CI).
- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Unido e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAO, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1,21,23,24,33,34)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(10)</sup></b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) <sup>(6,12)</sup>
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) <sup>(3)</sup>
João Durval (PDT)	4. Assis Gurgacz (PDT) <sup>(36,39)</sup>
Lidice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(34)</sup></b>	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(5)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(22,23,24,26,31,37)</sup>	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(17,40)</sup>	4. VAGO <sup>(30)</sup>
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) <sup>(9,10,18,19)</sup>
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO <sup>(25,27,32)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(6,13,21)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) <sup>(5,41)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(34)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(35)</sup>	2. Magno Malta (PR)
<b>PSD PSOL <sup>(29)</sup></b>	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(6)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Jólio Alberto Souza, Lobão Filho, Jairus Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgaio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lidice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegem os Senadores Benedito de Lim e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude do Senador Júlio Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zezé Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GLMCAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o OF. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude do Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (OF. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude do Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
33. Vago em 05.04.2012, em virtude do Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

39. Em 04.07.2012, o Senador Aassis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAO).

40. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).

41. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).

**Secretário(a):** Selma Miriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** terças-feiras, às 14h -

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdn@senado.gov.br

### 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI)<sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO<sup>(2,3)</sup>

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )<sup>(2)</sup></b>	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lidice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )<sup>(4)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
<b>PSC</b>	
Eduardo Amorim (4,6,9,11,12)	

**Notas:**

- Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
- Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
- Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
- Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
- O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

### 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(1,2)</sup>
VAGO <sup>(1,6)</sup>	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(9)</sup></b>	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassel (PP) <sup>(4,6,7,8)</sup>	2. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

- Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
- Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassel licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassel é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassel (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassel, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassel (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassel é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
- Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
- Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

### 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

#### **9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)<sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zeze Perrella (PDT-MG)<sup>(1,5,7)</sup>

**Designação:** 14/06/2011

**Instalação:** 05/07/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )<sup>(8)</sup></b>	
Zeze Perrella (PDT) (3,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )<sup>(9)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (9)
VAGO (8)	2. VAGO (10)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

- Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
- Em 1º.09.2011, vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
- Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 220/2011-PRES/CDR).
- Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
- Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 02.03.2012, vago em virtude do Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares, e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2,39)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(16)</sup></b>	
Delcicio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(40)</sup>	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(5)</sup>	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(38)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO (28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO (26,27,29,36)	3. Tomás Correia (PMDB) <sup>(41,42)</sup>
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(4)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(3,10,15)</sup>
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) <sup>(7,19)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(39)</sup></b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(19)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6)</sup>
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(24,34,35)</sup>	2. Cidinho Santos (PR) <sup>(24,43,44)</sup>
<b>PSD PSOL <sup>(35)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(31)</sup>	1. Kátia Abreu (PSD) <sup>(32)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcicio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ángela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. n° 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Moacir Covatti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador Jólio Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Cleóvis Ferreyro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SP, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Senador Acir Gurgacz licencia-se por 123 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Senador Acir Gurgacz licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
41. Senador Valdir Raupp licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. OLPMDB nº 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
44. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Unido e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** quintas-feiras, às 08:30hs -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

\* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**  
**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)<sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF)<sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )<sup>(3)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
João Capiberibe (PSB) (10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,23,24)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )<sup>(4)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Tomás Correia (PMDB) (6,27)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Fernão (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )<sup>(5)</sup></b>	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) (4,16)	2. João Ribeiro (PR) (10)
<b>PSD PSOL<sup>(6)</sup></b>	
(6)	1. Sérgio Petecão (PSD) (20,22)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marina Britto como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lima, como membros suplentes, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elege os Senadores Eduardo Braga e Gim Argel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues deixa de compor a Comissão (OF. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (OF. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristóvão Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristóvão Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF. nº 128/2011-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-G-SICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (OF. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares. (OF. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinal Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o OF. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato do Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

26. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

27. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 09:00hs -

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scom.cct@senado.gov.br

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**Fax:** 3303-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## **COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(7,6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(9)</sup>

**1<sup>a</sup> Eleição Geral:** 19/04/1995 **5<sup>a</sup> Eleição Geral:** 23/11/2005

**2<sup>a</sup> Eleição Geral:** 30/06/1999 **6<sup>a</sup> Eleição Geral:** 06/03/2007

**3<sup>a</sup> Eleição Geral:** 27/06/2001 **7<sup>a</sup> Eleição Geral:** 14/07/2009

**4<sup>a</sup> Eleição Geral:** 13/03/2003 **8<sup>a</sup> Eleição Geral:** 26/04/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB</b>	
Eunício Oliveira (CE) <sup>(9)</sup>	1. Sérgio Souza (PR) <sup>(10)</sup>
João Alberto Souza (MA) <sup>(6)</sup>	2. VAGO <sup>(6)</sup>
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO <sup>(2)</sup>
Romero Jucá (RR)	4. VAGO <sup>(1)</sup>
<b>PT</b>	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>PTB</b>	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>DEM</b>	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PR</b>	
Vicentinho Alves (TO)	1.
<b>PP</b>	
Ciro Nogueira (PI)	1.
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (RO) <sup>(11)</sup>	1.
<b>PSB</b>	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.

### Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

---

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

---

Atualização: 28/06/2012

**Notas:**

1. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1<sup>a</sup> reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o Of. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1<sup>a</sup> Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antônio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3<sup>a</sup> Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
VAGO <sup>0)</sup>	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 12/07/2012

**Notas:**

1. Vago em virtude da perda do mandato do Senador Demóstenes Torres, decretada pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.07.2012

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1º Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

**5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lidice da Mata (PSB-BA) <sup>(6,17)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(17)</sup>1<sup>a</sup> Designação: 03/12/20012<sup>a</sup> Designação: 26/02/20033<sup>a</sup> Designação: 03/04/20074<sup>a</sup> Designação: 12/02/20095<sup>a</sup> Designação: 11/02/2011**MEMBROS****PMDB**VAGO <sup>(9,16)</sup>**PT**Ana Rita (ES) <sup>(10)</sup>**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PTB**Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(2)</sup>**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(5)</sup>**PR**VAGO <sup>(8,14,15)</sup>**PP**Ciro Nogueira (PI) <sup>(0)</sup>**PDT**Zeze Perrella (MG) <sup>(13)</sup>**PSB**

Lidice da Mata (BA)

**PC DO B**Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(9)</sup>**PSOL**VAGO <sup>(8,11)</sup>**PRB**Eduardo Lopes (RJ) <sup>(12)</sup>**PSC**

---

Eduardo Amorim (SE) (7)

**PSD**

---

Kátia Abreu (TO) (16)

**PPS**

**PMN**

---

Sérgio Petecão (PSD-AC)

**PV**

---

Paulo Davim (RN)

---

**Atualização:** 27/08/2012

**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
18. Designada para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. 043/2012-GLPSD, de 15 de agosto de 2012, lido na sessão do Senado Federal de 27/08/2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(21)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(21)</sup>**1º Designação:** 23/03/2010**2º Designação:** 14/03/2011**MEMBROS****PMDB**Waldemir Moka (MS) <sup>(6)</sup>**PT**Jorge Viana (AC) <sup>(6)</sup>**PSDB**Cyro Miranda (GO) <sup>(6)</sup>**PTB**Armando Monteiro (PE) <sup>(9)</sup>**DEM**José Agripino (RN) <sup>(7)</sup>**PR**VAGO <sup>(10,18,19)</sup>**PP**Ivo Cassol (RO) <sup>(4)</sup>**PDT**Acir Gurgacz (RO) <sup>(16,22)</sup>**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(11)</sup>**PC DO B**Inácio Arruda (CE) <sup>(3)</sup>**PSOL**VAGO <sup>(12,13)</sup>**PRB**Eduardo Lopes (RJ) <sup>(0,17,20)</sup>**PSC**Eduardo Amorim (SE) <sup>(2,15)</sup>**PSD**Sérgio Petecão (AC) <sup>(23)</sup>

**PPS****PV**

Paulo Davim (RN) (5)

**Atualização:** 27/08/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
7. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofis. nº's 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º/09/2011.
14. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
15. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nº's 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
16. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
17. Em 02/03/2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro do Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21/03/2012.
19. Em 06/04/2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
20. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal de 21/03/2012.
21. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
22. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29/06/12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28/06/12.
23. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. nº 0044/2012-GLPSD, lido na Sessão do Senado Federal de 27/08/2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

**7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA***(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>02</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>04</sup>

1º Designação: 30/11/2010

2º Designação: 14/03/2011

3º Designação: 21/03/2012

**MEMBROS****PMDB****PT**Humberto Costa (PE) <sup>01</sup>**PSDB**Cícero Lucena (PB) <sup>01</sup>**PTB**Gim Argello (DF) <sup>01</sup>**DEM****PR**Vicentinho Alves (TO) <sup>01</sup>**PP**Ana Amélia (RS) <sup>01</sup>**PDT**Cristovam Buarque (DF) <sup>01</sup>**PSB**João Capiberibe (AP) <sup>01</sup>**PC DO B**Inácio Arruda (CE) <sup>01</sup>**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) <sup>01</sup>**PRB**Eduardo Lopes (RJ) <sup>01</sup>**PSC****PSD**

---

Sérgio Petecão (AC) (2)**PV**

Paulo Davim (RN) (10)

---

**Atualização:** 25/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of/GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of/009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of/nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of/049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of/GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of/Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of/nº06/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of/OSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of/05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of/GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1<sup>a</sup> reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of/GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1<sup>a</sup> reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**1º Designação:** 14/03/2011

**2º Designação:** 21/03/2012

---

**MEMBROS**

---

**PMDB**

---

**PT**

---

Paulo Paim (RS) <sup>(1)</sup>

**PSDB**

---

Cyro Miranda (GO) <sup>(3)</sup>

**PTB**

---

João Vicente Claudino (PI) <sup>(6)</sup>

**DEM**

---

Clovis Fecury (MA) <sup>(12)</sup>

**PR**

---

Vicentinho Alves (TO) <sup>(4)</sup>

**PP**

---

Ciro Nogueira (PI) <sup>(9)</sup>

**PDT**

---

Cristovam Buarque (DF) <sup>(13)</sup>

**PSB**

---

Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(10)</sup>

**PC DO B**

---

Vanessa Grazzotin (AM) <sup>(2)</sup>

**PSOL**

---

Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(5)</sup>

**PRB**

---

Eduardo Lopes (RJ) <sup>(4)</sup>

**PSC**

---

**PSD**

---

---

Kátia Abreu (TO) (8)**PV**

Paulo Davim (RN) (7)

**Atualização:** 09/05/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme OF. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do OF.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1<sup>a</sup> Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**9) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012 )***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****MEMBROS****PMDB****PT****PSDB****PTB****DEM****PR****PP****PDT****PSB****PC DO B****PSOL****PRB****PSC****PSD****PV****Representante da sociedade civil organizada**

---

**Pesquisador com produção científica relevante**

---

**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**

---

Notas:

\* Número de membros: 18 Titulares

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Biblioteca - Térreo

**Telefone(s):**3303.5258 **Fax:**3303.5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## COMISSÕES MISTAS

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados<sup>6</sup>

#### COMPOSIÇÃO<sup>2</sup>

- Presidente:** Deputado Paulo Pimenta<sup>4</sup>  
**1º Vice-Presidente:** Senador Cássio Cunha Lima<sup>4</sup>  
**2º Vice-Presidente:** Deputado Reinaldo Azambuja<sup>4</sup>  
**3º Vice-Presidente:** Senador Vicentinho Alves<sup>4</sup>

**Instalação:** 27-3-2012

**Relator do PLDO / 2013:** Senador Antonio Carlos Valadares<sup>6</sup>

**Relator do PLOA / 2013:** Senador Romero Jucá<sup>6</sup>

**Relator da Receita:** Deputado Cláudio Puty<sup>6</sup>

#### Senado Federal

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1. Tomás Correia (PMDB/RO) <sup>9+10</sup>
Benedito de Lira (PP/AL) <sup>5</sup>	2. <sup>10</sup>
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. <sup>3</sup>
Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>9+10</sup>	4.

#### Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) <sup>7</sup>

#### Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.

#### PTB

Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
---------------------------	----------------------------------

#### PR

Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
--------------------------	--------------------------

#### PSD<sup>1</sup>

Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)
-------------------------	-------------------------

**Notas:**

1- Vaga destinada ao redizão, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMQ.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

10- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro titular, e o Senador Tomás Correia, como membro suplente, em 12-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 296, de 2012, da Liderança do PMDB.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) <sup>8+9</sup>
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
<b>PMDB</b>	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) <sup>2</sup>
Edio Lopes (PMDB/RR) <sup>3</sup>	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) <sup>7</sup>
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) <sup>7</sup>	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
<b>PSDB</b>	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) <sup>3</sup>	1. Carlos Alberto Lacerda (PSDB/GO) <sup>3</sup>
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) <sup>10</sup>
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) <sup>12</sup>
<b>PP</b>	
João Leão (PP/BA) <sup>4</sup>	1. Roberto Boaventura (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
<b>DEM</b>	
Augusto Coutinho (DEM/PE) <sup>6</sup>	1. Eli Corrêa Filho (DEM/SP) <sup>6</sup>
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) <sup>11+12</sup>
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
<b>PSD</b>	
Eduardo Sciarra (PSD/PR) <sup>16+17</sup>	1. Átila Lins (PSD/AM) <sup>16+17</sup>
Irajá Abreu (PSD/TO) <sup>16+17</sup>	2. Jorge Boeira (PSD/SC) <sup>16+17</sup>
Paulo Magalhães (PSD/BA) <sup>16+17</sup>	3. Manoel Salviano (PSD/CE) <sup>16+17</sup>
<b>PR</b>	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
<b>PSB</b>	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TQ) <sup>14+15</sup>	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
<b>PDT</b>	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
<b>PTB</b>	
Amon Bezerra (PTB/CE)	1. Antônio Brito (PTB/BA)
<b>PSC</b>	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
<b>PCdoB</b>	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) <sup>5</sup>
<b>PMN</b> <sup>1</sup>	
*	*

**Notes:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGMP, de 13-3-2012.
- 3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Lacerda, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Lacerda, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Laízar Bólio, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 897/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Cesar Bonagio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 923, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSD.
- 11- Designado o Deputado Ronaldo Calado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.
- 12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Calado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.
- 13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Lauro Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSS.
- 15- Designado o Deputado Lauro Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 12-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSS.
- 16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.

**Secretaria: Maria do Socorro de L. Danilas**  
**Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893**

**Fax: (61) 3216-6805**

**E-mail: cmo@camara.gov.br**

**Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo**  
**Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)

**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força <b>(PTB / PR / PSC)</b>	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria <b>(PMDB / PP / PV)</b>	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo <b>(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	Paulo Paim (PT/RS)

**Câmara dos Deputados**

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antônio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Cláudio Puty (PT/PA)

**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria <b>(PMDB / PP / PV)</b>	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria <b>(PSDB / DEM)</b>	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

**Câmara dos Deputados**

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
Bloco Parlamentar União e Força <b>(PTB / PR / PSC)</b>	Vicentinho Alves (PR/TO)
Bloco de Apoio ao Governo <b>(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	Wellington Dias (PT/PI)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)

**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
Bloco de Apoio ao Governo <b>(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria <b>(PMDB / PP / PV)</b>	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria <b>(PSDB / DEM)</b>	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados<sup>21</sup>**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Deputado Márcio Macedo<sup>15 e 20</sup>  
**Vice-Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin<sup>16 e 20</sup>  
**Relator:** Senador Sérgio Souza<sup>16 e 20</sup>

Instalação: 10-4-2012<sup>15 e 20</sup>**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Jorge Viana (PT/AC) <sup>7</sup>	1. Wellington Dias (PT/PI) <sup>7</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>7, 13 e 17</sup>	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) <sup>7</sup>
Blauro Maggi (PR/MT) <sup>7 e 23</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>7</sup>	4. <sup>7 e 17</sup>
<sup>22</sup>	5. <sup>22</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)</b>	
Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>3 e 14</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>3</sup>
Eduardo Braga (PMDB/AM) <sup>3</sup>	2. Romero Jucá (PMDB/RR) <sup>3</sup>
Ciro Nogueira (PP/PI) <sup>3, 11 e 12</sup>	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) <sup>3</sup>
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>3 e 18</sup>	4. <sup>3 e 18</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 34</sup>
Jayme Campos (DEM/MT) <sup>6 e 18</sup>	2. José Agripino (DEM/RN) <sup>6 e 18</sup>
<sup>22</sup>	3. <sup>22</sup>
<b>PTB</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>4</sup>	1. <sup>3, 9 e 12</sup>
<b>PSOL</b> <sup>1</sup>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>6</sup>	1.

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao redizão, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferrapo, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blauro Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 26-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 26-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vaga em razão de reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 12011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vaga em virtude do Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blauro Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 e Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Fernando Ferro (PT/PE) <sup>2</sup>	1. Francisco Praciano (PT/AM) <sup>2</sup>
Márcio Macêdo (PT/SE) <sup>2</sup>	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) <sup>2</sup>
<b>PMDB</b>	
Valdir Colatto (PMDB/SC) <sup>2,5+6</sup>	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) <sup>2</sup>
André Zacharow (PMDB/PR) <sup>2,9+10</sup>	2. Adrián (PMDB/RJ) <sup>10</sup>
<b>PSD</b>	
Hugo Napoleão (PSD/PI) <sup>14+15</sup> <sup>14</sup>	1. <sup>14</sup> 2. <sup>14</sup>
<b>PSDB</b>	
Antônio Imbassahy (PSDB/BA) <sup>2+11</sup>	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) <sup>2</sup>
<b>PP</b>	
José Otávio Germano (PP/RS) <sup>2</sup>	1. Rebecca Garcia (PP/AM) <sup>2</sup>
<b>DEM</b>	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>2</sup>	1. <sup>2+8</sup>
<b>PR</b>	
Anthony Garotinho (PR/RJ) <sup>2</sup>	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) <sup>2+12</sup>
<b>PSB</b>	
Luiz Noé (PSB/RS) <sup>2</sup>	1. Glauber Braga <sup>2,7+13</sup>
<b>PDT</b>	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>2</sup>	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) <sup>2</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) <sup>2</sup>	1. Sarney Filho (PV/MA) <sup>2</sup>
<b>PTB<sup>1</sup></b>	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) <sup>2+3</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) <sup>4</sup>

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao redizão, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Michelotto, Antônio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ioshi, Paulo César, Domingos Nelo, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedita vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Nelo, em 22-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ioshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Michelotto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrián, como membro suplente, conforme Ofícios nº's 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antônio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PPS/PTC/PSL/PTB.
- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, da Liderança do PSD.

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone:** (61) 3303-3122

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR  
DAS AMÉRICAS – FIPA**  
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados<sup>3</sup>

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
1.	
2.	
3.	
4.	
<b>Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)</b>	
1.	
2.	
3.	
4. <sup>4</sup>	
<b>PSDB</b>	
1.	
<b>PTB</b>	
Gim Argello (PTB/DF) <sup>2</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) <sup>2</sup>
<b>DEM</b>	
1.	
<b>PSOL<sup>1</sup></b>	
1.	

**Notas:**

1- Vaga destinada ao redutor, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI**  
 (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Senador Fernando Collor<sup>6</sup>

**Vice-Presidente:** Deputada Perpétua Almeida<sup>6</sup>

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Jilmar Tatto (PT/SP) <sup>1</sup>	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Renan Calheiros (PMDB/AL) <sup>2</sup>
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>3</sup>	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> Jayme Campos (DEM/MT) <sup>4</sup>
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) <sup>5</sup>	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29/03/2012)

**Notas:**

- Conforme Of. nº 66/2012/SCGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).
- Conforme Of. nº 53/2012/SCGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 8 de fevereiro de 2012.
- Conforme Of. nº 65/2012/SCGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.
- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17585).

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN)



**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
<b>PMDB</b>	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) <sup>6</sup>
Jô Moraes (PCdoB/MG) <sup>7</sup>	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
<b>PSD</b>	
Ademir Camilo (PSD/MG) <sup>10+11</sup>	1. 2.
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) <sup>8</sup>
<b>PP</b>	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
<b>DEM</b>	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) <sup>9</sup>
<b>PR</b>	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) <sup>2+4</sup>
<b>PSB</b>	
Keiko Ota (PSB/SP) <sup>7</sup>	1 Sandra Rosado (PSB/RN) <sup>7</sup>
<b>PDT</b>	
Sueli Vidal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
<b>Bloco PV, PPS</b>	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) <sup>6</sup>
<b>PTB<sup>1</sup></b>	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) <sup>3</sup>

**Notas:**

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Lilam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Eclione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3480 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 17 (dezessete) Senadores<sup>1</sup> e 17 (dezessete) Deputados<sup>2</sup> e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- Leitura: 19-4-2012
- Designação da Comissão: 24-4-2012
- Instalação da Comissão: 25-4-2012
- Prazo final da Comissão: 4-11-2012

**Presidente:** Senador Vital do Rêgo  
**Vice-Presidente:** Deputado Paulo Teixeira  
**Relator:** Deputado Odair Cunha

**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)</b>	
José Pimentel (PT/CE) <sup>3</sup>	1. Walter Pinheiro (PT/BA) <sup>4</sup>
Jorge Viana (PT/AC) <sup>5</sup>	2. Antônio Diniz (PT/AC) <sup>6</sup>
Lídice da Mata (PBR/BA)	3. Angéla Portela (PT/RR) <sup>7</sup>
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS) <sup>8</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Wellington Dias (PT/PI) <sup>9</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PPV)</b>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraz (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) <sup>10</sup>
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Júlio Marcondes Góes (DEM/SC)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Cidinho Santos (PR/MT) <sup>11</sup>
Vicentinho Alves (PR/TO)	2. Eduardo Amorim (PSD/SE) <sup>12</sup>
1.	3.
<b>PSD<sup>13</sup></b>	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
<b>PSOL<sup>14</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>15</sup>	

**Notas:**

- 1 - Vota destinado ao Senado, nos termos da Resolução nº 20200-CN.
- 2 - Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Azevedo, como membros suplentes, em 19-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 6420/12, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.
- 3 - Designado o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Antônio Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 8229/12, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.
- 4 - O Senador Aécio Neves apresentou nos termos do art. 40, incisos I e II, do Regimento Interno, por 120 dias, a partir de 29-6-2012, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28-4-2012.
- 5 - Designado o Senador Flávio Dino, como membro suplente, em substituição ao Senador Aécio Neves (Paraná), em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 98, de 2012, da Liderança do PSB.
- 6 - Designado a Senadora Angéla Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador Aécio Neves, e reposicionado o quadro de suplência, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 68, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 7 - Designado o Senador Ciro Nogueira, como membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Dino, em 6-7-2012 (sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do PPB.
- 8 - Duas vozes autorizadas no Senado Federal e duas vozes acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 9 - Vota destinada nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 10 - Designado o Senador Randolfe Rodrigues, como membro titular, em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme a Resolução nº 1, de 2012-CN e o Ofício nº 186, de 2012, da Liderança do PSD.
- 11 - O Senador Blairo Maggi renunciou-se nos termos do art. 40, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 120 dias, a partir de 19-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 12 - Designado o Senador Cidinho Santos, como membro suplente, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 94, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Emiliano José (PT/BA) <sup>11 e 12</sup>
<b>PMDB</b>	
Iris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) <sup>2</sup>
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
<b>PSDB</b>	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Vaz de Lima (PSDB/SP) <sup>9 e 10</sup>
Domingos Sávio (PSDB/MG) <sup>8</sup>	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) <sup>3, 6 e 7</sup>
<b>PSD</b>	
José Carlos Araújo (PSD/BA) <sup>13 e 14</sup>	1. Roberto Santiago (PSD/SP) <sup>13 e 14</sup>
Armando Vergilio (PSD/GO) <sup>13 e 14</sup>	2. César Halum (PSD/TO) <sup>13 e 14</sup>
<b>PP</b>	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
<b>DEM</b>	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
<b>PR</b>	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
<b>PSB</b>	
Glauber Braga (PSB/RJ) <sup>15</sup>	1. Paulo Foffo (PSB/ES) <sup>15</sup>
<b>PDT</b>	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
<b>Bloco PV, PPS</b>	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
<b>PTB</b>	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
<b>PSC</b>	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
<b>PCdoB</b> <sup>1</sup>	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Jô Moraes (PCdoB/MG) <sup>5, 11 e 16</sup>

**Notas:**

- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.
- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Siba Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 664/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 622/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.
- Designado o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 649/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 661/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- Designado o Deputado Domingos Sávio, como membro titular, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 689/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- Designado o Deputado Fernando Francischini, como membro suplente, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 694/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- Designado o Deputado Vaz de Lima, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 701/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- Designado o Deputado Osmar Júnior, como membro suplente, em substituição à Deputada Jô Moraes, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 234, de 2012, da Liderança do PCdoB.
- Designado o Deputado Emiliano José, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Berzoini, em 17-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- Designados os Deputados José Carlos Araújo e Armando Vergilio, como membros titulares, e os Deputados Roberto Santiago e César Halum, como membro suplente, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1463, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- Designado o Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), como membro titular, em substituição ao Deputado Paulo Foffo (PSB/ES), e o Deputado Paulo Foffo (PSB/ES), como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 125/2012, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.
- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 4-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2012, da Liderança do PCdoB.

## CONSELHOS E ÓRGÃOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Marco Maia (PT/RS)	<b>PRESIDENTE</b> José Sarney (PMDB/AP)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marta Suplicy (PT/SP)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Waldemir Moka (PMDB/MS) <sup>1</sup>
<b>1º SECRETÁRIO</b> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<b>2º SECRETÁRIO</b> João Ribeiro (PR/TO)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<b>3º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Júlio Delgado (PSB/MG)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira (PP/PI)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Jilmar Tatto (PT/SP) <sup>2</sup>	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>3</sup>	<b>LÍDER DA MINORIA</b> Jayme Campos (DEM/MT) <sup>4</sup>
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Ricardo Berzoini (PT/SP) <sup>5</sup>	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) <sup>6</sup>	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19/03/2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL<sup>1</sup>**

(13 Titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA<sup>2</sup>**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA<sup>2</sup>**

<b>LEI N° 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	<b>WALTER VIEIRA CENEVIVA</b>	<b>DANIEL PIMENTEL SLAVIERO</b>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	<b>GILBERTO CARLOS LEIFERT</b>	<b>MÁRCIO NOVAES</b>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	<b>ALEXANDRE KRUEL JOBIM</b>	<b>LOURIVAL SANTOS</b>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	<b>ROBERTO FRANCO</b>	<b>LILIANA NAKONECHNYJ</b>
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	<b>CELSO AUGUSTO SCHRÖDER</b>	<b>MARIA JOSÉ BRAGA</b>
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>JOSÉ CATARINO NASCIMENTO</b>	<b>EURIPEDES CORRÉA CONCEIÇÃO</b>
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	<b>JORGE COUTINHO</b>	<b>MÁRIO MARCELO</b>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	<b>LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA</b>	<b>PEDRO PABLO LAZZARINI</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>MIGUEL ANGELO CANÇADO</b>	<b>WRANA PANIZZI</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>DOM ORANI JOÃO TEMPESTA</b>	<b>PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>RONALDO LEMOS</b>	<b>JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (JUCA FERREIRA)</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>JOÃO MONTEIRO FILHO</b>	<b>VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>FERNANDO CESAR MESQUITA</b>	<b>LEONARDO PETRELLI</b>

Atualizada em 27.08.2012

1º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/scop

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição fizeram posse em 06.08.2012.

2 - Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**  
 Resolução nº 1/2011-CN

**COMPOSIÇÃO<sup>1</sup>**

**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

**Presidente:** Senador Roberto Requião<sup>6</sup>

**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame<sup>6</sup>

**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia<sup>6</sup>

Instalação: 31.08.2011

**Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto <sup>13</sup>
vago <sup>19</sup>	Silvâ Machado
Newton Lima <sup>17</sup>	Welliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
<b>PMDB</b>	
Iris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow <sup>9</sup>	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira <sup>2</sup>
Antônio Carlos Mendes Thame <sup>3</sup>	Bruno Araújo <sup>18</sup>
Sergio Guerra	Ruy Carneiro <sup>16</sup>
<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico	Alfonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
<b>DEM</b>	
Júlio Campos	Marcos Montes <sup>4</sup>
Mandetta	Augusto Coutinho <sup>5</sup>
<b>PR</b>	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
<b>PSB</b>	
José Stédile	Antônio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
<b>PDT</b>	
Vieira da Cunha	Sebastião Balá Rocha
<b>Bloco PV / PPS</b>	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
<b>PTB</b>	
Sérgio Moraes	Paes Landim
<b>PSC</b>	
Nelson Padovani	Takayama
<b>PCdoB</b>	
Delegado Protógenes <sup>11</sup>	Assis Melo <sup>12</sup>
<b>PRB</b>	
George Hilton	Vitor Paulo
<b>PMN</b>	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
<b>PTdoB</b>	
Luis Tibé <sup>8</sup>	

Senadores

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)</b>	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) <sup>7</sup>	Valdir Raupp (PMDB) <sup>20</sup>
Ana Amélia (PP)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>14</sup>	Paulo Paim (PT) <sup>16</sup>
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antônio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>12</sup>
	José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 09/07/2012)

- 1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- 2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- 3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 4- Designado para ocupar a vaga de suplente de DEM, nos termos do Of. nº 265-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 5- Designado para ocupar a vaga de suplente de DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- 6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
- 7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
- 8- Vaga cedida pelo PR.
- 9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Michelotto em 30-1-2012.
- 10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).
- 11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Júlio Taffo, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Nelson Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012.
- 20- Licenciou-se por 122 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 16.07.2012, conforme os Requerimentos nºº 677 e 678/2012, aprovados na sessão do Senado Federal de 11.07.2012.



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

# **DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS**

## **SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

## NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

## **ORDEM BANCÁRIA**

UG - 020054

GESTÃO - 00001

## EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN  
cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no  
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o  
de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão:  
00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de  
ras pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima  
**EMISSÃO DE GRU SIAFI.**

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**  
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 222 páginas  
(OS: 14480/2012)

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

